



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Warley Martins dos Santos

**A TRADUÇÃO PORTUGUÊS-LIBRAS EM DEBATES POLÍTICOS
TELEVISIONADOS NO BRASIL: intermodalidade e competência interpretativa**

Florianópolis

2020

Warley Martins dos Santos

**A TRADUÇÃO PORTUGUÊS-LIBRAS EM DEBATES POLÍTICOS
TELEVISIONADOS NO BRASIL: intermodalidade e competência interpretativa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues.

Linha de Pesquisa: Estudos Linguísticos da Tradução e da Interpretação

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Martins dos Santos, Warley
A TRADUÇÃO PORTUGUÊS-LIBRAS EM DEBATES POLÍTICOS
TELEVISIONADOS NO BRASIL : intermodalidade e competência
interpretativa / Warley Martins dos Santos ; orientador,
Carlos Henrique Rodrigues, 2020.
164 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Estudos da Tradução. 2. Tradução Audiovisual. 3.
Interpretação de Debates Políticos. 4. Intérprete de Libras.
5. Libras. I. Rodrigues, Carlos Henrique. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Estudos da Tradução. III. Título.

Warley Martins dos Santos

A TRADUÇÃO PORTUGUÊS-LIBRAS EM DEBATES POLÍTICOS TELEVISIONADOS
NO BRASIL: intermodalidade e competência interpretativa

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros

Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a. Flávia Medeiros Álvaro Machado
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Saionara Figueiredo Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Barbosa de Vasconcellos
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de mestre em Estudos da Tradução.

Prof^a. Dr^a. Andréia Guerini

Coordenadora do Programa Pós-Graduação em Estudos da Tradução

Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Uma das partes mais difíceis é listar as pessoas a quem preciso agradecer. Desde 2005 estou na carreira de Tradutor e Intérprete de Libras-Português, porém sendo reconhecido em 2008 pelo Exame Prolibras. Conheci várias pessoas que fizeram grande diferença na minha vida. Para não ser injusto com todos que me marcaram de alguma forma, farei estes agradecimentos em ordem cronológica dos acontecimentos.

Primeiramente, à Deus pelo dom da vida e por ter me guiado em toda minha jornada, ainda que esta seja pequena até este momento.

À minha família, em especial, à minha avó Maria da Cruz (*in memoriam*) e ao meu avô Raimundo Evangelista Martins (*in memoriam*) que cuidaram de mim enquanto criança, educaram-me e me mostraram a importância do estudo sempre com o ditado “o peso do lápis é menor do que o da enxada”. Agradecendo aos meus avós, estendo este mesmo agradecimento especial à minha tia Evanilda da Cruz Martins que assumiu a função de meus pais — Elizeth da Cruz Martins dos Santos e Reinaldo Pereira dos Santos — em sua ausência, quando o tempo de meus avós se findou. Estendo, assim, este agradecimento a toda família Martins por todo o apoio que me deram durante todos os meus dias de vida, inclusive quando eu os deixei em Minas Gerais para alçar novos voos.

Às minhas primeiras e eternas professoras de Libras que me ensinaram, orientaram, aconselharam e sempre cuidaram de mim como um filho, Dra. Maria Aparecida Amin de Oliveira, Profa. Esp. Ozana Vera Giorgini de Carvalho e Prof. Esp. Heloísa Mara Santos Campos. Muito obrigado por todos os ensinamentos, pelas palavras de ânimo nos momentos difíceis e pelo empurrão para que eu fosse Intérprete de Libras-Português. Estendo este agradecimento à Profa. Ma. Elaine Vilela que muito me acolheu durante estes dois longos anos de pesquisa, com todos os altos e baixos advindos da mesma, fica aqui o registro do meu carinho especial.

Não poderia deixar de agradecer também às gêmeas mais famosas de Santa Catarina, Márcia Maria Bruch e Marliza Maria Bruch, e à sua irmã Lídia Ledvina Bruch, que me receberam tão bem, quando cheguei em 2012, aqui em Florianópolis, com apenas um endereço, um telefone e uma mala maior que eu. Faltam-me palavras para descrever o quão bem vocês me fizeram, fui praticamente adotado.

Agradeço também aos membros da minha banca de qualificação, Prof^a. Dr^a. Saionara Figueiredo Santos (IFSC – Câmpus Palhoça Bilíngue) que foi minha colega de trabalho no

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e me proporcionou momentos de conversas e reflexões que compartilho com meus alunos e colegas de profissão até hoje, por fim, mas não menos importante, à Prof^a. Dr^a. Flávia Medeiros Álvaro Machado (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES) que com sua simplicidade me proporcionou palestras e encontros memoráveis com discussões excelentes no âmbito da Linguística Cognitiva e sua interface com os Estudos da Tradução.

De igual forma agradeço aos membros da minha banca de defesa, que contou uma vez mais com a Prof^a. Dra. Saionara Figueiredo e a Prof^a. Dr^a. Flávia Machado, que já estiveram na banca de qualificação, trazendo excelentes contribuições para esta pesquisa e ideias para diversas publicações posteriores. Agradeço também à Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Vasconcelos, quem tive o prazer de ter como professora em duas disciplinas que me ofereceram outro olhar para esta pesquisa, ao me apresentar, brilhantemente, as teorias da Formação por Competências e a Competência Tradutória, desenvolvidas pelo PACTE e à Prof^a. Dr^a. Cárilda Emerim e Prof. Dr. Antônio Brasil (POSJOR/UFSC) por me apresentar o Jornalismo como uma área profícua de pesquisas em tradução com tanta paixão.

Por fim, agradeço, de forma muito especial ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Rodrigues que me ajudou, com excelência e maestria, a entender os desafios propostos por esta pesquisa, conduzi-la e finalizá-la.

RESUMO

Neste trabalho, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha Estudos Linguísticos da Tradução e da Interpretação, apresentamos uma pesquisa sobre a interpretação intermodal de debates políticos televisionados no par Português-Libras. O objetivo geral foi descrever as características da Tradução Audiovisual Intermodal Português-Libras e investigar a competência necessária aos profissionais que atuam na sinalização ao vivo de discursos políticos televisionados, originalmente proferidos em Português oral, para a Libras. Este tipo de interpretação exige que os Tradutores e/ou Intérpretes de Línguas de Sinais mobilizem seus conhecimentos, habilidades e atitudes de forma ímpar, se considerados outros modos de Tradução Audiovisual (TAV), já que atuam por meio de um processo híbrido de translação. Como instrumento de coleta de dados, aplicamos um questionário on-line nacionalmente. Cinquenta e cinco profissionais responderam ao questionário e, a partir desses dados, buscamos identificar o perfil daqueles que atuam neste contexto no Brasil, sua escolaridade e formação, proficiência no par-linguístico escolhido (i.e., em Libras e em Português), experiência profissional e atuação específica na TAV em debates políticos televisionados, entre 2012 e 2018. Para tecer nossas discussões, utilizamos os conceitos de tradução de Hurtado Albir (1999, 2005) e de outros teóricos da tradução, os conceitos de Tradução Audiovisual de Gambier (2001) e Diaz-Cintas (2005), os de Competência Tradutória de Hurtado Albir (2005) e do Grupo PACTE (2000, 2001, 2017), os de interpretação intermodal e de competência intermodal de Rodrigues (2013ab, 2018abc), bem como alguns outros apresentados em pesquisas no campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais. Portanto, a pesquisa possui viés qualitativo e descritivo contando com uma revisão bibliográfica sobre a temática, buscando delimitar os conceitos que a norteiam, tais como os supracitados, e relacioná-los aos dados coletados. Observou-se que fatores inerentes à TAV, tais como a quase impossibilidade de se preparar a interpretação previamente; a redução do espaço de sinalização limitado à Janela de Libras; a velocidade em que o discurso é proferido; o curto período para o oferecimento da interpretação; as falas sobrepostas no debate; e a falta de termos específicos em Libras, entre outros, fazem com que o Tradutor e/ou Intérprete de Línguas de Sinais tenha que mobilizar um conjunto de conhecimentos singulares e especializados. Isso ocorre, pois, ao lidar com o processo de interpretação intermodal, este profissional precisa administrar, não somente uma série de aspectos inerentes à interpretação televisiva, mas, sobretudo, aos efeitos da modalidade de língua na interpretação. Por fim, concluímos que a *competência tradutório-interpretativa intermodal* possui características específicas, sendo indispensável aos processos tradutórios orais ao quais estes profissionais são submetidos no âmbito político-televisivo.

Palavras-Chave: Tradução Audiovisual; Interpretação Intermodal; Debates Políticos; Libras; Português.

ABSTRACT

We have developed this research within the Postgraduate Program in Translation Studies, from the Federal University of Santa Catarina, in the research line of Translation and Interpreting Linguistic Studies. We present here a research about the intermodal interpreting of political debates that are broadcast in Brazil, concerning the language pair Portuguese-Libras. Our general objective was to describe the characteristics of Intermodal Audiovisual Translation from Portuguese into Libras and investigate the competence required from the professionals working as interpreters on political debates that are broadcast live, originally uttered in Portuguese and interpreted into Libras. This specific type of interpreting demands from the Sign Language Translator and/or Interpreter the mobilizing of their knowledge, abilities and aptitudes in a very specific way, when considering other types of Audiovisual Translation (AVT), since these professionals work within a hybrid translation process. We have collected our data through a nationwide online questionnaire. Fifty-five professionals answered the questionnaire and from these data we sought to identify the profile of the ones working on this specific setting in Brazil: their school and education level, the proficiency on the chosen language pair (i.e., Libras and Portuguese), professional experience and specific works on AVT focused on political debates that are broadcast in Brazil, between 2012 and 2018. In order to support our discussions, we have drawn upon Hurtado's Albir (1999,2005) concept of translation, and also on other theoreticians from the field of translation; upon Gambier's (2001) and Diaz-Cintas' (2005) concept of Audiovisual Translation; upon Hurtado's Albir (2005) and PACTE's (2000, 2001, 2017) concept of Translation Competence, upon Rodrigues' (2013ab, 2018abc) concept of intermodal interpreting and intermodal competence, as well as other concepts presented on studies from the field of Translation and Interpreting Sign Language Studies. Therefore, this research presents a qualitative and descriptive perspective, for it presents a bibliographical review on the theme, seeking to understand the scope of the main concepts mentioned before, and then linking these same concepts to the collected data. We have observed that some factors are inherent to AVT, such as the impossibility to prepare previously for the interpreting; the reduction of signing space as limited by the Libras window; the speed in which the discourse is uttered; the short period for offering the interpretation product; the overlapped conversation in debates; and the lack of specific terms in Libras, among other factors, demand from the Sign Language Translator and/or Interpreter the mobilizing of specific and singular set of knowledge. This occurs because when participating on the process of intermodal interpreting, this professional needs to manage a whole number of inherent characteristics of television interpreting, but mostly the effects of language modality on the interpreting process. Thus, we conclude that intermodal translation-interpreting competence presents specific characteristics, being indispensable to the translation process under which these professionals go through when working on political/television settings.

Keywords: Audiovisual Translation; Intermodal Interpreting; Political Debates; Libras; Portuguese.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapeamento dos Estudos da Tradução segundo Holmes.	28
Figura 2 - Mapeamento dos Estudos da Tradução, segundo Williams e Chesterman (2002)..	32
Figura 3 - Diagrama do Processo de Interpretação baseado em Seleskovitch & Lederer.	39
Figura 4 - Esquema do processo interpretativo desenvolvido a partir de Gile	40
Figura 5 - Estudos da Tradução no Brasil: desdobramentos de Holmes (1972, 1988).....	42
Figura 6 - Interseção dos campos disciplinares e a localização dos ETILS.	44
Figura 7 - Exemplo de Intertítulo no filme.....	47
Figura 8 - Tamanho da Janela de Libras proposto pela NBR 15.290/05	61
Figura 9 - Novo tamanho da Janela de Libras proposto pela NBR 15.290/16	65
Figura 10 - Campanha à Presidência da República de Guilherme Afif.	67
Figura 11 - Capa do livreto e a página 16 que demonstra a presença do TILSP na Televisão.	69
Figura 12 - Registro do Debate Eleitoral de 2014 na cidade de Florianópolis.	71
Figura 13 - Primeira versão do modelo componencial da CT idealizado pelo PACTE	77
Figura 14 - Modelo Holístico da Competência Tradutória do PACTE (2003).....	80
Figura 15 - Registro da atuação de TILSP disponibilizados na íntegra	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização da forma como a Tradução é vista no passar dos anos.	31
Quadro 2 - Observação das características relacionadas ao processo de realização da tradução e interpretação.	37
Quadro 3 - Tipos de barreiras indicadas na Lei 10.098/00.	54
Quadro 4 - Tipos de barreiras indicadas na Lei 13.146/15.	55
Quadro 5 - Resoluções do TSE frente as TAVs exigidas para a eleição do ano seguinte	70
Quadro 6 - Perspectivas terminológicas acerca da CT elaborada por Reis e Geysel (2013). .	75
Quadro 7 - Discrepâncias e semelhanças entre a Libras e a LP	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participantes da pesquisa.....	87
Gráfico 2 - Faixa etária.....	89
Gráfico 3 - Organização por gênero.....	90
Gráfico 4 - Faixa Etária de aprendizado da Libras.....	93
Gráfico 5 - Escolaridade.....	95
Gráfico 6 - O Prolibras.....	97
Gráfico 7 - Formação específica.....	98
Gráfico 8 - Nível de Proficiência em Língua Portuguesa dos respondentes.....	101
Gráfico 9 - Nível de Proficiência em Libras dos respondentes.....	101
Gráfico 10 - Tempo de atuação profissional.....	104
Gráfico 11 - Contextos de atuação.....	105
Gráfico 12 - Tipo(s) de texto(s) traduzido(s) pelos respondentes.....	107
Gráfico 13 - Preferência de direcionalidade na interpretação intermodal.....	108
Gráfico 14 - Atuação profissional preponderante quanto ao processo, direcionalidade e modalidade de língua.....	110
Gráfico 15 - Carga Horária semanal de trabalho como TILSP do par Libras-Português.....	111
Gráfico 16 - Frequência “Nunca” de desenvolvimento de atividades de TAV.....	113
Gráfico 17 - Frequência “Raramente” de desenvolvimento de atividades de TAV.....	115
Gráfico 18 - Frequência “Às Vezes” de desenvolvimento de atividades de TAV.....	116
Gráfico 19 - Frequência “Quase Sempre” de desenvolvimento de atividades de TAV.....	117
Gráfico 20 - Frequência “Sempre” de desenvolvimento de atividades de TAV.....	118
Gráfico 21 - Compilado das respostas frente ao objeto estudado.....	120
Gráfico 22 - Quantidade de dias de atuação dos TILS em Debates Políticos Televisionados.....	122
Gráfico 23 - Atuações dos TILSP nas Eleições Municipais de 2012 e 2014.....	123
Gráfico 24 - Atuações dos TILSP nas Eleições Gerais de 2014 e 2018.....	124
Gráfico 25 - Configuração de trabalho dos TILSP em Debates Políticos.....	125
Gráfico 26 - Condição ideal de atuação em uma situação hipotética.....	126
Gráfico 27 - Interferência no processo de TAV quanto a ausência de feedback imediato....	130
Gráfico 28 - Interferência no processo de TAV quanto a preparação prévia.....	132
Gráfico 29 - Interferência no processo de TAV quanto ao tamanho da Janela de Libras.....	134
Gráfico 30 - Interferência no processo de TAV quanto a velocidade de fala.....	135

Gráfico 31 - Interferência no processo de TAV quanto ao imediatismo da produção	137
Gráfico 32 - Interferência no processo de TAV frente a exigência de simultaneidade	138
Gráfico 33 - Interferência no processo de TAV frente a sobreposição de falas	140
Gráfico 34 - Interferência no processo de TAV frente a baixa qualidade de áudio	141
Gráfico 35 - Interferência no processo de TAV frente o retorno da transmissão ao vivo	142
Gráfico 36 - Interferência no processo de TAV frente a falta de termos específicos conhecidos e de uso corrente em Libras	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição Geográfica por Estado e por Região	92
Tabela 2 - Respostas coletadas pela questão com problema de configuração	129
Tabela 3 - Respostas coletadas na segunda oportunidade	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	–	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASL	–	<i>American Sign Language</i>
CORDE	–	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
EI	–	Estudos da Interpretação
ELT	–	Estudos Linguísticos da Tradução
ET	–	Estudos da Tradução
ETILS	–	Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais
EUA	–	Estados Unidos da América
FENEIS	–	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
ILS	–	Interprete de Língua de Sinais
L1	–	Primeira Língua
L2	–	Segunda Língua
LA	–	Língua Alvo
LF	–	Língua Fonte
Libras	–	Língua Brasileira de Sinais
LM	–	Língua Meta
LS	–	Língua de Sinais
LSUK	–	Língua de Sinais Urubu-Kaapor
PGET	–	Pós-Graduação em Estudos da Tradução
TA	–	Texto Alvo
TAV	–	Tradução Audiovisual
TF	–	Texto Fonte
TILS	–	Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais
TRE	–	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	–	Tribunal Superior Eleitoral
UFSC	–	Universidade Federal de Santa Catarina
VHS	–	Video Home System

SUMÁRIO

1 - PARA COMEÇARMOS A CONVERSA.....	17
1.1 - A proposta da pesquisa	20
1.2 - A relevância da pesquisa	21
2 - O PERCURSO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO.....	23
2.1 - A Tradução e os Estudos da Tradução (ET)	23
2.2 - A Interpretação e os Estudos da Interpretação (EI)	34
2.3 - Os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS)	40
3 - A TRADUÇÃO AUDIOVISUAL (TAV).....	47
3.1 - A TAV como campo de pesquisa: questões teóricas e práticas	48
3.2 - Características Textuais observadas no texto audiovisual.....	52
3.3 - A TAV como uma questão de acessibilidade.....	53
3.3.1 - Legendagem	56
3.3.2 - Janela de Libras	58
3.3.3 - A Atuação de Tradutores/Intérpretes de Libras-Português (TILSP) no Brasil: a Janela de Libras no contexto político	66
4 - A COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA (CT).....	74
4.1 - Os Estudos sobre a Competência Tradutória	74
4.2 - Os Estudos de Competência Tradutória desenvolvidos pelo Grupo PACTE	76
4.3 - A Competência Tradutória e as Línguas de Sinais	82
5 - VIABILIZANDO A PESQUISA: AS BASES METODOLÓGICAS	84
5.1 - O Instrumento de pesquisa: questionário misto	84
6 - ANÁLISE DOS DADOS.....	87
6.1 - Primeiras impressões sobre os respondentes.....	87
6.2 - O perfil profissional atuante no mercado atual	89
6.3 - Escolaridade e Formação	94
6.4 - A Proficiência nas línguas	100
6.5 - Experiência Profissional.....	103
6.6 - Atuação específica na Interpretação de Debates Políticos Televisionados.....	121
6.7 - Limitações da Pesquisa	144
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE 01 – Questionário Online	156

*E eles não sabiam que José os entendia, porque havia **intérprete** entre eles.*

Gênesis 42:23 (BÍBLIA, 2008)

1 - PARA COMEÇARMOS A CONVERSA

Historicamente, vemos que a tradução e o traduzir têm se constituído como área de interesse e como objeto de pesquisa nos mais diversos campos de conhecimento. Ainda que, atualmente, sejam o objeto de um campo disciplinar específico, a saber, os Estudos da Tradução (ET), outros ramos do conhecimento, tais como os Estudos Culturais, a Linguística e a Antropologia, por exemplo, têm se dedicado à investigação da tradução (i.e., produto) e do traduzir (i.e., processo).

Os Estudos da Tradução são uma área de pesquisa que pode ser considerada recente. De modo geral, atribui-se sua sistematização e apresentação como campo disciplinar específico ao texto seminal de Holmes (1972), intitulado *The name and nature of translation studies*. Holmes afirma que os ET compreendem uma área de pesquisa multidisciplinar que abarca diversos aspectos da teoria e da prática tradutória, a qual pode ser entendida como “toda e qualquer atividade de translação de material linguístico de uma língua para outra” (RODRIGUES; BEER, 2015, p. 19-20).

Atualmente, o campo dos ET abarca a diversidade das manifestações do fenômeno tradutório na contemporaneidade e compartilha espaço com os Estudos da Interpretação (EI) que nas últimas décadas afirmou-se como um campo estritamente ligado aos ET, mas com um objeto específico de investigação, a saber, “a tradução humana em ‘tempo-real’ em um contexto comunicativo essencialmente compartilhado” (PÖCHHACKER, 2009, p. 128)¹. Ainda que alguns debates tratem os EI como uma subárea dos ET, os consideraremos como dois campos disciplinares interligados e interdependentes, porém distintos.

Portanto, assumindo a perspectiva desses campos disciplinares justapostos e complementares, tomaremos como uma de nossas orientações conceituais a noção de Competência Tradutória (CT), mais especificamente, aquela apresentada pelo Grupo PACTE (Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação), da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Amparo Hurtado Albir. O modelo componencial de competência tradutória, proposto pelo grupo, reconhece que a interação entre as subcompetências pode variar de acordo com as características apresentadas durante o processo de realização da atividade translação² (e.g., direcionalidade do processo, nível de

¹ Tradução para o português feita por Rodrigues (2013a, p. 128).

² Neste trabalho, assim como em Santos (2019, p. 18), usamos o conceito de translação para identificarmos a transferência de conteúdo textual sem demarcar um determinado processo específico (i.e., tradução ou

especialização etc.), os quais interferem, por sua vez, na competência requerida para o desempenho de uma dada atividade de tradução (HURTADO ALBIR, 2017). Nesse sentido, pode-se inferir que existem determinados tipos e/ou modalidades de tradução que requerem mais do que uma interação distinta dos componentes da CT, já que demandam uma subcompetência específica atrelada à singularidade de um dado processo tradutório, a qual pode ser diferente dos demais componentes presentes no modelo do PACTE³.

Outro ponto importante de nossa fundamentação nos ET diz respeito à *Tradução Audiovisual* (TAV), que surge em minha trajetória acadêmica, em 2012 através do Telejornal da Universidade Federal de Santa Catarina, o TJ UFSC Libras, que foi o primeiro telejornal universitário diário transmitido via *streaming* e publicado na internet. A produção audiovisual perdurou por três anos e foi alvo de minha pesquisa no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Letras-Libras, intitulado de “Telejornalismo e Tradução: os desafios tradutórios frente à produção, gravação e apresentação do TJ UFSC Libras”, o qual teve a orientação da Prof^a. Dr^a. Silvana Aguiar dos Santos, a coorientação da Prof^a. Dr^a. Cárilda Emerim e a avaliação da banca composta pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues e o Prof. Me. José Ednilson Gomes de Souza Junior, em 2016.

Iniciei os trabalhos do TJ em 2012, concomitante a isso, fui convidado para atuar no Debate Político da TV COM (TV Comunitária), filiada da então RBS TV (Rede Brasil Sul de Televisão). O convite se repetiu em 2014, 2016 e em 2018, agora pela NSC TV (Nossa Santa Catarina TV), que substituiu a RBS TV na transmissão dos debates, por isso e outros fatores pessoais, profissionais e acadêmicos, selecionei este tema para a pesquisa no âmbito do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da UFSC.

A TAV pode ser definida como o processo/produto realizado com insumos registrados em áudio e/ou vídeo, perpassada por canais de gravação, ou seja, em um suporte executável em uma tela, inclusive essa tradução foi pensada primeiramente como *Screen Translation* (GAMBIER, 2003, em português, “tradução em tela”). Esse tipo específico de tradução recebeu, apenas nos anos de 1980, o nome de Tradução Audiovisual na tentativa de categorizar diferentes práticas de tradução usadas na mídia audiovisual, tais como cinema e televisão, nas quais exista um processo de transferência de informações linguísticas, de tradução⁴ (DÍAZ CINTAS, 2005). Em sua proposta, Hurtado Albir (2016) classifica a TAV no rol de

interpretação). Assim, a entenderemos como um hiperônimo que engloba em si a tradução e a interpretação, em consonância Pöchhacker (2009).

³ Por mais que já citamos o Grupo PACTE nesta introdução por duas vezes, aprofundaremos nossas discussões sobre as contribuições deste grupo na sessão 2.1 do capítulo 2 deste trabalho.

⁴ Baseado na tradução para o português feita por Franco e Araújo (2011, p. 3).

modalidades possíveis à tradução, tendo em vista a forma pela qual o texto audiovisual é produzido e de que modo ele é traduzido, demonstrando assim a diferenciação entre distintos processos tradutórios.

Em uma obra específica sobre tópicos relacionados à TAV, publicada pela Editora John Benjamins — especializada em publicações na área dos ET — em 2004, temos que a TAV abarca “todas as traduções — ou transferência[s] multisemiótica[s] — para produção ou pós-produção em qualquer mídia ou formato, e também as novas áreas de acessibilidade aos meios de comunicação” (ORERO, 2004, p. 8). Nessa perspectiva, podemos entender que todos os processos tradutórios que envolvem textos multimodais complexos (que unem escrita, áudio, imagens etc.) em distintos suportes e formatos, com o objetivo de veiculá-los publicamente nos meios de comunicação, podem ser vistos e tratados como tradução audiovisual.

A TAV tem sido um importante tema dos ET no contexto brasileiro, podemos citar, por exemplo, o Dossiê sobre TAV publicado no periódico *Cadernos de Tradução* da UFSC, em seu volume XVI de 2005/2⁵, bem como o Dossiê publicado no periódico *TradTerm* da Universidade de São Paulo (USP), em seu volume 13 de 2007/2⁶. Uma análise dos artigos que compõem os dossiês evidencia que nenhum dos textos aborda questões relacionadas aos processos de tradução e/ou interpretação entre línguas de modalidades diferentes, ou seja, nenhum dos artigos trata da TAV envolvendo línguas de sinais.

Assim, embora tenhamos alguns importantes trabalhos relacionados à TAV envolvendo línguas de sinais no Brasil — tais como Bianchini (2015), Naves (2016), Santos (2016), Alves e Araújo (2017), Nascimento (2011, 2017) e Oliveira (2018) —, ainda são escassas as pesquisas sobre a TAV com línguas de distintas modalidades (i.e., uma vocal-auditiva e outra gestual-visual) ou que tenham enfoque nos elementos que constituem a competência tradutória requerida do tradutor e/ou intérprete intermodal Português-Libras (TILSP) que atua com textos audiovisuais em contextos midiáticos.

Independente da escassez dessas pesquisas específicas, temos cada vez mais, no Brasil, o crescimento do número de profissionais envolvidos com a tradução audiovisual intermodal do Português para a Libras. É interessante notar que, desde o final dos anos 1980, o volume da demanda por essa tradução audiovisual tem crescido bastante e, além disso, essa modalidade de tradução vem ganhando corpo a partir da edição de legislações direcionadas à promoção de

⁵ O Dossiê pode ser acessado na íntegra em <https://bit.ly/31PxxSC>

⁶ O Volume pode ser acessado na íntegra em <https://bit.ly/2ZVzFqq>

acessibilidade em Libras nos meios de comunicação, como é o caso do Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

1.1 - A proposta da pesquisa

Dada a realidade da TAV em suas diferentes manifestações, propomos descrever as características da *tradução audiovisual intermodal Libras-Português* e investigar, por meio de um estudo exploratório inicial, a competência necessária aos profissionais que atuam na sinalização⁷ de discursos políticos, proferidos em português, para a Libras registrada em vídeo. Interessa-nos compreender o que, a partir da visão dos próprios profissionais, comporia a competência tradutória requerida deles em sua atuação com o texto audiovisual em contextos midiáticos tendo que lidar com uma série de questões, tais como a diferença de modalidade das línguas de trabalho, a complexidade dos elementos que compõem o texto audiovisual, a multimodalidade, a especificidade do processo tradutório que envolve o registro da Libras em vídeo etc. Com isso, esperamos problematizar a existência de uma competência específica requerida para a realização dessa complexa modalidade de tradução.

Para atingir este objetivo, propomos a realização de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, buscando investigar a prática da realização de traduções audiovisuais intermodais de debates políticos televisionados de 2012 a 2018, a partir da aplicação de um questionário on-line com a finalidade de se verificarem os aspectos que comporiam esta modalidade de tradução e, por sua vez, quais seriam os conhecimentos, capacidades, habilidades e atitudes requeridas dos profissionais da tradução e da interpretação de línguas de sinais no campo da tradução de discursos políticos na/para a mídia.

Como o texto audiovisual possui características que mesclam elementos multimodais e o trabalho com línguas de sinais traz à tona a questão da modalidade de língua e de seus efeitos no processo tradutório, acredita-se que os conhecimentos, as habilidades, as capacidades e as atitudes requeridos dos profissionais intermodais que lidam com essa modalidade de tradução singular diferenciam-se fundamentalmente daqueles requeridos dos demais tradutores e intérpretes, inclusive dos de línguas de sinais (i.e., dos intérpretes intermodais) que não atuam com esse tipo de texto e que, portanto, isso indicaria a existência de uma (sub)competência

⁷ O termo sinalização está sendo usado para se referir ao processo de tradução e/ou interpretação que tem o texto alvo em língua de sinais está em seu modo oral (i.e., não escrito).

específica que compõe a CT do Tradutor e/ou Intérprete de Libras, a qual estaria relacionada ao processo de translação do texto audiovisual, ao modo como este tradutor realiza tal atividade em um debate político televisionado — fator este que singularizaria sua atuação neste e em outros contextos profissionais midiáticos.

1.2 - A relevância da pesquisa

Diversas são as formas de produção da TAV, nas palavras de Diaz-Cintas e Anderman (2014) esta área abarca diversas práticas de tradução usadas na mídia audiovisual. Neste trabalho, analisa-se uma destas formas, a qual se caracteriza pelo uso e veiculação da língua de sinais: a Janela de Libras, que se trata da veiculação da imagem do Tradutor e Intérprete de Libras-Português, majoritariamente no canto inferior direito da tela com a sinalização do conteúdo exibido. O uso da Libras para a acessibilidade nos meios de comunicação está definido pela Lei 10.098/2000, também conhecida como Lei de Acessibilidade, estando também presente na NBR 15.290/05⁸ e outras legislações posteriores. Vemos que, cada vez mais, surge espaço para a atuação de tradutores e de intérpretes intermodais com a TAV, já que ela faz parte das políticas de acessibilidade para as comunidades surdas falantes da Libras. É importante destacar que

[...] há algum tempo a acessibilidade audiovisual vem sendo o foco de interesse não só da sociedade brasileira como um todo, devido a campanhas de conscientização sobre a legislação nacional sobre o assunto, mas também da academia, que estuda as diferentes modalidades de acessibilidade e prepara profissionais para essa demanda específica do mercado dentro da tradução audiovisual acessível (em especial, com a Legendagem para Surdos e Ensurdecidos, a Audiodescrição e a Janela de Libras). (SPOLIDORIO, 2017, p. 314).

No cenário atual, os TILSP ganharam mais visibilidade. Segundo Bianchini (2015, p.50), “não se tem ao certo, qual foi a primeira inserção de língua de sinais na TV brasileira ou qual foi o primeiro programa acessível para surdos na TV brasileira e quem foi o profissional que atuou no mesmo”. Entretanto, mesmo sem saber de fato quem foi o pioneiro, pode-se considerar que muitos dos primeiros profissionais foram inseridos no campo da TAV, no par linguístico Português-Libras, sem possuir uma formação específica para atuação neste contexto.

⁸ A Nota Técnica 15.290 de 30 de novembro de 2005, define parâmetros para a implementação de recursos de acessibilidade em comunicação na televisão brasileira.

Com a consolidação e o fortalecimento dos ET e dos EI, pesquisas voltadas à descrição e à caracterização dos processos tradutórios e interpretativos e, por sua vez, à compreensão das demandas específicas vinculadas ao tipo e ao modo de tradução, por exemplo, começaram a se despontar mostrando, por sua vez, a relevância da interdisciplinaridade entre Psicologia, Linguística e Tradução, por exemplo, na investigação dos fenômenos tradutório e interpretativo e da Competência Tradutória/Interpretativa.

Acreditamos que a tradução audiovisual, inclusive aquela marcada por línguas de sinais, é um profícuo campo de pesquisa. Todavia, por serem recentes os olhares para a tradução audiovisual envolvendo as línguas de sinais, ainda há a carência de pesquisas que versem sobre as especificidades dessa tradução audiovisual intermodal, um campo ainda não muito explorado. Acreditamos que o estudo das competências necessárias para a atuação destes profissionais, poderá contribuir para que os usuários deste serviço possam gozar de mais qualidade, podendo, inclusive, contar com um perfil profissional específico a ser considerado na criação de desenhos curriculares⁹ capazes de oferecer uma formação especificamente voltada aos tradutores e aos intérpretes de línguas de sinais que atuam/atuarão no campo da TAV.

A formação universitária de TILSP no Brasil é recente e está marcada pela criação do curso de Letras-Libras Bacharelado, após o Decreto 5.626/2005. Entretanto, pode-se dizer que a regulamentação da profissão é ainda mais recente, sendo formalizada pela Lei 12.319/2010. Tendo em vista essa história recente, a pesquisa visa contribuir também com os cursos de formação especializada em TAV voltados aos TILSP, em âmbito acadêmico, como formação continuada e/ou pós-graduação. Ao mapear, descrever e caracterizar os diferentes conhecimentos, habilidades, capacidades e atitudes demandados dos profissionais que atuam com a TAV intermodal, oferecemos novas possibilidades de se pensar a competência tradutória requerida destes profissionais, assim como o seu processo de formação.

⁹ Não temos a pretensão de propor neste trabalho um desenho curricular para a formação dos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras-Português que atuam no contexto audiovisual brasileiro porém, uma proposta inicial pode ser encontrada em MEDEIROS (2017), que pode ser acessada neste link: <https://bit.ly/2H49fLm>.

2 - O PERCURSSO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

Existem inúmeras formas de se abordar a tradução. Neste capítulo, vamos demonstrar de que forma os ET e os EI, direcionados apenas às línguas vocais¹⁰ ou que incluem as línguas de sinais, contribuem para a reflexão e para o aperfeiçoamento das atuação dos profissionais da tradução e da interpretação na construção e veiculação do conteúdo da janela de Libras. Primeiro, refletimos sobre os conceitos de tradução e de interpretação e seus desdobramentos em um panorama histórico, no que se refere, inclusive, ao âmbito dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais. Na seção 2.1, abordamos o conceito de tradução e discutimos a definição que utilizamos neste trabalho. Em seguida, falamos do surgimento e evolução dos ET como área de pesquisa. Já na seção 2.2, enfocamos a interpretação e a pesquisa sobre ela no âmbito dos EI, assim como suas contribuições para as pesquisas que envolvem tal atividade. Então, na seção 2.3, tem-se uma discussão acerca da contribuição dos ET e dos EI para a constituição dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS).

2.1 - A Tradução e os Estudos da Tradução (ET)

Não se tem registros de quando a atividade tradutória se inicia no mundo. Referindo-se ao surgimento desta atividade, Vasconcellos e Bartholamei Junior (2009) afirmam que não se pode datar, de fato, o início da tradução. Todavia, nas palavras destes autores, isso se deu em tempos imemoriais, desde que distintos povos, culturas e línguas entraram em contato.

A despeito da origem da tradução, faz-se necessário responder: o que é Tradução? Essa pergunta pode ser pensada como uma variável matemática que assume diferentes valores, os quais dependem da época, da prática e das visões sociais. Assim, para respondê-la precisamos “levar em conta uma dimensão histórica” (OUSTINOFF, 2011, p. 8). Se fizermos esta mesma pergunta fora do meio acadêmico, buscando uma resposta calcada no senso comum, é possível que tenhamos como resposta que a tradução é “transferência de informações de uma língua para outra”. Além disso, é possível que as pessoas relacionem a tradução à escrita, destacando o fato de que para se traduzir é necessário o uso da escrita.

¹⁰ Para nos referirmos à modalidade das línguas empregaremos os termos vocal-auditiva e gestual-visual. Assim, o termo língua vocal está sendo usado em contraposição ao termo língua gestual ou de sinais. O termo oral (assim como escrito/a) serão usados para nos referirmos à modalidade de uso. Assim, utilizaremos o termo oral como oposto à escrita e vocal como oposto ao gestual.

A escrita pode ser considerada como “um procedimento do qual atualmente nos servimos para imobilizar, [isto é] fixar a linguagem articulada”. Todavia, ela não pode ser minimizada a apenas um instrumento, já que ela “guarda, [...] realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade” (HIGOUNET, 2003, p. 9), pois nossos antepassados tinham acesso apenas à cultura oral, ou seja, a cultura era passada de geração a geração através de transmissão de informações a partir da oralidade. Em determinado momento, os símbolos que permitiram que esta oralidade pudesse ser gravada e reproduzida foram aos poucos consolidando-se como um sistema gráfico e se transformando até chegar aos sistemas de escrita que possuímos atualmente.

A atividade de interpretação baseada na oralidade ganhou a possibilidade de registro como texto escrito, uma maneira de perpetuar ideias em um dado suporte, as quais poderiam ser levadas a outros momentos e espaços, inclusive para a posteridade. Assim, a atividade tradutória foi ganhando cada vez mais espaço. Não temos ao certo a informação de qual foi o primeiro texto traduzido. Contudo, o mais emblemático é a Bíblia Sagrada, tornando-se “impossível falar de tradução deixando de levar em consideração os textos bíblicos” (OUSTINOFF, 2011, p. 12), pois estes são alvo da atividade tradutória desde o século III a.C. até os dias atuais.

A primeira tradução bíblica é chamada de *Septuaginta*¹¹ e se refere a bíblia hebraica que foi traduzida em Alexandria. Essa é vista como a mais antiga tradução da bíblia hebraica para o grego. Sua tradução se deu para a língua considerada franca naquela época no Mediterrâneo oriental, no tempo de Alexandre, o Grande. É interessante notar que a Bíblia faz menção a origem da diversidade linguística. Em uma passagem de Gênesis, mais precisamente no capítulo de número onze, podemos ler a história que conta que as pessoas falavam a mesma língua numa dada época, quando os descendentes de Noé decidiram construir uma torre em formato de templo, a Torre de Babel¹². Deus, então, interveio nesse plano, confundindo as línguas para que o povo não se entendesse e a construção fosse dada por encerrada.

¹¹ *Septuaginta* é o nome da versão da Bíblia hebraica traduzida em etapas para o grego *koiné*, entre o século III a.C. e o século I a.C., em Alexandria. Dentre outras tantas, é a mais antiga tradução da bíblia hebraica para o grego, língua franca do Mediterrâneo oriental pelo tempo de Alexandre, o Grande. Fonte: HINNELLS, John. **Dicionário das religiões**. 1984.

¹² Esta passagem, provavelmente, inspirada na torre do templo de *Marduk*, nome cuja forma em hebraico é Babel ou *Bavel* e significa “porta de Deus”. Hoje, entende-se esta história como uma tentativa dos povos antigos de explicarem a diversidade de línguas. No entanto, conta-se que no Sul da antiga Mesopotâmia existem ruínas de torres que remetem à torre de Babel, descrita no Gênesis. Fonte: SOUZA, R. G. **Torre de Babel: História da Torre de Babel**. Disponível em <https://bit.ly/2WRHtlu>, acesso em 18 de maio de 2019.

A história de Babel está em um texto sensível e remete a um contexto histórico em que se tem poucos registros, fazendo com que esta passagem seja tratada como uma espécie de mito, como pode ser visto em vários outros trabalhos acadêmicos, tais como os de Derrida (2006) e de Vasconcellos e Bartholamei (2009). O fato de ser uma explicação mítica não desabona o relato, mas, ao contrário, corrobora sua importância histórica e, até mesmo, acadêmica.

Assim, tanto a diversidade de línguas quanto sua escrita, vinculam-se às atividades interpretativas e tradutórias que vão se constituindo social e historicamente. E, sem dúvidas, a Bíblia, desde sua primeira tradução, vem ganhando espaço na literatura mundial e com suas muitas traduções ampliando seu alcance. Mencionamos esses aspectos históricos com a finalidade de demonstrar, assim como Delisle (2016, p. 10), que “uma formação universitária em tradução estaria incompleta sem uma disciplina de história da tradução”.

D’Hulst (1994, p. 12-13 apud DELISLE, 2016) comenta cinco pontos positivos para qualquer pesquisador lançar um olhar para a História da Tradução: (i) através dela temos um acesso de qualidade à disciplina da Tradução; (ii) por ela podemos ter uma flexibilidade intelectual para adaptar novos olhares à antiga atividade tradutória; (iii) com ela entendemos que nem sempre a atividade foi realizada da mesma forma, sendo transformada com o passar do tempo com novas metodologias e práticas; (iv) com a história há condições de se unificar a atividade em um *continuum* temporal somando as práticas do passado às práticas do presente; e, por fim, (v) podemos dar um novo fôlego para os modelos existentes de tradução.

Então, o primeiro ponto a abordarmos é como o conceito da tradução foi e vem sendo entendido. Há uma proposta de Steiner (2005) que considera a forma como a atividade tradutória é percebida, praticada e teorizada em uma linha temporal para sua organização histórica. Em sua visão, o primeiro período estaria voltado às discussões para a forma com que se deveria realizar a tradução, ora como uma tradução palavra-por-palavra ora como tradução de sentido. Um dos autores desse período seria Marco Túlio Cícero (106 a 43 a.C), citado por Furlan (1996), por Steiner (2005) e por Oustinoff (2011).

Neste, chamado Período Clássico da Tradução, os parâmetros que estavam em discussão eram a tradução como “orador”¹³ e não como intérprete. Quando Cícero trata o tradutor como orador ele tem por norte que, nesta função, o tradutor necessitava utilizar “os mesmos pensamentos e suas formas, bem como suas figuras, com palavras adequadas ao nosso costume”

¹³ Furlan (1996, p.17) faz um apontamento para o que Cícero chamava de “tradutor como orador”, o autor nos conta que este era o papel que desempenhava o profissional que realizava a tradução conservando “os mesmos pensamentos, formas e figuras retratadas no texto original”, isto é, não o traduzia palavra por palavra, mas, sim, pelo sentido.

(CÍCERO, 1996, p. 38-40; V, 14; VII, 23 apud FURLAN, 1996, p. 17). Portanto, as traduções eram guiadas por uma vertente voltada ao que entendemos por tradução de sentidos na função de orador e a tradução enquanto “intérprete”, já que este tinha como função “traduzir palavra por palavra (*verbum pro verbo*), reproduzindo-as inclusive no mesmo número [...] em que se encontravam no original” (FURLAN, 1996, p. 17). Assim, acreditamos que esta tenha sido a primeira vez que a palavra “intérprete” é empregada em relação ao processo de tradução: “Cícero distingue duas formas de tradução: em primeiro lugar, aquilo que poderíamos chamar de tradução propriamente dita, a que é feita pelo[s] [intérpretes]; em segundo lugar, a do ‘orador’ como sendo aquele que traduzia observando o sentido da mensagem não seu conteúdo” (OUSTINOFF, 2011, p. 32).

No segundo período da tradução, elencado por Steiner (2005), temos a tradução sendo mais teorizada através da hermenêutica¹⁴, concebida como a “investigação do que significa ‘compreender’ um fragmento de linguagem oral ou escrita e a tentativa de diagnosticar esse processo em termos de um modelo geral do significado” (STEINER, 2005, p. 260). Neste período, a interface entre teoria e prática continua pautada na forma de se fazer tradução, pois os tradutores da época pensavam a teoria a partir da sua prática, criando, em diversos casos, uma receita de tradução, ou seja, um *modus operandi* de realização da tradução que era passado aos aspirantes à profissão na forma de uma prescrição, surgindo assim a filosofia prescritivista da tradução, sendo apenas necessário que estes aspirantes seguissem o passo-a-passo desenvolvido por seu mestre em sua atividade tradutória.

Já no terceiro período, em meados do século XX, surgiram as primeiras máquinas de traduzir, ou seja, ferramentas mecânicas que realizariam a tradução de maneira automática baseando-se na operação já consolidada de tradução palavra-por-palavra, substituindo as palavras de textos escritos em uma língua por palavras de outra língua. Sobre este período, Steiner (2005) explica que os precursores do movimento formalista da língua começam a aplicar a teoria linguística à forma de se fazer tradução.

Com isso, a tradução demonstrou imensa afinidade com a Linguística, gerando o que foi chamado por Jakobson (1963, 2010)¹⁵ de “Aspectos Linguísticos da Tradução”. Esses estudos entendiam a tradução como mera atividade de substituição linguística, em que o

¹⁴ **Hermenêutica** é um ramo da filosofia que estuda a teoria da interpretação, que pode se referir tanto à arte da interpretação quanto à prática e treino de interpretação. Fonte: ALVES, L. **O Círculo Hermenêutico para leituras críticas**. Disponível em: <https://bit.ly/2Vq6Jcc>, acesso em 20 de maio de 2019.

¹⁵ Para este trabalho estamos utilizando a 3ª reimpressão (2017) do livro “Linguística e Comunicação” publicado pela editora Cultirx, 2010. Todos os ensaios foram publicados originalmente em francês sob o título “*Essais de Linguistique Générale*”, em Paris, pela Le Éditions de Minuit, no ano de 1963.

objetivo era substituir palavras de uma língua pelas de outra com base em algum traço de sinonímia. Nesse sentido, o próprio autor define três formas diferentes de realizar a tradução:

- 1) Tradução intralingual ou reformulação (*re-wording*) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.
- 2) Tradução interlingual ou tradução propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
- 3) Tradução intersemiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais. (JAKOBSON, 2010, p. 65).

Vale mencionar que, ainda neste período, a Linguística enfocava o produto da tradução e suas relações com o texto original. Com a ênfase posta no produto da tradução, o estudo do processo pelo qual o texto final era produzido não recebia a mesma atenção das pesquisas.

Historicamente, vemos que a tradução e o traduzir têm se constituído como campo de interesse e objeto de pesquisa nos mais diversos campos de conhecimento. Como podemos observar, ela foi pensada de maneiras diferentes em cada um dos períodos organizados por Steiner (2005). Claro que não temos aqui a pretensão de listar e discutir todas as formas de conceituação da tradução e do traduzir, mas, sim, trazer algumas definições existentes para fundamentar as reflexões.

A primeira pergunta que precisamos responder, ao pensar sobre o campo da tradução é: “o que é tradução?”. Tal pergunta, muitas vezes, retoricamente enunciada, tem conduzido diversas reflexões teóricas, tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele. Podemos responder a essa questão a partir de diferentes pontos de vista e referenciais teóricos. A definição proposta por Vinay e Darbelnet (1958/1972, p. 20) considera a tradução como “a passagem de uma língua A para uma língua B para expressar a mesma realidade”. Nessa definição, observamos uma visão da tradução enquanto substituição das palavras de uma língua pelas de outra, isto é, endossa aquilo que é entendido como tradução pelo senso comum. Todavia, entendemos que a tradução é bem mais que uma mera transferência ou substituição linguística.

Outro conceito interessante, dessa mesma época, é o de Catford (1965, p. 22) que define tradução como “[...] substituição de material textual numa língua (LF) por material textual equivalente noutra língua (LM)¹⁶”. É interessante notar que o autor, embora se baseie na visão da tradução como uma atividade entre línguas, fala da substituição de material textual dando a esta atividade uma definição que pode ser considerada simplista. O pensamento desses autores

¹⁶ Tradução do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e revisado por Maria da Glória Novak, 1980.

é marcado pelos fundamentos linguísticos que utilizam para pensar a tradução, visto que a linguística seria a encarregada de tratar sobre as questões relativas às línguas (OUSTINOFF, 2011, p. 58).

Nos anos 1970, a tradução ainda é conceituada e abordada no campo dos Estudos Linguísticos com ênfase nas semelhanças e diferenças entre as línguas e no modo como se deve realizar a transferência de material linguístico e textual. Neste contexto, vemos que a tradução, inclusive, é tratada como sendo a transferência de signos verbais e não verbais (BASSNETT, 2013). Assim, de modo geral, a tradução é tida como uma ação humana visando não somente à substituição de material linguístico, mas, sim, ao estabelecimento da comunicação entre falantes de diferentes línguas.

Nessa mesma época, Holmes (1972) apresentou em um congresso o trabalho intitulado *The Name and Nature of Translations Studies* (O nome e a natureza dos Estudos da Tradução, em português), o qual foi publicado, posteriormente, em 1988 (VASCONCELOS; BARTHOLAMEI JÚNIOR, 2009). Neste trabalho, Holmes propõe que a tradução seja abordada de modo específico e que possa constituir-se como objeto de um campo disciplinar distinto. Vejamos uma ilustração da proposta de Holmes.

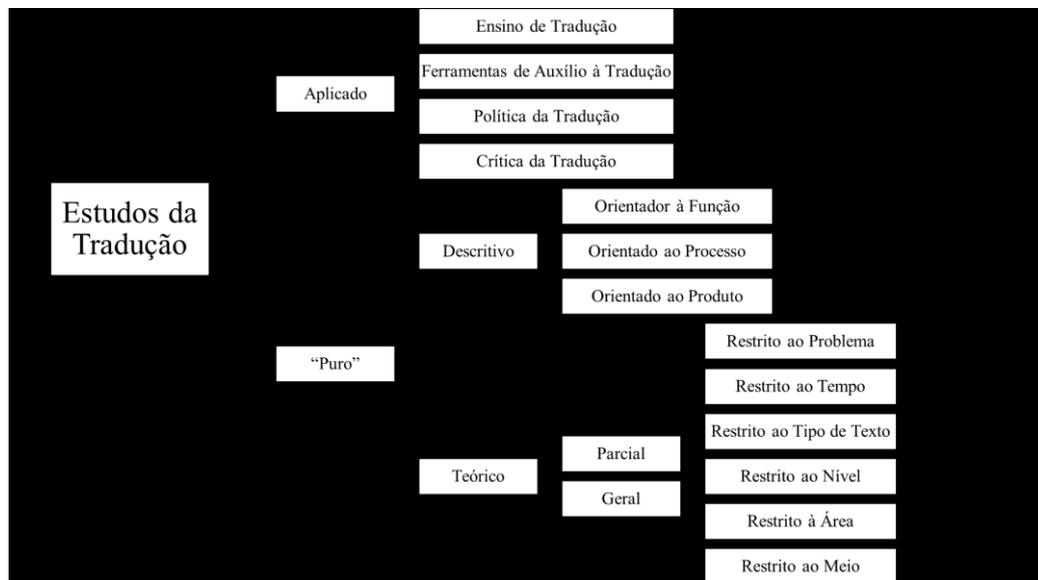


Figura 1 - Mapeamento dos Estudos da Tradução segundo Holmes (1972/1988/2000).

Fonte: Vasconcellos (2010).

Observamos na imagem (Figura 1) um modo sistematizado de observar e organizar uma área disciplinar denominada, segundo ele, como Estudos da Tradução. Holmes destaca como abordagens desta área os estudos puros em contraposição aos aplicados. Os estudos puros subdividem-se em descritivos e teóricos. Já os aplicados dizem respeito: (i) às atividades

relacionadas à formação de novos profissionais a partir do Ensino da Tradução; (ii) à prática do profissional com suporte em Ferramentas de Auxílio à Tradução; (iii) às formas de se olhar e defender a prática tradutória sob a ótica da Política de Tradução; e, por fim, (iv) à Crítica de Tradução como uma ferramenta de verificação de qualidade do texto traduzido.

O trabalho de Holmes, hoje é entendido como um dos textos fundacionais da área dos Estudos da Tradução, tanto que seu texto foi incluído como tal na primeira edição do *Translation Studies Reader* de Venuti (2000), demonstrando assim a importância que este texto teve para que a organização e consolidação do campo disciplinar. O texto seminal de Holmes é tido por muitos como um primeiro mapeamento do campo disciplinar.

A relevância de se fazer o mapeamento de um campo disciplinar pode ser argumentada em, pelo menos, dois aspectos: (i) a inserção do praticante em um campo disciplinar específico, contribuindo para a constituição de seu status de profissional, e (ii) a conscientização desse profissional com relação aos possíveis desdobramentos e expansões do campo disciplinar no qual está inserido. (VASCONCELLOS e BARTHOLAMEI JÚNIOR, 2009, p. 6).

Cabe aqui salientarmos que, para Holmes, os Estudos da Tradução abarcam “toda e qualquer atividade de translação¹⁷ de material linguístico de uma língua para outra” (RODRIGUES e BERR, 2015, p. 20). Nesse sentido, os ET seriam abrangentes englobando o fenômeno da tradução e do traduzir e da interpretação e do interpretar.

Estudos de Tradução é uma disciplina acadêmica que estuda a teoria e prática da tradução. É, por natureza, um campo multilíngue e interdisciplinar de estudos, visto que estabelece relações com a linguística, os estudos culturais, a filosofia, as ciências da informação entre outros.¹⁸ (TORO, 2007, p. 9, tradução minha).

Outra definição de tradução, difundida na década de 1970, é a de Vázquez-Ayora (1977, p. 221), na qual “[...] o processo tradutório consiste em analisar a expressão textual da língua original [...] e equivalentes na língua de chegada e, finalmente, transformar estas estruturas da língua de chegada em expressões estilisticamente apropriadas”.¹⁹ Observamos que a tradução está sendo considerada não apenas como um produto, mas, sim, como um processo que vai

¹⁷ Aqui a translação é entendida como todo e qualquer processo de transferência de informação linguística-textual entre línguas sem marcar se esse processo seria de tradução ou interpretação, como encontramos em Pöchhacker (2009).

¹⁸ *Translation Studies is an academic discipline that studies the theory and practice of translation. It is, by nature, a multilingual but also interdisciplinary field of study since establishes relationships with linguistics, cultural studies, philosophy, the information sciences, and so forth.*

¹⁹ Traduzido por Rodrigues (2018a).

desde a seleção do texto até a concretização da tradução, propriamente dita, passando pelas escolhas do profissional e pela a forma como ele realiza este trabalho.

Contemporânea a estes autores, temos House (1977/1981, p. 72) que define a tradução como “[...] substituição de um texto na língua de partida por um texto pragmática e semanticamente equivalente na língua de chegada”²⁰. Nessa perspectiva, a tradução como uma atividade que envolve textos a partir de sua relação semântica e pragmática vai além da mera substituição de palavras ditas equivalentes.

Na década de 1980, Delisle (1980) faz uma definição interessante, em suas palavras

[...] a atividade tradutora se define, pois, como a operação que consiste em determinar o significado dos signos linguísticos em função de um ‘querer dizer’ concretizado em uma mensagem e em, posteriormente, restituir integralmente essa mensagem por meio dos signos de outra língua.²¹ (DELISLE, 1980, p. 91-92).

Nessa definição, o traduzir envolve a construção de sentidos nos textos. A tradução é uma operação com mensagens, com aquilo que o texto quer dizer, com o objetivo de que o textos na outra língua possam conter a mensagem da língua original. Assim, o que conduz a tradução é a mensagem e não a forma do texto apenas.

Em *A Tradução Vivida*²², Paulo Rónai (1981), tradutor húngaro-brasileiro, aborda a tipologia da tradução proposta por Jakobson (1959) — tradução interlingual, intralingual e intersemiótica. Considerando-se que a tradução/interpretação interlingual é objeto de investigação nesta dissertação, nos ateremos ao que o autor diz sobre ela. A tradução interlingual é muitas vezes pensada, no senso comum, como uma atividade mecânica realizada pelo tradutor por meio da substituição das palavras de um texto, uma a uma, por suas equivalentes em outra língua (RÓNAI, 1981). Na realidade, porém, as palavras e até mesmo as frases estão sujeitas a ambiguidades e seu sentido depende de outras palavras e frases associadas a elas, o que faz da tradução uma atividade interpretativa, seletiva, reflexiva e complexa.

Considerando-se o que apresentamos, brevemente, para demonstrar como a tradução é vista e abordada de diferentes pontos de vista, utilizaremos as reflexões de Hurtado Albir (2001/2016). Segundo ela, podemos organizar as distintas conceituações de tradução da seguinte maneira:

²⁰ Traduzido por Rodrigues (2018a).

²¹ Traduzido por Rodrigues (2018a).

²² “A Tradução Vivida” é um livro composto de vários trabalhos sobre tradução, rico em exemplos e assuntos práticos.

Quadro 1 - Organização da forma como a Tradução é vista no passar dos anos.

A Tradução como atividade entre línguas	Vinay e Darbelnet (1958), Jakobson (1959)
A Tradução como atividade textual	Catford (1965), House (1977), Seleskovitch e Lederer (1984)
A Tradução como ato de comunicação	Nida (1969), Toury (1980), Taber (1986), Hatim (1990), Hermans (1991), Mason (1995)
A Tradução como processo	Vázquez-Ayora (1977), Seleskovitch e Lederer (1984), Steiner (1980), Delisle (1980)

Fonte: Baseado em Hurtado Albir (2001, p. 37-40).

Partindo destas definições de tradução, apresentadas por Hurtado Albir (2001), é possível observar como o modo de lidar e de compreender a tradução foi alterando-se historicamente de acordo com a abordagem teórica e o contexto sócio-histórico. Após essa análise, Hurtado Albir (2001) define a tradução de forma mais ampla como “um processo interpretativo e comunicativo que consiste na reformulação de um texto com os meios de outra língua, que se desenvolve em um contexto social e com uma finalidade determinada” (HURTADO ALBIR, 2005, p. 41). Portanto, nesta dissertação, assumimos esse conceito geral de tradução como atividade interpretativa, comunicativa, textual, linguística e cognitiva. Entendemos que essa conceituação engloba inclusive o fenômeno da interpretação e do interpretar que discutiremos na próxima seção. A forma como os teóricos definem a atividade tradutória foi, com o passar do tempo, sendo amadurecida. Podemos observar que ela foi considerada desde uma atividade de mera substituição linguística até um processo complexo composto de diversas etapas, exigindo múltiplos conhecimentos, capacidades, habilidades e atitudes.

Visando ao aperfeiçoamento deste campo disciplinar, descrito por Holmes (1972), Williams e Chesterman (2002) nos apresentam um mapeamento de áreas de pesquisa, publicado em *The Map*. Williams e Chesterman incorporam à sua proposta de áreas de pesquisa dos ET algumas das mudanças vivenciadas pelo campo na segunda metade do século XX, como, por exemplo, a tradução multimídia, que faz interface com esta pesquisa. Vejamos um esquema apresentando essas áreas de pesquisa:



Figura 2 - Mapeamento dos Estudos da Tradução, segundo Williams e Chesterman (2002).
Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2010, p. 128).

No mapa de Williams e Chesterman (2002), observamos a indicação de doze subáreas de pesquisa dos ET, a saber: (1) Tradução e análise textual; (2) Avaliação e controle de qualidade da tradução; (3) Tradução de gêneros do discurso; (4) Tradução multimídia; (5) Tradução e tecnologia; (6) História da Tradução; (7) Tradução e Ética; (8) Terminologia e Glossários; (9) Interpretação; (10) Processo Tradutório; (11) Formação de Tradutores; e (12) Tradução como profissão. Cabe salientar que na área referente às pesquisas sobre Interpretação, “os autores agrupam os diferentes tipos de interpretação em tópicos; um deles — Tipos Especiais de Interpretação — refere-se à interpretação de línguas de sinais e interpretação para surdos” (VASCONCELLOS, 2010, p.129). Esse mapeamento evidencia formas mais contemporâneas de se observar e, conseqüentemente, pesquisar o fenômeno tradutório em suas multifacetadas manifestações e já apresenta textualmente a interpretação envolvendo línguas de sinais.

Outro “mapeamento” bem atual, na verdade uma organização de (sub)áreas de publicação, foi realizado pela mundialmente conhecida Editora *Saint Jerome Publishing*. Segundo Vasconcellos (2010, p. 129), a *Saint Jerome* é a “mais importante editora de obras vinculadas aos Estudos da Tradução no mundo ocidental”. A organização sistemática das publicações, nas palavras de Vasconcelos (2010, p. 129-130) e de Rodrigues (2013a, p. 21-22), seriam realizadas a partir das seguintes subáreas: (1) Tradução Audiovisual e Multimídia; (2) Tradução Bíblica e de textos religiosos; (3) Bibliografias; (4) Interpretação em contextos comunitários e de prestação de serviços; (5) Interpretação Simultânea e de Conferências; (6)

Estudos Contrastivos e Comparados; (7) Estudos baseados em Corpus; (8) Interpretação Legal e Jurídica; (9) Avaliação e controle de qualidade; (10) História da Tradução e Interpretação; (11) Estudos Interculturais; (12) Estudos da Interpretação; (13) Tradução Literária; (14) Tradução Automática e auxiliada pelo computador; (15) Trabalhos em categorias múltiplas; (16) Estudos do processo tradutório; (17) Metodologia de Pesquisa; (18) Interpretação em Língua de Sinais; (19) Tradução técnica e especializada; (20) Terminologia e Lexicografia; (21) Tradução e gênero; (22) Tradução e ensino de língua; (23) Tradução e Política; (24) Tradução e indústria de prestação de serviços linguísticos; (25) Políticas de Tradução; (26) Teoria da Tradução; e (27) Formação de Tradutores e Intérpretes.

De modo geral, o que temos com essas diferentes visões e tentativas de sistematização do campo dos Estudos da Tradução é que as pesquisas realizadas nessa área são diversas e inclusive interdisciplinares. Além disso, é possível ver que novas (sub)áreas mais especializadas vão se consolidando e encontrando espaço, como ocorre com os processos tradutórios/interpretativos envolvendo línguas de sinais. Embora essas sistematizações coloquem em destaque apenas a interpretação de línguas de sinais, vale notar que nos últimos anos, a tradução de línguas de sinais também tem crescido e se tornado campo de trabalho e foco de pesquisas

Para vislumbramos a possível amplitude desse campo disciplinar específico, pesquisamos no atlas *Ethnologue: Languages of the World*²³ (SIMONS e FENNIG, 2019) a situação das línguas no mundo hoje. Vimos que temos catalogadas, neste atlas, um total de 7.111 línguas, das quais 143, mapeadas pelo mesmo, são línguas de sinais. Se considerarmos apenas a situação do Brasil, encontramos duas línguas de sinais catalogadas: a Língua Brasileira de Sinais (Libras)²⁴, falada por mais ou menos 1 milhão de usuários surdos, cerca de 0,5% da população brasileira de acordo com o atlas, e a Língua de Sinais Urubu-Kaapor (LSUK)²⁵ falada pelo povo indígena Ka'apor que vive em cinco aldeias distribuídas pela região do Alto Turiaçu no sul do estado do Maranhão.

Nesse sentido, é importante destacarmos que, nos últimos anos, pesquisadores têm diferenciado e destacado os processos de tradução e de interpretação de/entre/para línguas de

²³ O *Ethnologue: Languages of the World* é uma publicação impressa e on-line do SIL International, uma instituição linguística de princípios cristãos que estuda principalmente línguas minoritárias para propiciar a seus falantes textos bíblicos em sua língua materna. Para mais informações acesse <https://www.ethnologue.com/>.

²⁴ Mais informações sobre a Libras no *Ethnologue* podem ser acessadas neste link <https://www.ethnologue.com/language/bzs>.

²⁵ Mais informações sobre a LSUK no *Ethnologue* podem ser acessadas neste link <https://www.ethnologue.com/language/uks>.

sinais como objeto de um campo disciplinar específico, diretamente afiliado aos Estudos da Tradução e aos Estudos da Interpretação. Segundo Rodrigues e Beer (2015), esse campo seria denominado de Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais.

2.2 - A Interpretação e os Estudos da Interpretação (EI)

Como você pode observar, na seção anterior, abordamos o entendimento de alguns teóricos acerca da definição de tradução e, por sua vez, observamos como a interpretação faz parte dessa conceituação. Considerando isso, antes de avançar, faz-se necessário diferenciar a tradução, propriamente dita, da interpretação, apresentando os Estudos da Interpretação (EI) e sua afirmação como um campo disciplinar específico.

Assim como a tradução, a interpretação pode ser observada de diferentes perspectivas, em múltiplos contextos, em processos diferenciados e em suas diversas modalidades. De modo geral, pode-se considerar que o campo disciplinar dos Estudos da Interpretação seria “duas décadas mais jovem do que a área de Estudos da Tradução” (QUENTAL et al., 2017 p. 1). Isso não quer dizer que a atividade interpretativa seja mais recente que a tradutória ou que as pesquisas sobre a interpretação não existiam concomitantemente às pesquisas sobre a tradução.

Segundo Carneiro (2017), Daniel Gile provavelmente foi um dos primeiros a utilizar a nomenclatura *Interpretation Studies* ou *Interpreting Studies*. Ele teria usado esse termo em seu discurso de abertura do Congresso de Estudos da Tradução na Universidade de Viena, em 1992. Posteriormente, em 1993, o mesmo termo foi utilizado em Salevsky (1993) em uma publicação intitulada de *The Distinctive Nature of Interpreting Studies* que nos oferece uma explanação geral das questões que são abordadas dentro desta área de estudo. Para ele,

em cada subárea dos Estudos da Tradução (aqui usada como um hiperônimo para Estudos de Tradução e Interpretação), existe a formulação de uma teoria centrada nos conceitos, estruturas e problemas metodológicos [relacionados à interpretação]. [Pois,] (1) fornece uma definição de interpretação, (2) as estruturas [relacionadas aos] Estudos da Interpretação (EI) de acordo com teorias gerais, especiais e particulares para domínios teóricos e aplicados e (3) enfatiza o problema da validade das investigações experimentais como um dos principais questão metodológica no EI”.²⁶ (SALEVSKY, 1993 p. 1, tradução minha).

²⁶ *In every sub-area of Translation Science (used as a hyperonym for Translating and Interpreting Studies) the formulation of a theory is a matter of concepts, structures and methodological problems. The author (1) provides a definition of interpreting, (2) structures Interpreting Studies (IS) according to general, special and particular theories for both theoretical and applied domains and (3) emphasizes the problem of the validity of experimental investigations as a major methodological issue in IS.*

Como podemos observar, o conceito de interpretação destaca-se nos anos 1990, a partir das discussões traçadas em âmbito internacional no contexto europeu. Por mais que entendamos que a interpretação surge no mundo antes da tradução, tendo em vista a já citada passagem da Torre de Babel na seção anterior, partimos da premissa de que como o texto registrado possui mais durabilidade, exatamente pelo seu registro físico, já que a evanescência da fala, característica da interpretação, não possui naturalmente registro palpável. Assim, a tradução, antes dos recentes avanços tecnológicos, ocupou mais o foco central das pesquisas.

Em consonância com o apresentado acima, Carneiro (2017, p. 1) acredita que a busca pela afirmação de um campo disciplinar autônomo para a interpretação se deu com a publicação de comentários e observações sobre a prática dos intérpretes que atuavam no contexto de conferência discutindo “modelos teóricos e empíricos, metodologias e paradigmas”.

Embora a localização da interpretação no campo dos ET seja ambígua, no sentido de ser posta como uma subárea ou (sub)disciplina, nos últimos anos, tivemos a reivindicação, por parte dos teóricos da interpretação, de um campo disciplinar específico com o mesmo reconhecimento e *status* dos ET. (RODRIGUES e BEER, 2015, p. 21).

Os EI enfocam, entre outros, o processo cognitivo dos intérpretes durante a interpretação e a formação de novos profissionais. Para Pöchhacker (2016, p. 41), algumas questões, tais como: “como fazer?” e “o que compõe o processo interpretativo?” fazem parte da área, já que buscam esclarecer “de que forma” a interpretação é realizada e/ou possa ser ensinada.

Como dito anteriormente, pode-se afirmar que a interpretação surge como atividade humana muito antes da tradução, pois “interpretar é uma antiga prática humana” (PÖCHHACKER, 2016, p. 41, tradução minha) corroborando, mais uma vez, o apresentado por Derrida (2002) sobre a antiguidade da diversidade linguística expressa com o simbolismo da Torre de Babel.

Uma das contribuições dos EI são as pesquisas que visam definir o conceito de interpretação, inclusive, diferenciando-o do de tradução. A interpretação tem sido definida como tradução oral, a qual visa ao estabelecimento da comunicação entre falantes de diferentes línguas numa situação e/ ou contexto específico (PAGURA, 2003, p. 210).

Se considerarmos a antiguidade dos processos, podemos afirmar que os processos interpretativos são bem mais antigos que os tradutórios. Entretanto, se considerarmos o registro histórico dessas atividades, temos que a tradução possui mais registros históricos e mais antigos,

por seu caráter escrito, que a interpretação caracterizada pela oralidade. Shuttleworth e Cowie (1997, p. 83, tradução minha) afirmam que “a história da interpretação não é bem documentada, embora seja geralmente aceito que, como atividade [a interpretação é] mais antiga que a tradução escrita²⁷”.

Embora consideremos que a interpretação também pode ser definida como um “[...] processo interpretativo e comunicativo que consiste na reformulação de um texto com os meios de outra língua e que se desenvolve em um contexto social e com uma finalidade determinada” (HURTADO ALBIR, 2005, p. 41), é importante destacar alguns aspectos singulares que vão diferenciar a tradução, propriamente dita, da interpretação. Vejamos alguns desses aspectos gerais supracitados, que podem nos ajudar a entender a conceituação da interpretação, ainda que nem sempre estejam presentes: (1) a interpretação envolve um texto oral que está sendo produzido em fluxo contínuo, sem registro fixo, ou seja, após sua produção o texto imediatamente se desfaz; (2) o modo de produção ou de execução da atividade é em contato direto com o destinatário da interpretação, podendo este estar presente fisicamente ou por mediação de tecnologia; (3) as etapas relacionadas ao processo de interpretação podem até contar com uma preparação prévia, porém, mesmo com esta preparação, a realização será imediata; por fim, (4) as características do produto final da interpretação que não depende necessariamente de registro. Sabemos que estas não são todas as características que envolvem esta atividade tão complexa, mas é um entendimento pertinente dos aspectos de singularizam essa atividade em relação à tradução.

Se formos comparar a prática da tradução com a prática da interpretação, observando suas características de realização temos:

²⁷ *The history of interpreting is not well documented, although it is generally agreed that as an activity it is older than written translation.*

Quadro 2 - Observação das características relacionadas à tradução e à interpretação.

Processos Características	TRADUÇÃO	INTERPRETAÇÃO
Competência e habilidades linguísticas	Priorização daquelas necessárias para lidar com a modalidade escrita: habilidades de leitura e de escrita.	Priorização daquelas necessárias para lidar com a modalidade oral: habilidades de escuta e de fala.
Ritmo de trabalho	O profissional define o seu ritmo de acordo com pressão do tempo.	O autor do discurso impõe seu ritmo ao profissional que precisa se ajustar a ele.
Apresentação do texto fonte	O texto está disponível em um suporte (físico ou virtual), pode ser relido e o profissional pode revê-lo o quanto for necessário.	O texto está em fluxo constante e, na maioria dos casos, não pode ser visto novamente ou repetido, mesmo que o profissional necessite.
Modo de realização do trabalho	O trabalho pode ser pausado ou organizado em etapas.	É quase impossível interromper, protelar ou fragmentar o trabalho.
Apoio externo (materiais e outros recursos)	O apoio externo pode ser buscado em glossários, em dicionários, em colegas e em outras traduções.	Há pouco ou nenhum apoio externo, basicamente recorre-se à memória ou, imediatamente, ao colega de trabalho, ainda que de forma limitada.
Possibilidade de correção antes da entrega do texto alvo	O texto pode ser completamente revisado e, se for necessário, realizar ajustes e alterações.	Não há como realizar nenhuma alteração sem que o público a veja.
Aspectos situacionais da atividade	Contexto limitado centrado no espaço de trabalho do tradutor.	Contexto múltiplo, desde o intrassocial até o internacional.
Uso da tecnologia	Indispensáveis, ferramentas e materiais para a escrita são essenciais.	Dispensável, pode ocorrer com nada mais do que o próprio corpo.
Contato com o cliente/ público	Indireto, mínimo ou inexistente, muitas vezes com um grande intervalo de tempo entre o processo de tradução e a entrega do produto final.	Direto, significativo e efetivo, muitas vezes com o público presente no momento da interpretação.

Fonte: Rodrigues (2018b, p. 303-304) traduzido para o Português por Nogueira (2019, p. 191)

Embora possamos pensar em características gerais que nos ajudam a compreender as semelhanças e diferenças entre a tradução e a interpretação, temos que considerar que a interpretação pode ser realizada de diversos modos. Para Hurtado Albir (2016), estes distintos modos podem ser categorizados e classificados, por exemplo, como modalidades de tradução²⁸, sendo que estas modalidades podem ser organizadas de acordo com as características do texto fonte e a forma como o profissional trabalha durante a realização da interpretação. Nesse sentido, temos, por exemplo, a modalidade simultânea que corresponde “a tradução oral

²⁸ Aqui o termo tradução está sendo usado como um hiperônimo.

espontânea e simultânea de um texto oral à medida que este é produzido”²⁹; a consecutiva que pode ser entendida como “a tradução oral não espontânea e posterior de um texto oral, com tomada de notas ao mesmo tempo em que o texto é produzido”³⁰ (HURTADO ALBIR, 2016, p. 70, tradução minha).

Assim como apresentado em Pöchhacker (2004), vemos que diversas teorias surgem para explicar o que se passa na cabeça do intérprete durante ato interpretativo, tais aportes teóricos contribuem significativamente para entendermos de que forma a interpretação é realizada podendo servir também para a formação de intérpretes dos mais variados pares linguísticos pois, tal trabalho “consiste em encontrar ‘pistas’ de significados implícitos, em atentar para a polissemia dos itens lexicais que expressão conceitos abstratos em determinar, em cada enunciado, o que se expressa em função do contexto linguístico situacional” (MEDEIROS, 2014, p. 55) Dito em outras palavras, o cognitivo do TILSP é utilizado em sua totalidade para extrair o sentido do enunciado que se está sendo produzido, pois este se encontra, no momento da atuação “com a tarefa de sinalizar conceitos abstratos” (p. 56) que surgem à medida em que o discurso é proferido. Entretanto, de que forma isso acontece mecanicamente?

De modo geral, pode-se dizer que as duas teorias mais conhecidas são a *Théorie du Sens* (Teoria Interpretativa da Tradução ou Teoria do Sentido, em português) que foi pensada com base na interpretação consecutiva e os *Effort Models* (Modelo dos Esforços, em português) pensada a partir da interpretação simultânea.

A Teoria do Sentido foi desenvolvida pela intérprete de conferências e pesquisadora Danica Seleskovitch, em 1959, e continuou a ser discutida por Marianne Lederer. Para estas autoras, a interpretação se baseia em uma organização “tripartite”, representada pelo diagrama abaixo:

²⁹ Traducción oral espontánea y simultánea de un texto oral a medida que éste se desarrolla.

³⁰ la traducción oral no espontánea y posterior de un texto oral, tomando notas al mismo tiempo que se produce el texto.

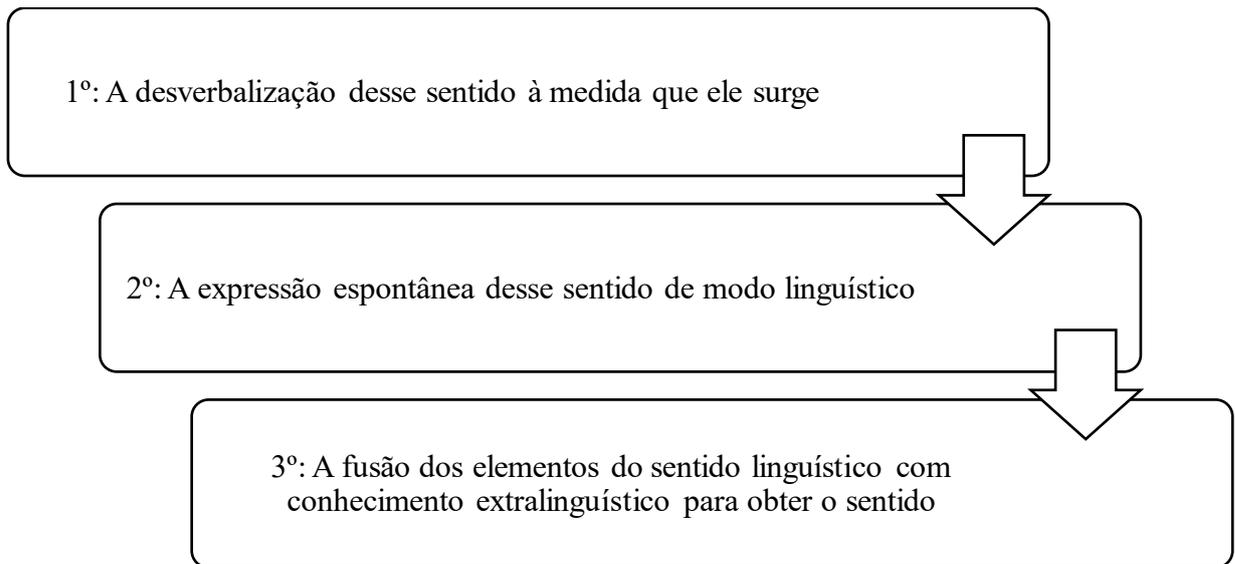


Figura 3 - Processo de Interpretação em Seleskovitch & Lederer (1989 apud FREIRE, 2008).
Fonte: elaboração com base em Freire (2008).

Observamos nessa ilustração um processo em que a interpretação se baseia no sentido construído com base na desverbalização³¹, já que o objetivo da interpretação é apreender o que foi produzido em uma língua e transportar essa mesma realidade — ou sentido — para outra língua (SELESKOVITCH & LEDERER, 1989 apud FREIRE, 2008). O aspecto fundamental desse modelo é que o intérprete compreende a mensagem em termos não verbais; ou seja, a interpretação não se trata de traduzir palavras, nem de transferência verbal, nem de diferenças entre duas línguas.

Partindo da interpretação simultânea, Daniel Gile (GILE, 1995 apud FREIRE, 2008) considera os esforços e sua coordenação para que o intérprete realize sua tarefa:

³¹ A desverbalização compreende o processo de memorizar o sentido do que foi dito sem supervalorizar a memorização das palavras com que esse sentido foi expresso. Assim, torna-se menos dificultosa e mais precisa a reprodução espontânea do sentido expresso no discurso oral em língua estrangeira na língua materna. (FREIRE, 2008, p. 152)

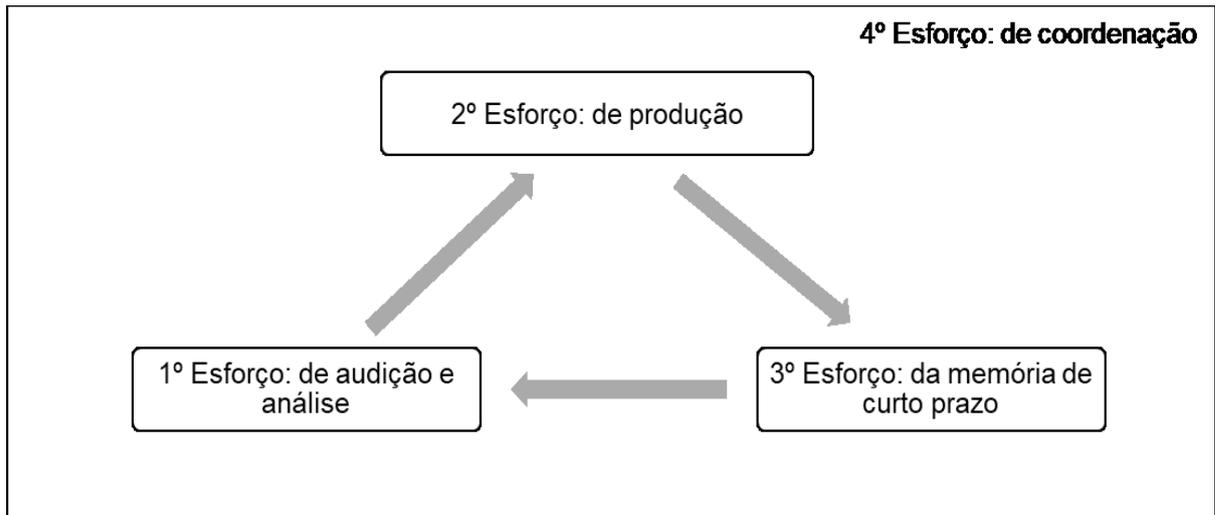


Figura 4 – O processo interpretativo a partir de Gile (GILE, 1995 apud FREIRE, 2008).
Fonte: Elaboração Própria.

Existe ainda um quarto esforço, chamado de coordenação, que atua como elemento articulador dos demais esforços. Assim, primeiramente, o intérprete se esforça para fazer a audição e compreensão do discurso a ser interpretado. Então, realiza a análise deste conteúdo textual, colocando-o de acordo com as regras linguísticas e gramaticais da língua alvo (LA). Assim se inicia o esforço da produção, no qual o material textual oral é produzido conforme a análise do intérprete.

Todas essas informações, recém produzidas, ficam armazenadas por certo tempo, evidenciando assim o esforço da memória de curto prazo. Em contrapartida, a todos esses processos, para que o intérprete realize seu trabalho a contento, o esforço de coordenação coloca todas as coisas em ordem, fazendo com que o ciclo se feche e reinicie constantemente, enquanto durar a interpretação.

Nesta seção, apresentamos o conceito de interpretação e duas abordagens teóricas do processo interpretativo. O que chama atenção é de que todos estes estudos foram realizados a partir da observação da interpretação entre línguas vocais. Assim, quando consideramos um processo de interpretação envolvendo línguas que são articuladas de modo diferente numa modalidade gestual-visual, precisamos rever e refinar esses conceitos e essas teorias.

2.3 - Os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS)

Nos últimos anos, temos visto uma profusão de pesquisas, tais como trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações e teses abordando questões relacionadas à interpretação

intermodal. Atualmente, vemos profissionais que atuam no âmbito da tradução e da interpretação de línguas de sinais (TILS)³² pesquisando suas práticas em busca de um espaço profícuo de socialização de conhecimentos vinculados aos ET e os EI. Cabe ressaltar que este movimento não se dá apenas no Brasil, mas em diversos outros países. Autores como Vasconcellos (2010), Rodrigues (2013a) e Santos (2013)³³ mencionam o caráter global dessas pesquisas.

No Brasil, podem-se encontrar essas pesquisas no final da década de 1990, como podemos observar na pesquisa de Pereira (2010) que apresentou um pouco da história da pesquisa com foco na interpretação de língua de sinais, a partir de informações coletadas em bases de dados de acesso público, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Plataforma Lattes e em bases particulares como acervos pessoais e uma lista de discussão dos Intérpretes de Língua de Sinais do Brasil (BrasILS).

Em sua pesquisa, a autora afirma que a primeira dissertação encontrada é a de Ramos (1995) que apresenta uma proposta de tradução cultural de uma obra literária para a Libras. Após essa dissertação, temos a de Pires (1999) que buscou investigar questões ligadas à fidelidade na interpretação em língua de sinais. No total, a autora encontrou dezesseis dissertações, sendo que

a maioria foi resultado de um programa de pós-graduação em Educação (8), seguidas pela Linguística Aplicada (3), Linguística (2), uma na Educação Especial, uma na Semiologia e uma nas Ciências da Linguagem. As universidades federais têm abrigado a maior parte dos trabalhos (9), seguidas por três universidades estaduais e quatro privadas. (PEREIRA, 2010, p. 105).

No que se refere às teses, a primeira é do ano de 2000 e também foi produzida por Ramos (2000). Essa tese versou sobre questões ligadas à leitura da tradução de uma obra traduzida para a Libras. Alguns anos depois, temos a tese de Rossi (2005) que abordou os impactos da atuação do Intérprete de Libras-Português dentro de uma escola da rede pública de

³² O termo TILS tem sido recorrente, porém não apresenta uma uniformidade apresentando-se ora para designar o profissional como em Vasconcellos (2010) e ora para designar uma área de estudos em que este profissional se insere como objeto de pesquisa como em Santos (2013). Vale salientar que o Decreto 5.626/05 o profissional é designado como Tradutor Intérprete de Libras/Português podendo ter a sigla TILSP como afirma Nascimento (2002). Para este trabalho utilizaremos a sigla TILSP para designar o profissional que atuam de/entre/para línguas de sinais e TILS para a área de pesquisa identificada como Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais.

³³ A Prof^a. Dr^a. Silvana Aguiar dos Santos apresentou em 2013 uma tese de doutorado intitulada “Tradução/Interpretação de Língua de Sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010”, na qual é apresentado um estado da arte da área de Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais. O riquíssimo trabalho da professora pode ser acessado no Banco de Teses e Dissertações da Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no link <https://bit.ly/2ZGUNAf>.

São Paulo. No total, a autora encontrou três teses em sua pesquisa sendo que “uma foi em Letras Vernáculas, uma em Educação e outra em Educação Escolar” (PIRES, 2010, p. 106). A autora ainda elencou as pesquisas que naquela época estavam em andamento.

Publicada três anos depois da pesquisa de Pires (2010), a tese de Santos (2013) apresenta uma análise bibliométrica das dissertações e teses em um período de 20 anos, compreendendo todos os trabalhos publicados entre 1990 e 2010. Essa tese teria sido produzida a partir “da necessidade de identificar, organizar e analisar as características, as singularidades e os elementos que envolvem a produção acadêmica nessa área [i.e., TILS]” (SANTOS, 2013, p. 28-29). Tal pesquisa, desenvolvida por Santos, se mostra de extrema relevância, pois elenca uma série de trabalhos que passam a dar vida e forma aos estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais.

Ainda que possamos entender a interpretação de línguas de sinais como localizada na subcategoria de teorias parciais e restritas ao meio na proposta de Holmes (1972), como tradução oral, ou na proposta de Williams e Chesterman (2002) como um tipo especial de interpretação, um dos primeiros mapeamentos acerca dos ET no Brasil, desenhado por Pagano e Vasconcelos (2003), não vislumbra em nenhum dos seus ramos a presença de pesquisas sobre a tradução ou a interpretação envolvendo línguas de sinais, como se pode observar na figura a seguir.

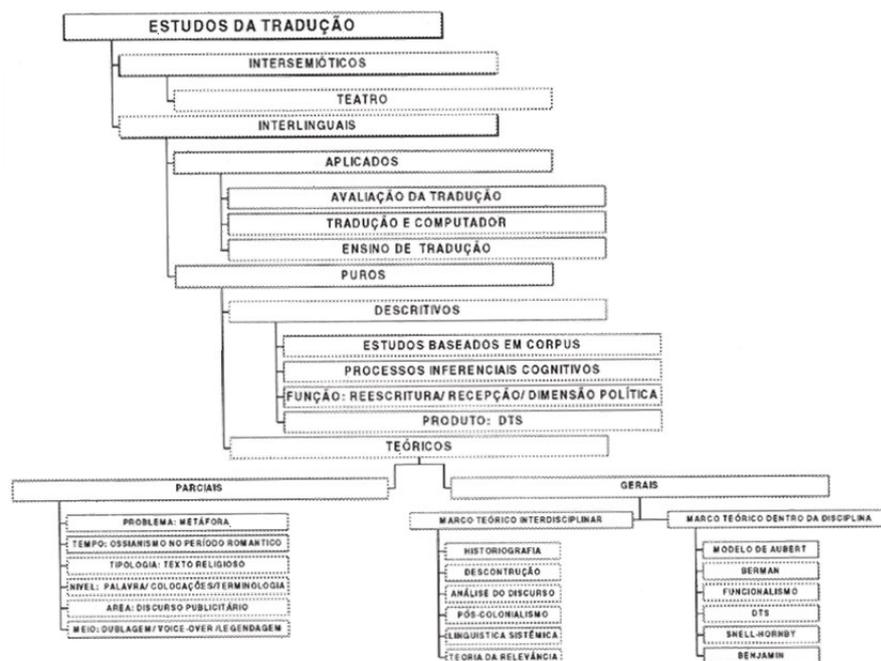


Figura 5 - Estudos da Tradução no Brasil: a partir do mapeamento de Holmes (1972, 1988).

Fonte: Pagano e Vasconcelos (2003, p. 15)

Pagano e Vasconcelos (2003) sugerem que o mapa de Holmes, datado da década de 1970, é passível de avanços se consideradas novas e diferentes áreas de conhecimento. Assim, como afirmam Pires (2010) e Santos (2013), as pesquisas sobre a tradução e a interpretação envolvendo línguas de sinais é recente.

Neste sentido, na pesquisa desenvolvida por Santos (2013), de acordo com a metodologia utilizada pela autora, foram encontradas 3 teses e 25 dissertações que versavam sobre a interpretação de línguas de sinais e 1 tese e 4 dissertações que versavam sobre a tradução de línguas de sinais, sendo que todas essas pesquisas foram produzidas e publicadas em um período de 20 anos, compreendendo as pesquisas de 1990 a 2010. Por isso, acreditamos que “a [tradução e a] interpretação enquanto área de pesquisas tem ganhado cada vez mais visibilidade no meio acadêmico” (SANTOS, 2013, p. 57).

Os autores mencionados [na tese] impulsionaram investigações diversas [sobre a tradução e a interpretação de línguas de sinais], desde aquelas que tratavam da prática da interpretação envolvendo os processos linguísticos e mentais que constituem a atividade complexa de interpretar, até aquelas que se direcionavam às traduções de pesquisas e paradigmas teóricos que constituem movimentos mais recentes dentro dos estudos sobre a [tradução e a] Interpretação [de línguas de sinais]. (SANTOS, 2013, p. 57-58).

Neste sentido, podemos entender que existe uma área emergente que aborda a tradução e a interpretação de/entre/para línguas de sinais que se apresenta, assim como já mencionado antes, como Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS). Rodrigues e Beer (2015), no texto intitulado *Os Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais: novo campo disciplinar emergente?*, publicado em um volume especial³⁴ do periódico Cadernos de Tradução da UFSC, apresentam uma reflexão sobre a “emergência deste novo campo disciplinar em relação à sua vinculação direta aos Estudos da Tradução (ET) e aos Estudos da Interpretação (EI)” (RODRIGUES e BEER, 2015 p. 17). Vejamos a representação da relação entre os ETILS com os ET e os EI, como proposto pelos autores.

³⁴ Você pode encontrar mais informações e todos os trabalhos publicanos na Edição especial (número 2- jul./dez. 2015): Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais da revista Cadernos de tradução neste link: <https://bit.ly/31NVpG9>.

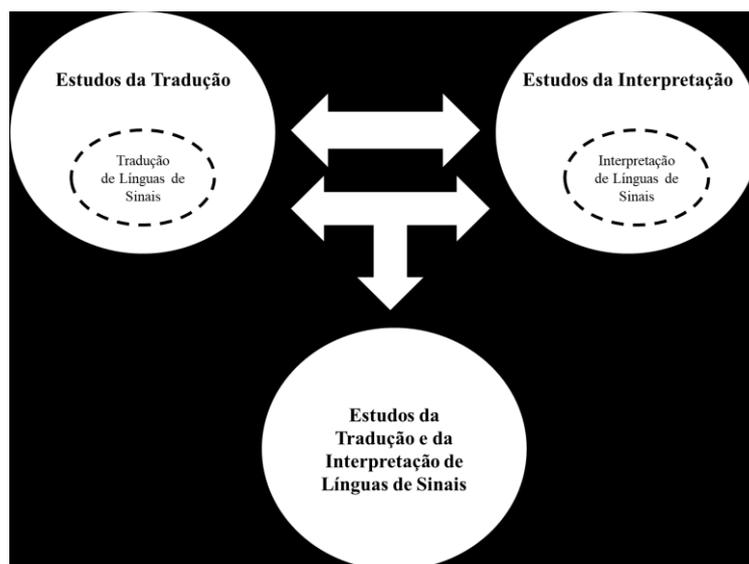


Figura 6 - Interseção dos campos disciplinares e a localização dos ETILS.

Fonte: Rodrigues e Beer (2015, p. 23)

Neste contexto, a tradução e a interpretação envolvendo línguas de sinais é trazida à tona em discussões de autores consagrados dos ET e dos EI e tal fato revela que com o passar do tempo as pesquisas que versam sobre a tradução e a interpretação que envolvem uma língua de sinais vêm constituindo-se como um ramo específico.

Portanto, as pesquisas sobre a tradução e o traduzir e sobre a interpretação e o interpretar envolvendo línguas de sinais inscrevem-se, respectivamente, nos ET e nos EI e se afirmam como uma vertente específica ao trazer as implicações da modalidade gesto-visual a esses campos disciplinares, ampliando e diversificando suas possibilidades de análise e reflexão. (RODRIGUES e BEER, 2015, p. 23).

Podemos observar na discussão sobre a emergência ou não dos ETILS que esta área de pesquisa vem amadurecendo e se consolidando, pois

dentre os cinquenta trabalhos produzidos na pós-graduação brasileira envolvendo a temática da tradução e/ ou da interpretação de línguas de sinais, temos quarenta e um enfocando a interpretação de línguas de sinais, três “gerais ou mistos³⁵”, já que se referem tanto à tradução quanto à interpretação, e seis tendo como foco a tradução de línguas de sinais. (RODRIGUES e BEER, 2015, p. 36).

³⁵ “Os trabalhos que decidimos chamar de ‘gerais ou mistos’ são aqueles que tratam das temáticas da tradução e da interpretação ao mesmo tempo, sem a necessidade de distingui-las ou de se ater a apenas uma delas”. (RODRIGUES e BEER, 2015, p. 36).

Atualmente, entendemos que este campo específico está em processo de afirmação, configurando-se como um profícuo campo de pesquisa, pois essas pesquisas “evidenciam a abertura [de uma nova área de estudos], os Estudos da [Tradução e da] Interpretação de Língua de Sinais [(ETILS)], antes nem reconhecidos como atividade profissional e agora um campo promissor que constrói seu embasamento teórico para legitimar a sua prática” (PIRES, 2010, p. 112).

Tal emergência não pode por si só ser medida pela quantidade de trabalhos publicados que versam sobre a temática. Entre os vários eventos realizados com o objetivo de socialização de pesquisas relacionadas a esta área, podemos nomear o Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, doravante Congresso TILS³⁶, uma das maiores³⁷ oportunidades brasileiras de visibilidade e difusão de pesquisas que se inserem nos ETILS. Realizado desde 2008, o Congresso TILS é “sobre a tradução e interpretação de Libras e Português analisada sob diferentes perspectivas do processo, tais como: aspectos intermodais, aspectos interculturais, aspectos interlinguísticos e aspectos intersemióticos”, como nos mostra o site do evento.

Concluimos, a partir da discussão levantada por esta seção, que a emergência desse campo, isto é, dos ETILS, é notória e não apresenta embates com as outras duas áreas já existentes, a saber, os ET e os EI, mas se justapõe a elas e as integra. Tal notoriedade advém do número crescente de publicações, de eventos e do surgimento de cursos, em nível de graduação e pós-graduação, voltados para a formação de novos profissionais e/ ou pesquisadores da tradução e da interpretação de línguas de sinais.

Adentrando a área dos ETILS, observamos sua singularidade em comparação aos ET e aos EI, visto que a tradução e a interpretação nesta área têm como principal foco de estudos os processos que se dão entre línguas produzidas e percebidas por canais diferentes. Assim como já mencionado, a produção e a recepção das línguas serão tratadas, neste trabalho, como modalidades de língua, entendidas como o conjunto de sistemas físicos ou biológicos de transmissão por meio dos quais a fonética de determinada língua se concretiza. Em consonância com McBurney (2004), classificamos as línguas como (1) vocais-auditivas, produzidas pelo aparelho fonador e percebidas pela audição, como o Português, ou (2) gestuais-visuais, produzidas pelos movimentos do corpo no espaço e percebidas pela visão, como a Libras.

³⁶ O Congresso recebeu esta sigla, provavelmente, pela simplificação do endereço eletrônico de sua página tida como www.congressotils.com.br.

³⁷ Conferimos ao Congresso este título graças ao volume de trabalhos que são, bianualmente, apresentados nele. Caso você tenha interesse nas estatísticas do Congresso, estas informações, até a edição do ano de 2014, estão disponíveis no trabalho de Rodrigues e Beer (2015, p. 38).

Se por um lado as línguas vocais são produzidas internamente ao corpo, através de articuladores bem menores que os das línguas gestuais e de forma praticamente invisível; por outro, as línguas gestuais são produzidas externamente ao corpo de modo bem visível, contando com articuladores muito maiores que os das línguas vocais. (SANTOS, 2019, p. 25).

A questão da modalidade de língua é um dos aspectos que interfere na tradução e na interpretação, pois “não há dúvidas de que a diferença de modalidade causa efeito na língua de sinais. Entretanto, são muitas as similaridades entre as línguas orais e as de sinais, as quais demonstram que as propriedades do sistema linguístico não estão reduzidas à modalidade da língua, mas a transcendem” (RODRIGUES, 2013a, p. 43).

Se pensarmos a tradução e interpretação em termos de sua categorização, podemos denominar os processos que envolvem uma língua vocal-auditiva e outra gestual-visual como intermodais, isto é, entre línguas de modalidades diferentes, como nos pares Português-Libras e ASL-Inglês e vice-versa. Por outro lado, os processos tradutórios e/ ou interpretativos que ocorrem entre línguas na mesma modalidade podem ser denominados como intramodais, como nos pares Português-Francês (intramodal vocal-auditivo) e Libras-ASL³⁸ (intramodal gestual-visual) e vice-versa. Essa categorização foi apresentada por Rodrigues (2013a, 2013b, 2018a, 2018b, 2018c) e por Ferreira (2019).

³⁸ A língua de sinais americana é a língua de sinais através da qual a comunidade surda nos Estados Unidos da América, nos lugares de expressão anglófona do Canadá, e algumas partes do México, se comunica. Fonte: CARVALHO, P. V. de. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal**. Lisboa: Surd’Universo, 2007.

3 - A TRADUÇÃO AUDIOVISUAL (TAV)

A TAV é uma das áreas dos ET que aos poucos vem tomando corpo, principalmente a partir dos anos 1980 (FRANCO e ARAÚJO, 2011). Uma de suas primeiras formas de apresentação, observada na virada do século XX, é a incorporação de escrita em produções cinematográficas na forma de intertítulos (PÉREZ-GONZÁLES, 2014) nas transições de filmes mudos (ROMERO-FRESCO, 2013, p. 205), sendo acompanhados, muitas vezes, de música ao vivo e outras de efeitos especiais, narração e diálogos escritos entre cenas. Um dos principais destaques da época foi Charles Chaplin, considerado por teóricos como Quinsani (2010) uma das figuras mais importantes no cinema mudo.

Desde o início, inventores e produtores tentaram casar a imagem com um som de modo sincronizado, mas nenhuma técnica deu certo até a década de 1920 (REMAEL, 2010 p. 12). Sabe-se que com a criação da possibilidade de se inserir o som juntamente com a imagem nos filmes, Chaplin se revolta com o uso deste recurso por entender que os filmes deveriam ser completamente mudos e, buscando um meio termo, começa a fazer inserção destes intertítulos em inglês no intuito de transcrever o diálogo dos personagens.

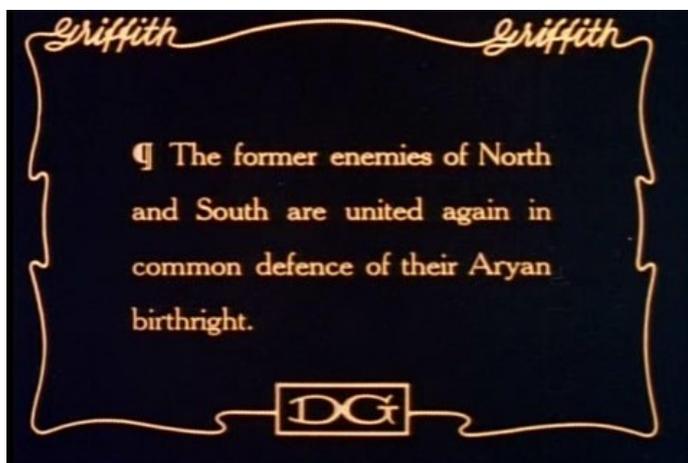


Figura 7 - Exemplo de Intertítulo no filme “O Nascimento de uma Nação” (1915), de D. W. Griffith com os dizeres “Os antigos inimigos do norte e do sul se uniram para defender sua linhagem Ariana.” (tradução de Saulo dos Santos Henrique).

Fonte: Domínio Público, disponível em <https://bit.ly/2xbysP8>, acesso em 23 de junho de 2019.

Com a crescente produção de filmes, criou-se uma demanda de fornecer filmes com traduções para garantir as exportações, especialmente para a indústria cinematográfica dos Estados Unidos da América (EUA). Nesse sentido, eram produzidas várias versões linguísticas do mesmo filme através de legendagem e dublagem, sendo o segundo o modo preferido pelas

peessoas, como vemos em Remael (2010). Com esta crescente demanda, surgiram as primeiras formas de apresentação da TAV: a legendagem e a dublagem. Na seção 3.1, abordaremos o campo de pesquisa dos ET, a Tradução Audiovisual, bem como suas interrelações com as demais que compõem esta área. Na 3.2, discutiremos algumas questões relacionadas às características dos textos presentes neste tipo de tradução. Por fim, na seção 3.3, conversamos sobre este tipo de tradução como uma ferramenta de acessibilidade e detalharemos duas delas, a Legendagem e a Janela de Libras, finalizando com a atuação dos TILSP nesta última.

3.1 - A TAV como campo de pesquisa: questões teóricas e práticas

Esta área de pesquisa apresenta diversas perspectivas acerca de sua nomenclatura e do seu objeto de estudo. Podemos entender que a TAV começou a aparecer, como demanda mercadológica, com o surgimento do cinema, sendo a arte de fixar e de reproduzir imagens sucessíveis que remetem à impressão de movimento na tela. Ela surge no final do século XIX (1895), tomando forma como atividade mercadológica no começo do século XX.

Os primeiros estudos no âmbito da TAV encontram-se dispersos, pois foram publicados numa variedade de publicações, desde revistas cinematográficas e de tradução a jornais e revistas semanais. Alguns nunca chegaram a ser publicados pelos profissionais e acadêmicos que os realizaram, o que dificulta a pesquisa bibliográfica sobre a origem da disciplina. A investigação na área e a respectiva publicação de resultados datam das décadas de 1950/60, tendo um maior desenvolvimento ocorrido apenas na década de 1990. (MEDEIROS, 2012, p. 6).

A primeira questão a ser levantada diz respeito ao nome desta área, pois, ao longo dos anos, diversos autores atribuíram a esta área uma série de designações diferentes, entre as quais podemos enumerar, com base em Medeiros (2012), as seguintes:

- *Audiovisual Translation*: Luyken (1991), Dries (1995), Shuttleworth & Cowie (1997), Baker (1998) e Hurtado Albir (2011);
- *Constrained Translation*: Díaz Cintas (1998);
- *Dynamic Umbrella*: Orero (2004);
- *Film Translation*: Snell-Hornby (1998);
- *Multimedia Translation*: Gambier & Gottlieb (2001) e Williams e Chestermam, (2002);
- *Audiovisual and Multimedia Translation*: Editora Saint Jerome Publishing (2008).

Já em Ferreira (2010, p. 10) percebemos que, assim como o termo tradução se comporta como um hiperônimo, o termo TAV talvez englobe uma diversidade de modos de realização, entre as quais destacamos:

- *Constrained Translation* ou *Traducción subordinada*: Titford (1982), Mayoral (1984, 1993), Kelly e Gallardo (1988), Rabadán (1991), Díaz Cintas (1998), Lorenzo e Pereira (2000, 2001);
- *Film Translation*: Snell-Hornby (1988);
- *Film and TV Translation*: Delabastita (1989);
- *Screen Translation*: Mason (1989) e Gambier (2003);
- *Media Translation*: Eguíluz (1994);
- *Film Communication*: Lecuona (1994);
- *Traducción Filmica*: Díaz Cintas (1997);
- *Audiovisual Translation*: Luyken (1991), Dries (1995), Shuttleworth & Cowie (1997), Baker (1998);
- *(Multi)Media Translation*: Gambier e Gottlieb (2001);
- *Transadaptation*: Gambier (2003, 2004);
- *Dynamic Umbrella*: Orero (2004);
- *Multidimensional Translation*: Gerzymisch-Arbogast (2005).

Não temos a pretensão de realizar um estado da arte desta área, mas, sim, destacar a diversidade e, muitas, vezes a confusão terminológica. Para Díaz Cintas, estas múltiplas formas de nomear a área surgiram em sua acepção primária como TAV, pois “a TAV foi usada para encapsular práticas de tradução diferentes usadas na mídia audiovisual — cinema, televisão, VHS — nas quais há a transferência de uma língua fonte para uma língua meta³⁹” (DIÁZ CINTAS, 2005, p. 4).

Uma outra justificativa para tantas nomenclaturas diferenciadas está no caráter multidisciplinar desta área que soma questões semióticas, cinematográficas, midiáticas e tradutórias. Esta diversificação de denominações não contribui com um consenso sobre a caracterização desta área. Todavia, observamos que a denominação mais recorrente é de fato Tradução Audiovisual. Talvez isso ocorra, “porque o termo ‘audiovisual’ é mais abrangente, abarcando como tal uma variedade de meios” (MEDEIROS, 2012, p. 7), ou seja, tal designação consegue se estabelecer como um hiperônimo para atividades que dizem respeito à tradução

³⁹ Tradução de Franco e Araújo (2011, p.3)

entre línguas com a interação entre sons e imagens em um suporte tecnológico que pode ser transmitido a partir de uma tela (ao vivo ou não), como vemos em Díaz Cintas & Remael (2010). “A TAV não se rege por uma teoria específica, recorrendo a várias teorias dos Estudos da Tradução e a métodos e conceitos de várias disciplinas, como a Pragmática, Estudos Literários, Estudos Fílmicos, Antropologia, História, entre outros” (MEDEIROS, 2012, p. 8).

Como não se tem um consenso entre os teóricos, adotaremos para esta pesquisa a conceituação de Hurtado Albir (2016, p. 77) que defende que a TAV se refere aos “processos tradutórios realizados para cinemas, televisão, vídeo, textos audiovisuais de todos os tipos (filmes e documentários etc.) em diversas modalidades”. Observe que aqui temos o termo “modalidade” entendido pela autora como sendo os modos de tradução que podem ser empregados.

Sobre os tipos de TAV não encontramos um consenso entre os autores. Em Hurtado Albir (1999, p. 183) encontramos: (1) Dublagem; (2) *Voice-over*; (3) Legendagem; e (4) Interpretação Simultânea. Já em Gambier (2003) vemos outras subdivisões, além das elencadas em Hurtado Albir (1999): (1) Legendagem Interlinguística ou Legenda Aberta; (2) Legendagem Bilíngue; (3) Dublagem; (4) Dublagem Intralingual; (5) Interpretação Consecutiva; (6) Interpretação Simultânea; (7) Interpretação de Sinais; (8) Meia Dublagem; (9) Comentário Livre; (10) Tradução à Prima Vista; (11) Produção Multilinguística; (12) Legendagem Intralinguística; (13) Tradução de Roteiro; (14) Legendagem ao vivo ou em tempo real; (15) Supra-legendagem ou Legendagem Eletrônica; e (16) Audiodescrição⁴⁰.

Observem que tanto Hurtado Albir (1999) quanto Gambier (2003) concordam que a interpretação simultânea, tipologias 4 e 6, respectivamente, pode ser categorizada como uma das possibilidades de TAV. Outro fator que chama a atenção é que Gambier (2003) também nomeia como um tipo de TAV a “Interpretação de Sinais”, entendida por ele como o processo em que intérpretes de sinais realizam a tradução a partir de textos e roteiros, de maneira simultânea com transmissão ao vivo ou gravada. Na sessão seguinte, discutiremos um pouco mais sobre a tipologia da TAV com relação às pessoas surdas e às línguas de sinais, buscando entender de que forma a TAV se relaciona ao processo de tradução intermodal.

No Brasil, algumas publicações já abordam a interface da TAV com a tradução e a interpretação envolvendo línguas de sinais. Araújo e Alves (2017) discutem que, por sua

⁴⁰ (1) *interlingual subtitling or open caption*, (2) *bilingual subtitling*, (3) *dubbing*, (4) *intralingual dubbing*, (5) *consecutive interpreting*, (6) *simultaneous interpreting*, (7) *sign language interpreting*, (8) *voice over ou half dubbing*, (9) *free commentary*, (10) *simultaneous or sight translation*, (11) *multilingual production*, (12) *intralingual subtitling ou closed caption*, (13) *scenario/script translation*, (14) *live or real time subtitling*, (15) *surtitling* e (16) *audiodescription*. (Tradução FRANCO E ARAÚJO, 2011, p. 2).

vocação para a acessibilidade, deveria haver uma mudança de nomenclatura para Tradução Audiovisual Acessível (TAVA), a qual englobaria as práticas de tradução voltadas para as pessoas com deficiência sensorial, isto é, com cegueira ou surdez. Uma destas importantes publicações é o Caderno de Traduções da UFSC, criado em 1996 por um grupo de professores da referida instituição, atualmente tal publicação possui edições quadrimestrais, ou seja, 3 edições por ano sob a coordenação da PGET. Vale mencionar que ela foi avaliada com conceito máximo, A1 no *Qualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

“Só depois da virada do milênio é que a tradução audiovisual começou a receber atenção dentro da academia” (SPOLIDORO, 2017, p. 318), como se pode observar, as referências para o entrelaçamento deste texto são, em sua predominância, datadas pós o ano 2000, muito por conta das campanhas de conscientização sobre a necessidade da eliminação de barreiras comunicacionais. Devido a isso, na academia, os profissionais que atuam diretamente neste tipo de contexto encabeçam uma série de pesquisas buscando investigar o processo que envolve esta atuação.

Em 2005, uma das edições da Cadernos foi publicada com oito artigos de diversos pesquisadores do Brasil e da Europa, que objetivavam desdobrar suas percepções e pesquisas relacionadas a TAV, cabe salientarmos que nenhum destes artigos abordou as diversas demandas de TAV como ferramenta de acessibilidade. No âmbito da própria UFSC, é possível encontrar alguns trabalhos, dentre os quais temos o TCC de Bianchini (2015), intitulado “Tradução audiovisual da Língua de Sinais: aspectos emocionais, formação e condição de trabalho⁴¹” que objetivou analisar os aspectos emocionais, formativos e profissionais de tradutores e intérpretes de Libras-Português que atuam em demandas de TAV em emissoras televisivas. Como conclusão, a autora define que os três aspectos supracitados, interferem na prática profissional, inclusive aqueles que são de ordem pessoal como questões emocionais, ausência de formação vocacionada e desconhecimento das atuais tecnologias disponíveis para a realização desta atividade tradutória.

Além desse TCC, temos o de Santos (2016), intitulado “Telejornalismo e Tradução: os desafios tradutórios frente a produção, gravação e apresentação do TJ UFSC Libras” que objetivou descrever os desafios tradutórios da produção de um telejornal em Libras, em consonância com Bianchini (2015), o autor concorda que a formação específica se faz necessária para a atuação neste contexto; e, também, o de Oliveira (2018), intitulado “O

⁴¹ Podendo ser acessada em <https://bit.ly/2x12Oj9>.

Tradutor e Intérprete de Libras e a Tradução Audiovisual de Conteúdo Político Partidário: problematizando este trabalho⁴²” que buscou identificar os desafios enfrentados pelos TILSP na atuação em contextos denominados pela autora como político-partidário, assim como as exigências que se apresentaram a esses profissionais no contexto político.

Considerando, portanto, que o campo da TAV constitui-se como um dos âmbitos do mercado de trabalho atual de tradutores e intérpretes e que, além disso, esse tipo de tradução é objeto de interesse e de pesquisa no espaço acadêmico, apresentaremos algumas singularidades dos textos multimodais traduzidos e interpretados na TAV.

3.2 - Características Textuais observadas no texto audiovisual

Uma das peculiaridades da TAV é o texto que a constitui, apresentaremos algumas impressões sobre este tema nesta seção, pois o “texto midiático” caracteriza-se por sua multimodalidade. Entender as singularidades deste texto é condição básica para se pensar como a tradução e a interpretação intermodal de textos audiovisuais se realizam, visto que “o estudo do texto audiovisual deixou de se centrar exclusivamente nos aspectos linguísticos para poder abarcar todos os elementos que o constituem. Procura-se assim alargar o estudo da TAV a outros aspectos, como os sinais intersemióticos” (MEDEIROS, 2013, p. 9).

Quando abordamos o processo de produção da TAV, a noção de texto é um importante ponto a se considerar. Díaz Cintas (2003) comenta que falar de texto dentro da TAV nos causa certa estranheza, mas esta noção, culturalmente aceita, deve ser discutida e amadurecida. Medeiros (2013 apud REMAEL, 2010) mostra que o texto audiovisual é composto de diversos elementos — áudios verbais (as falas), áudio não-verbais (todos os outros sons), visuais verbais (elementos escritos) e visuais não-verbais (todos os outros) — que estão aglutinados nos componentes básicos do audiovisual: o som, a imagem e os diálogos interligados e produzidos ao mesmo tempo.

Os textos audiovisuais trazem consigo uma série de elementos imagéticos que podem ser incorporados ao texto oral e/ou escrito com o objetivo de provocar em seu público alvo certo efeito de sentido a partir das cores utilizadas, do formato das letras, dos tipos de ilustrações e, até mesmo, dos cortes de câmera e de seus enquadramentos, revelando assim os propósitos comunicativos deste texto (PORFIRIO et al., 2015). É indispensável salientar que os elementos

⁴² Podendo ser acessada em <https://bit.ly/30PUYJT>.

sonoros e imagéticos, verbais ou não, estão combinados tanto simultânea quanto alternadamente de acordo com os propósitos e efeitos almejados.

Hoje, a composição textual está cada vez mais calcada na mescla da escrita e da imagem, estando tais elementos fazendo parte de uma relação quase que indissociável. Essa junção advém da propagação tecnológica, que tem deflagrado, nos últimos anos, uma intensa adesão ao plano visual. Esse contexto marcado pela difusão tecnológica tem carregado à eferescência de novos formatos textuais. O texto assume, hoje, a condição de multimodal. O que tem facultado a promoção de novas formas e maneiras de ler. (PORFIRIO et al., 2015, s/p)

O texto fonte, assim como o produto da TAV, configuram-se como um desafio para a tradução e interpretação intermodais de Português para a Libras, visto que o texto final está em uma modalidade gestual-visual, demandando, muitas vezes, que os elementos sonoros sejam transpostos para imagens, o que causa um efeito de sobreposição de diversos elementos visuais, verbais e não verbais, no texto alvo. Nesse sentido, essa atividade é complexa e bastante especializada, já que, para realizar esta tradução, o profissional necessita mobilizar diversos conhecimentos, visto que lidar com a multimodalidade em suas diversas marcas e manifestações audiovisuais demanda um tipo singular de competência.

3.3 - A TAV como uma questão de acessibilidade

Acessibilidade é uma palavra chave nos tempos atuais, pois se refere à possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações de uso público ou privado, tanto na zona urbana como na rural, por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, por exemplo.

A promoção de acessibilidade busca a eliminação de barreiras para que todas as pessoas — ou a maioria delas — possam ter acesso a sociedade como um todo, incluindo seus bens, serviços, produtos etc. Podemos aplicar esse conceito também aos produtos audiovisuais como defende Diaz Cintas (2005) em seu artigo *Audiovisual Translation Today: a question of accessibility for All* (Tradução Audiovisual nos dias atuais: uma questão de acessibilidade para todos, em português), publicado no renomado periódico *Translating Today*.

No Brasil, a acessibilidade é amplamente debatida levando-se em conta que “cada pessoa é única e singular e precisa conviver com toda a sociedade oferecendo o seu saber e as suas habilidades, em uma troca de permanente aperfeiçoamento” (BRASIL, 2008 p. 12). Neste sentido, os marcos legais se mostram como uma importante via para o estabelecimento da garantia de igualdade social àquelas pessoas que necessitam de algum tipo de acessibilidade.

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) publicou o livro *Acessibilidade: Legislação Federal*, em 2008, o qual foi compilado e organizado por Niusarete Margarida de Lima. Na publicação, temos 56 documentos oficiais que versam sobre a acessibilidade no Brasil, um deles é a Lei 10.098, promulgada em 19 de dezembro de 2000, a qual “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000). Nessa Lei, a acessibilidade é definida como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência [pessoa com deficiência] ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2008, p. 35).

Esta Lei também define que aquilo que “limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas” (p. 35) deve ser visto como barreira. Vejamos a classificação proposta.

Quadro 3 - Tipos de barreiras indicadas na Lei 10.098/00.

TIPO DE BARREIRA	CARACTERÍSTICA
arquitetônicas urbanísticas	as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público
arquitetônicas na edificação	as existentes no interior dos edifícios públicos e privados
arquitetônicas nos transportes	as existentes nos meios de transportes
nas comunicações	qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa

Fonte: Elaboração Própria com base na Lei.

Buscando o aperfeiçoamento da legislação vigente, a Lei 13.146 promulgada em 6 de julho de 2015, também conhecida como *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, atualizou o conceito de acessibilidade estabelecido anteriormente pela Lei 10.098/00, agora considera-se acessibilidade

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações,

transportes, *informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural*, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, grifo meu).

Como podemos perceber, em 15 anos, a implementação da acessibilidade, deu um salto conceitual, passando a abarcar também os meios de informação e comunicação, sistemas e tecnologias, fazendo com que a TAV seja novamente um espaço de atuação para TILSP bem capilarizado.

Um outro avanço significativo no amadurecimento conceitual, no que tange à quebra de barreiras, é a nova divisão e conceituação dos tipos de barreiras, sendo acrescentados dois novos tipos de barreiras em comparação com a Lei 10.098/00. Vejamos.

Quadro 4 - Tipos de barreiras indicadas na Lei 13.146/15.

TIPO DE BARREIRA	CARACTERÍSTICA
barreiras urbanísticas	as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
barreiras arquitetônicas	as existentes nos edifícios públicos e privados;
barreiras nos transportes	as existentes nos sistemas e meios de transportes;
barreiras nas comunicações e na informação	qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
barreiras atitudinais	atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
barreiras tecnológicas	as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Fonte: Elaboração própria com base na Lei

Embora a Libras seja mencionada na Lei 10.098/2000 (como linguagem de sinais), houve também, na legislação de 2015, um outro apontamento para a interação social a partir de uma língua gestual-visual, já que a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e definida como “sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria [...] sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” pela Lei 10.436/2002, conhecida como a Lei de Libras.

Entretanto, temos que nos perguntar: Como ofertar acessibilidade a partir da TAV para as pessoas surdas sinalizantes de Libras? Primeiramente, precisamos entender as necessidades destas pessoas, pois “para desempenhar uma boa tradução, é fundamental conhecer o destinatário e o objetivo dessa tradução” (FERREIRA, 2010, p. 29). No Brasil, temos uma

definição de pessoas surdas no Decreto 5.626, promulgado em 22 de dezembro de 2005, nele encontramos, no artigo 2º, o seguinte:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se *pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.*

Parágrafo único. Considera-se *deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.* (BRASIL, 2005, grifos meus).

Entretanto, o Decreto menciona diretamente dois públicos, os surdos e as pessoas com deficiência auditiva (conhecidas também pela sigla: DA), as quais inferimos ser as que não utilizam a Libras e não se constituem prioritariamente por experiências visuais. Com essa visão, podemos entender que existiriam dois tipos de TAV, um destinado especificamente aos surdos falantes de línguas de sinais e outro destinado às pessoas com deficiência auditiva não falantes de línguas de sinais. Assim, teríamos a Interpretação Simultânea (HURTADO ALBIR, 1999) e a Interpretação de Sinais (GAMBIER, 2003) endereçadas aos surdos e a Legendagem (HURTADO ALBIR, 1999) e a Legendagem Interlinguística ou Legenda Aberta (GAMBIER, 2003) para os surdos e para as pessoas com deficiência auditiva.

3.3.1 - Legendagem

Como dissemos anteriormente, na abertura deste capítulo, as legendas começaram a ser usadas como uma estratégia para driblar o cinema mudo, a partir da inserção de intertítulos (PÉREZ-GONZÁLES, 2014) nas transições destes filmes. Sendo assim, podemos considerar esse fato como umas das primeiras formas de utilização da TAV. Todavia, precisamos compartilhar a visão de duas autoras brasileiras, que vem desenvolvendo uma série de pesquisas em torno da TAV. Franco e Araújo, em *Questões Terminológico-Conceituais no campo da Tradução Audiovisual (TAV)*, publicada no ano de 2011, discutem as formas e os objetivos que os diferentes tipos de legendagem podem assumir em um produto audiovisual.

Pode-se considerar que a legendagem pode ser categorizada como proposto por Alvarenga (1998) para a diferenciação entre as legendas que poderiam ser voltadas para os ouvintes daquelas que poderiam ser voltadas para os surdos. Assim temos em Díaz Cintas (2005 apud FRANCO e ARAÚJO, 2011) a legendagem para ouvintes (*subtitling*), que é produzida

com o auxílio de *softwares* disponíveis no mercado, sendo o mais utilizado, de acordo com a Transcrito já (uma das principais empresas de transcrição de áudios no Brasil), o *Subtitle Workshop*⁴³ que demonstra versatilidade frente a outras opções por sua vasta lista de opções de formatos de legenda, bem como sua criação, edição e conversão de legendas, sendo possível também a revisão ortográfica e a pré-visualização do produto final.

A legenda interlíngua para ouvintes tem por objetivo transmitir as informações linguísticas, originalmente na modalidade oral de uma língua para a modalidade escrita de outra, ou seja, traduzir aquilo que está sendo falado em uma língua para a escrita de outra. No produto audiovisual, ela é produzida a partir de uma tradução e sincronização com apoio de *software*. É necessário definir o tempo de exibição na tela, as palavras utilizadas, respeitando-se certo limite na quantidade de caracteres em tela.

Em contraponto à legendagem para ouvintes, temos a legendagem para surdos, que, dada a força das legislações vigentes, necessitou ser repensada por conta da existência de novos recursos que pudessem contemplar por completo as pessoas surdas ou com deficiência auditiva. A Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) incorpora informações contextuais que não se restringe às linguísticas. Este termo foi proposto como tradução de *Subtitling for the deaf and the hard-of-hearing* (SDH), segundo Franco e Araújo (2001), por Selvatici (2010) e os membros que compuseram a sua banca de mestrado⁴⁴, realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A LSE possui características semelhantes a legendagem comum para ouvintes, no que se refere à adaptação do diálogo falado para o escrito observando-se a quantidade de diálogo e o ritmo de leitura (FERREIRA, 2010), sendo que sua principal diferença é que ela é produzida considerando-se aspectos culturais dos destinatários somados às questões linguísticas que são tratadas na legendagem.

No Brasil, ainda temos mais um tipo de legendagem que é, muitas vezes, confundida com a LSE: o *Closed Caption* (CC). A diferença entre as duas, reside no fato de o CC ser um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão, sendo que ele só pode ser reproduzido por um televisor que possua função para tal. As legendas ficam ocultas até que o usuário do aparelho acione a função na televisão através de um *menu* ou de uma tecla específica. Já a LSE é uma legenda aberta que já vem inserida no produto audiovisual e é reproduzida em qualquer dispositivo. Vimos os tipos de legendagem voltados para os surdos e para as pessoas com

⁴³ Disponível para download em <https://bit.ly/31TcUVN>.

⁴⁴ A dissertação teve a orientação de Prof^ª. Dr^ª. Márcia Amaral Peixoto Martins (PUC-Rio), e contou com a Prof^ª. Dr^ª. Maria Paula Frota (PUC-Rio), Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Santiago Araújo (UECE) e o Prof. Dr. Paulo Fernando Carneiro de Andrade (PUC-Rio) como banca.

deficiência auditiva, mas cabe salientar que estes recursos não são de uso exclusivos deles, já que qualquer público pode utilizá-los. Embora muitas das legendas destinadas aos surdos envolvam um processo de tradução intralingual, elas podem ser produzidas tanto de modo intra quanto interlingual. Na próxima seção, veremos a TAV que envolve línguas de modalidade diferentes, ou seja, que também é intermodal em relação a modalidade de língua e não apenas em relação a modalidade de uso da língua (i.e., da modalidade oral para a escrita).

3.3.2 - Janela de Libras

Observamos, a partir de 2005, um número crescente de publicações que versam sobre a TAV como uma forma de oportunizar o acesso de todos aos produtos audiovisuais (DÍAZ CINTAS, 2005). Entretanto, assim como Bianchini (2015), observamos que a maioria destes estudos e publicações visam discutir formas de produção de TAV a partir de pares linguísticos de línguas de mesma modalidade, ou seja, uma tradução tipificada como intramodal vocal-auditiva (entre duas línguas vocais em sua modalidade oral e/ou escrita). Assim, ainda temos uma lacuna a ser preenchida quando abordamos a TAV com línguas de modalidade diferentes (i.e., a tradução audiovisual intermodal em relação a modalidade de língua), como as que envolvem o Português e a Libras, no nosso caso.

A mais famosa TAV intermodal (envolvendo língua de sinais) é a interpretação simultânea⁴⁵ (ou em alguns casos, a tradução) inserida na tela e exibida ao mesmo tempo que a produção audiovisual é veiculada. No Brasil, este tipo de TAV vem sendo requisitado, por força de lei. A Lei da Acessibilidade, em seu artigo 19, preconiza que

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais⁴⁶ ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento. (BRASIL, 2000).

⁴⁵ É interessante notar que esse tipo de “interpretação simultânea” pode ser definido como “interpretação simultânea consecutiva”, já que o intérprete pode ter acesso ao roteiro detalhado anteriormente e traduzi-lo. Todavia, ela somente se concretizará simultaneamente à produção do texto falado. Assim sendo, em alguns casos, o intérprete trabalha com o roteiro escrito com todas as suas marcas específicas durante um trabalho de preparação cunhado na “pré-tradução” e, posteriormente, oferece concomitantemente ao texto fonte falado sua interpretação para a língua de sinais. Nesse sentido, configura-se um processo híbrido que mescla característica da tradução e da interpretação em suas diferentes modalidades (ex., simultânea e consecutiva).

⁴⁶ Cabe aqui um esclarecimento, é observável que a Libras está sendo mencionada como linguagem de sinais, pois era este o entendimento se que tinha na época, o qual foi modificado dois anos depois, por força de lei, a partir da promulgação da Lei da Libras.

Com a Lei da acessibilidade, os serviços de radiodifusão de sons e imagens, entendidos como a televisão, propriamente dita, foram obrigados a adotar estratégias que permitissem a inserção da Libras na promoção de acessibilidade, para que as informações veiculadas oralmente em Português pudessem chegar aos surdos sinalizantes. Todavia, os prazos apertados para a implantação das medidas técnicas necessárias para a inserção da Janela de Libras fizeram com que este recurso fosse adotado apenas em determinados programas.

A primeira legislação no Brasil sobre as regras gerais da eleição, a Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, define no artigo 44, em seu parágrafo 1º, que “a propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS ou o recurso de legenda, que deverão constar obrigatoriamente do material entregue às emissoras”. Novamente, vale mencionar que, em 1997, ainda é comum usar a palavra “linguagem” para referir-se às línguas de sinais, como ainda acontece hoje em alguns programas veiculados na mídia. Contudo, esse artigo só foi incluído nesta legislação em 2009, pela Lei 12.034 de 29 de setembro de 2009. Isto é, nove anos depois da sanção da Lei 10.436/2002 que traz em si o reconhecimento da Libras como língua, mais especificamente como meio de comunicação e expressão e cinco anos após o Decreto 5.626/2005 que a regulamenta. Independente desse equívoco terminológico, o artigo versa sobre a obrigatoriedade do uso da Libras ou de legenda apenas para as campanhas políticas entregues às emissoras de televisão.

Muitas dúvidas surgiram, e ainda surgem, sobre a implementação do serviço de inserção da Janela de Libras, pois a legendagem, feita em Português, não supre as necessidades linguísticas e comunicacionais do público surdo (FERREIRA, 2010, p. 20), já que, no Brasil, as legendas ocultas e/ou o *Closed Caption* são formuladas na segunda língua (L2) da maioria dos surdos brasileiros, ou seja, em português escrito. Neste sentido, as pessoas surdas, que aprendem o Português como L2, não contam com um acesso pleno ao que está sendo veiculado, já que a legenda não estará em sua primeira língua (L1) ou na língua que ele pode usar plena e confortavelmente, no caso a Libras. Haja vista que esse tipo de legendam, além de demonstrar alta velocidade de produção e veiculação, requer que os surdos possuam habilidades de leitura adequadas ao acompanhamento da transmissão, por exemplo.

Segundo os dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 9.717.318 pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Isso equivale a 5% da população brasileira. Desse total, teríamos 344.206 surdos profundos, ou seja, que não escutam nada. Todavia, estes dados não se referem aos falantes de Libras, pois o IBGE não faz a distinção entre surdos, no sentido cultural dado ao termo, como faz o Decreto 5.626/05, e as

pessoas com deficiência auditiva, que segundo esta mesma legislação podem ou não fazer o uso da mesma. Ao olharmos em nível mundial, “de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 5% da população mundial sofre de problemas auditivos, sendo que a maioria destas pessoas vive em países com menores condições econômicas” (MEDEIROS, 2013, p. 28).

Cabe aqui realizarmos uma explicação dessas informações fornecidas pelo IBGE quanto as pessoas surdas, como vimos no começo deste capítulo existem dois públicos majoritários, os surdos e os DAs, como mencionado no Decreto 5.626/05, art. 2º e parágrafo único. Todavia, dentro de cada um destes grupos ainda temos várias outras subdivisões que fazem com que cada um destes múltiplos indivíduos, tenha formas de acessibilidade diferenciadas para contemplar suas respectivas demandas comunicacionais pessoais. Neste sentido, o IBGE não faz essa distinção de maneira detalhada em seu Censo, fazendo com que tais informações numéricas não reflitam a realidade da população em questão, visto que se referem a todas as pessoas com surdez, indistintamente.

Com o intuito de normatizar a veiculação da janela de Libras nos serviços de radiodifusão de imagens e sons, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), implementou, em 31 de outubro de 2005, com vigor a partir de 30 de novembro do mesmo ano, a NBR 15.290 que apresenta as diretrizes específicas para a promoção de acessibilidade nas comunicações na televisão, objetivando “estabelece[r] diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na televisão, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais” (ABNT, 2005, p. 9-10).

Tal publicação levou em conta uma série de legislações, entre as quais podemos citar: a Constituição Federal de 1988; a Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990, que estabelece o Código de Defesa do Consumidor; a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece os princípios gerais da acessibilidade; o Decreto 5.296 de 03 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei 10.098; a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas “portadoras de” [com] deficiência, sua integração social, e sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde; a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 14.550 de 1º de setembro de 1994, que dispõe sobre a utilização obrigatória de Intérpretes da Língua de Sinais na Propaganda Eleitoral Gratuita na televisão; a Norma 9.050 da ABNT, que define o desenho universal como parâmetro de estabelecimento da acessibilidade em âmbito geral; e a Norma da Aliança das Indústrias Eletrônicas (EIA) 608 de 1994, que determina o padrão internacional de posicionamento do CC na tela.

A terceira seção da NBR 15.290/2005, traz uma série de definições de termos que serão utilizados no decorrer do texto, a grande maioria deles segue as conceituações encontradas nas legislações vigentes, porém um deles nos chama atenção, é o item 3.17 que define que “o espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de Libras” (ABNT, 2005) será nomeado de “Janela de Libras”. Ao avançarmos para a seção 7 do referido documento, temos as “Diretrizes para a Janela de Libras”, que estão organizadas em 4 subseções, sendo:

- 1) Estúdio: encontramos todos os requisitos necessários para adequação do local onde será gravada a imagem do TILS;
- 2) Janela: temos todos os requisitos para a composição da imagem do TILS, seu enquadramento, foco, contraste e iluminação;
- 3) Recorte ou *wipe*: visualizamos os requisitos para a altura e largura da janela, orientações para evitar a sobreposição de elementos na tela à frente da janela;
- 4) Requisitos para a interpretação e visualização da Libras: observamos as recomendações para a boa visualização da janela, isto inclui as roupas, cor de pele, cabelo e fundo da tela.

Chamamos atenção para o segundo item, acima mencionado, sobre o tamanho da Janela, pois segundo a NBR 15.290/05, o tamanho da Janela de Libras deve ser $\frac{1}{8}$ da tela, sendo $\frac{1}{2}$ na largura e $\frac{1}{4}$ na altura, conforme apresentamos na Figura a seguir.



Figura 8 - Tamanho da Janela de Libras proposto pela NBR 15.290/05 para o padrão de transmissão televisivo de 4:3 (quadrado).

Fonte: Elaboração Própria, a partir do definido na norma.

Uma outra questão, abordada também pela NBR, é a postura e a forma de se apresentar para a filmagem da Janela de Libras por parte do TILSP que foram descritos por Nascimento, segundo ele estes elementos são

(a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete; (b) na transmissão de telejornais e outros programas, com o intérprete da libras em cena, devem ser tomadas medidas para a boa visualização da libras; (c) no recorte não devem ser incluídas ou sobrepostas quaisquer outras imagens. (NASCIMENTO, 2011, p. 74).

Acompanhando a ABNT na publicação da NBR, o Ministério das Comunicações editou a Portaria 310, em 27 de junho de 2006, buscando aprovar a Norma Complementar (NC) 001/2006 do mesmo órgão, com o objetivo de

complementar as disposições relativas ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e ao serviço de retransmissão de televisão, [...] ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. (BRASIL, 2006).

A NC foi editada com base nos mesmos referenciais da NBR 15.290/05, com o acréscimo da Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações; da Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa “Portadora de” [com] Deficiência e consolida as Normas de proteção; da Lei 10.048 de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão; do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853; do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098; do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, que aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares, i.e. suplementar, ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens; do Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005, que altera o art. 53 do Decreto nº 5.296; da Instrução Normativa nº 1, de 2 de dezembro de 2005, da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República, que regulamenta o art. 57 do

Decreto nº 5.296; e da própria Norma Brasileira, ABNT NBR 15290/2005, que dispõe sobre Acessibilidade em Comunicação na Televisão.

A definição da Janela de Libras que encontramos nesta NC permanece a mesma da NBR, porém estipula que a presença da Janela se dará quando

5.3. Os programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, bem assim campanhas institucionais e informativos de utilidade pública veiculados pelas pessoas jurídicas concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagem, bem como as pessoas jurídicas que possuem permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, deverão conter janela com intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais), cuja produção e ou gravação ficarão ao encargo e sob a responsabilidade dos Partidos Políticos e ou dos respectivos Órgãos de Governo aos quais se vinculem os referidos programas, sem prejuízo do cumprimento do disposto no subitem 5.1. (BRASIL, 2006).

Por fim, são definidos os prazos de implementação e definidos os produtos audiovisuais que deverão conter estes recursos de acessibilidade, o que nos causa estranheza é que a Janela de Libras ficou completamente de fora, isto é, não foram estabelecidos prazos para sua implantação, nem definidos quais os programas deverão apresentá-la como um recurso de acessibilidade. Ao estabelecer que apenas a legenda seja um recurso obrigatório, exclui-se uma parcela significativa de pessoas com surdez, as quais, como falantes de Libras, necessitam da Janela de Libras para um acesso pleno às informações. “Embora as emissoras de televisão tenham conhecimento do recurso de Janela de Libras, algumas, pela falta da obrigatoriedade, optam em não o oferecer e quando o fazem (geralmente estatais) são para programas específicos ou transmissões pontuais na programação da emissora” (BIANCHINI, 2015, p. 26).

Sem o estabelecimento desta obrigatoriedade, podemos observar que as empresas que geram produtos audiovisuais, colocam a Janela de Libras quando tem interesse ou por força de Lei, da forma como entendem que deve ser colocada e principalmente sem uma observância quanto ao tamanho correto da exibição da Janela. “Se considerarmos a importância da participação cidadã nos temas sócio-políticos, que geralmente são popularizados por transmissões de radiodifusão dos poderes executivos, legislativos e judiciários, e dos partidos políticos, tal perda agrava-se, pois limita a participação da comunidade surda nos assuntos nacionais e regionais” (BIANCHINI, 2015, p. 26).

Recentemente o padrão de televisão brasileiro foi modificado de uma tela quadrada (padrão 4:3) para uma tela retangular (padrão *Widescreem* 16:9) e, acompanhando esta mudança de padrão, a NBR 15.290 foi reeditada em 19 de dezembro de 2016 para que seguisse

os novos padrões técnicos de produção de produtos audiovisuais tendo em vista a mudança do formato da tela. A conceituação da Janela de Libras permaneceu a mesma nesta nova edição da norma, porém, diferente da edição anterior, a seção de número 6 é a que define as características gerais para sua produção:

a) *janela de LIBRAS incorporada ao vídeo original*: o vídeo do programa já contém a janela de LIBRAS sobreposta ao conteúdo original, inserida pelo próprio produtor do conteúdo, de forma que o telespectador não tenha controle sobre a manipulação desta janela, sendo que a esta pode conter um intérprete humano ou virtual, conforme a ABNT NBR 15610-3 e a ABNT NBR 15604; b) *intérprete virtual* (modelo tridimensional computadorizado): é a representação gráfica do responsável por exibir a tradução, de forma que o telespectador tenha controle sobre a manipulação desta janela, conforme a ABNT NBR 15610-3 e a ABNT NBR 15604; c) *vídeo secundário*: um segundo fluxo elementar de vídeo é enviado em conjunto com o vídeo da programação principal. O vídeo secundário exibirá apenas um intérprete de LIBRAS realizando a tradução, que poderá ser ou não um intérprete virtual, de forma que o telespectador tenha controle sobre a manipulação desta janela, conforme a ABNT NBR 15610-3 e a ABNT NBR 15604. (ABNT, 2016, grifo meu).

Sem entrarmos na discussão do intérprete virtual⁴⁷ e nas questões advindas desta decisão por parte da ABNT, pode-se considerar que tivemos um ganho significativo, pois, a partir do novo padrão brasileiro de televisão, o usuário poderá inserir a Janela de Libras na tela e no local e com o tamanho que quiser. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário que se tenha a produção deste vídeo secundário de alguma forma, o que ainda não vimos acontecer na prática, mas acreditamos estar em vias de execução.

⁴⁷ Uma grande discussão vem se levantando entre os TILSP e os surdos, pois com o avanço da tecnologia foi possível o desenvolvimento de aplicativos de tradução automática para a Libras, que são bonecos em *design* de avatar que, através de uma programação, realizam a tradução, basicamente palavra-por-palavra, o que tem gerado uma série de problematizações, como podemos ver na Comunicação Oral intitulada “Aplicativos tradutores em Libras: solução ou problema?” de Rogério Gonçalves dos Santos, apresentada no 5º Congresso Nacional de Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa (Congresso TILS), a comunicação está disponível em <https://bit.ly/2X7OGne>.

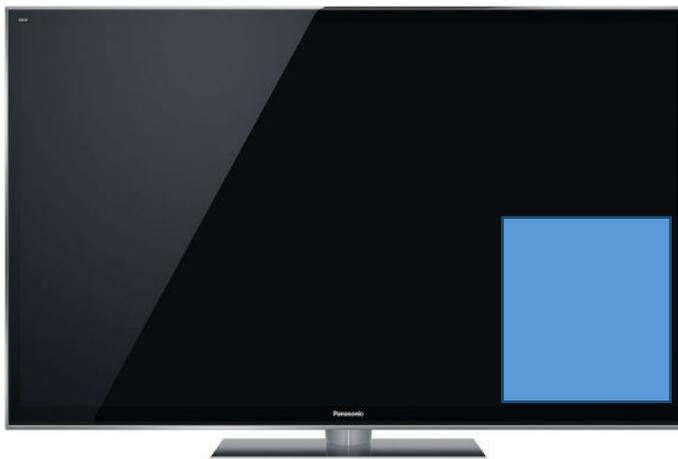


Figura 9 – Novo tamanho da Janela de Libras proposto pela NBR 15.290/16 para o padrão de transmissão televisivo de 16:9 (retangular).

Fonte: Elaboração Própria, a partir do definido na norma.

Observamos, atualmente, que apenas os programas de campanha e debates político-partidários ofertam acessibilidade em seus vídeos veiculados na mídia em geral, isto se deve à aplicação da legislação, fazendo com que os direitos ao acesso, a eliminação da barreira comunicacional, possam ser usufruídos pelos cidadãos surdos. Na próxima subseção, faremos um panorama sobre a atuação de TILSP no contexto político e sua veiculação na janela de Libras.

O nome “Janela de Libras” é o mais utilizado pelos profissionais da área da tradução, para os profissionais do audiovisual a mesma é conhecida pelo nome de *wipe* ou recorte, porém por ser uma nomenclatura genérica, a mesma é alvo de certos comentários perjurativos como “janelinha” que traz certo desconforto aos profissionais dos serviços de tradução e de interpretação, buscando um meio termo, Bianchini (2015) sugere, em sua pesquisa, que a Janela de Libras passe a ser denominada como “Legenda de Libras” para conferir a ela um *status* mais elevado, porém ao observamos o processo de produção de uma legenda e de uma Janela de Libras, separadamente, encontramos diferenças significativas, quanto à sua produção, que carecem de pesquisas que não foram abordadas pela autora. Todavia já existem outras perspectivas para nomear, definir, descrever e propor padronizações para a Janela de Libras⁴⁸.

Araújo e Alves (2017, p. 309) explicam que, ao somar esforços com outros pesquisadores, foi desenvolvido, por Naves et al. (2016), um manual, intitulado “Guia para

⁴⁸ A partir de um estudo realizado com diversas produções em âmbito nacional, Tuxi et al. (2017) apresentam à Comissão da Pessoa com Deficiência da Câmara Federal, um estudo sobre um novo padrão de veiculação da Janela de Libras que visa “objetiva[r] e] garantir a visibilidade da tradução em Língua de Sinais e não comprometer a visualização da produção audiovisual” (s.p). Mais informações: <https://bit.ly/2kYrdYi>. Acesso em 22 de set. 2019.

Produções Audiovisuais Acessíveis⁴⁹”, com diretrizes para a elaboração de TAVs para cineastas e produtores, bem como distribuidores de produtos cinematográficos, com o fim de que estes possam conferir acessibilidade a seus produtos. Neste guia, os autores nomeiam o espaço destinado à veiculação da tradução/interpretação entre uma língua vocal e outra de sinais ou entre duas línguas de sinais — na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação — como Janela de Interpretação de Língua de Sinais. Aqui temos outra questão, pois a janela também pode ser utilizada para a produção de uma tradução em língua de sinais, por isso adotamos nesta pesquisa o termo Janela de Libras, por ser o termo estabelecido pela legislação vigente.

3.3.3 - A Atuação de Tradutores/Intérpretes de Libras-Português (TILSP) no Brasil: a Janela de Libras no contexto político

Os TILS, como já dito anteriormente, são os profissionais que realizam a tradução entre o Português e a Libras e vice-versa e/ou interpretação⁵⁰, de maneira consecutiva ou simultânea, por exemplo. A presença destes profissionais começa a ser notada institucionalmente a partir dos anos 1980, por mais que não se saiba

exatamente quando surgiu a figura do intérprete de língua de sinais (LS) [...] é adequado pensar que quando surgiram as primeiras figuras de surdos na sociedade, aparece juntamente a pessoa que vai tentar mediar a comunicação entre indivíduos surdos e ouvintes (CHAIBUE, AGUIAR, 2016, p. 2)

Buscando uma regulamentação para a atuação deste profissional, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS⁵¹) realizou o I Encontro Nacional de Intérpretes de Línguas de Sinais, em 1988, com o intuito de proporcionar um intercâmbio entre os TILSP atuantes nos diferentes estados brasileiros com o objetivo de se encontrar um equilíbrio quanto a ética profissional (QUADROS, 2004, p. 14-15).

⁴⁹ Que pode ser acessado em <https://bit.ly/2m1xOS4>.

⁵⁰ Uma das primeiras vezes que o termo “tradutor-intérprete” pode ser observado é, segundo Pagura (2003, p. 210) a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, assim ambas as atividades até hoje são utilizadas pelo senso comum como sinônimas.

⁵¹ A FENEIS é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e trabalha em prol da representação das pessoas surdas, tem como missão desenvolver ações que promovam a qualidade de vida dos surdos nas áreas pessoal, profissional e social, valorizando seu potencial humano de acordo com o site oficial da instituição endereçado em <https://feneis.org.br/>.

O início da inserção deste profissional na TV brasileira, realizando a TAV, é incerto. Bianchini (2015, p. 50) considera que “uma das aparições mais remotas” da inserção de TILS, podendo não ser a primeira no Brasil, realizando interpretação simultânea em contextos políticos foi na campanha política do então candidato à Presidência da República, Guilherme Afif Domingos, que teve no vídeo a companhia do TILSP Paulo Favalli⁵², em 1989. Observamos que o candidato, mesmo sem a obrigação legal, tornou sua campanha acessível a partir da disponibilização de seu programa de governo em Braille⁵³ e da inserção da Janela de Libras em suas campanhas midiáticas como podemos observar na Figura 9.

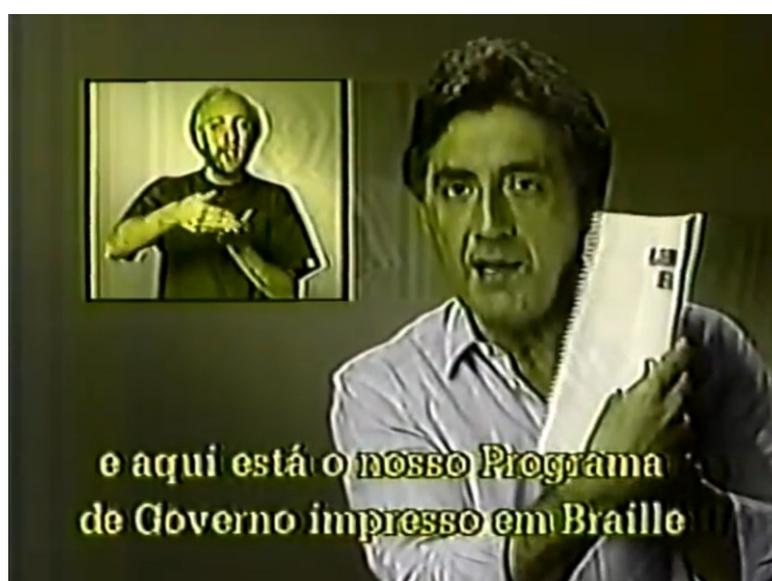


Figura 10 - Campanha à Presidência da República de Guilherme Afif com Janela de Libras em gravado em 1989 e disponibilizado no YouTube dia 07 de agosto de 2011.

Fonte: <https://youtu.be/IqxIu17ybM0>, acesso em 22 de set. 2019.

Cabe salientar que a presença da TILSP na campanha de Afif não se deu apenas em um dos seus vídeos, como demonstrado na Figura 9, a participação de Favali foi efetiva na campanha e pode ser observada em outros vídeos, contemporâneos a este, *upados* no canal do então candidato no YouTube, gravados no anos 80 e disponibilizados na plataforma entre 2011 e 2012. É possível vislumbrar outros dois vídeos, sendo um intitulado “Afif defende ataque efetivo contra a inflação” e outro “Desburocratização do Governo”, ambos contêm a Janela de

⁵² Bianchini (2015) também traz uma entrevista concedida por Paulo Favalli, o intérprete que acompanha Afif (Figura 10) que foi cedida pelo mesmo no intuito de fornecer dados acerca do processo de realização de seus trabalhos naquela época. A entrevista pode ser visualizada no Anexo IV do referido trabalho que está disponível em <https://bit.ly/2x12Oj9>.

⁵³ O Braille é um sistema de escrita tátil utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão. É tradicionalmente escrito em papel em relevo. Os usuários do sistema Braille podem ler em telas de computadores e em outros suportes eletrônicos graças a um mostrador em braille atualizável.

Libras. Atualmente, Afif ocupa o cargo de Assessor Especial de Empreendedorismo e Desburocratização do Ministro da Economia⁵⁴ no atual governo e possui uma forte presença nas redes sociais. Em conversa, totalmente informal, em uma rede social, deixamos uma mensagem para ele buscando mais informações sobre suas intenções e como essa parceria entre ele e o TILSP funcionou naquela época, passando uns dois dias, ele retornou meu contato explicando como firmou parceria com Favali na campanha de 1989. Em suas palavras,

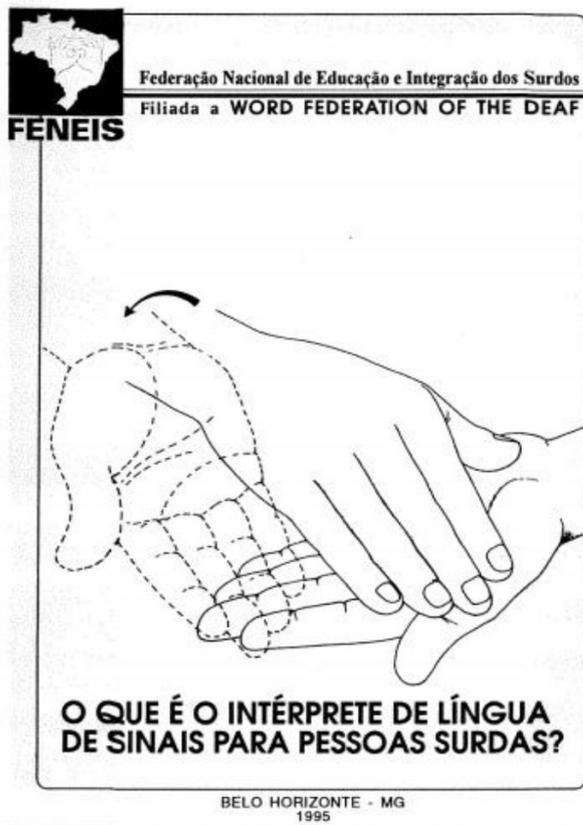
tudo começou num debate realizado pela TV Manchete. Eu levei um profissional de libras para acompanhar os meus discursos. Eu havia prometido traduzir para linguagem de libras toda minha campanha à presidência. Infelizmente, a direção do debate negou que eu fizesse o programa com a tradução simultânea deste profissional. E como os portadores de deficiência auditiva estavam esperando e eu não podia decepcioná-los. Então, em minha primeira aparição como candidato, aprendi os gestos da mensagem e assim nasceu o tema da campanha: JUNTOS CHEGAREMOS LÁ. Foi daí também que surgiu a música que ficou na memória de muitos brasileiros até os dias de hoje. (AFIF, 2019).

Em 1992, aconteceu a segunda edição do Encontro Nacional de Intérpretes de Línguas de Sinais, promovida pela Feneis. Desta vez com outro tema norteador: a criação de um Departamento Nacional de Intérpretes que seria sediado na própria feneis. Neste encontro, o departamento foi aprovado e criado.

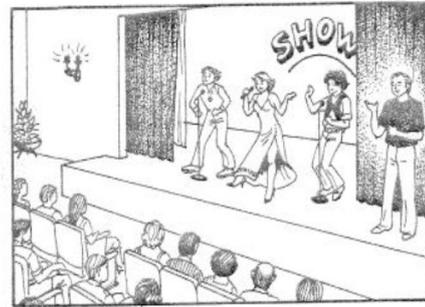
Em consonância com a crescente reivindicação pelos direitos do cidadão, como o direito ao voto, a Feneis iniciou uma luta em prol da inserção da Janela de Libras em campanhas político-partidárias. Neste sentido, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publica a Resolução 14.550, em 01 de setembro de 1994, que versa sobre a interpretação de “linguagem de sinais” na propaganda eleitoral gratuita na televisão.

Como resultado das discussões, a Feneis lançou um livreto *O que é o Intérprete de Línguas de Sinais para Pessoas Surdas*, publicado com o intuito de orientar os profissionais que foram subordinados ao Departamento em relação aos aspectos éticos, posturais e de conduta, bem como à sua inserção em diversos contextos de atuação. Bianchini (2015 p. 53) chama atenção para o aspecto audiovisual demonstrado na cartilha com a inserção daquilo que seria uma TAV produzida de maneira intermodal, como podemos ver na figura 11.

⁵⁴ Fonte: Folha de São Paulo, disponível em <https://bit.ly/2KEefds>, acesso em 26 de junho de 2019.



Na atividade cultural cênica, as funções de interpretação da Língua de Sinais são tão importantes quanto o próprio desempenho dos protagonistas e a qualidade do texto.



Isso ocorre no teatro, no concerto, na apresentação de temas folclóricos e em tantos outros que venham necessitar de ilustração.



O mesmo ocorre na televisão, cuja programação passa a ser acessível aos surdos graças aos intérpretes da Língua de Sinais.

Figura 11 - Capa do livreto e a página 16 que demonstra a presença do TILSP na Televisão.
Fonte: FENEIS (1995, p.16 apud BIANCHINI, 2015, p. 53)

Podemos observar que o modelo de Janela de Libras apresentado na cartilha é o mesmo utilizado pelo candidato Afif, mencionado acima, nas eleições de 1989. Como a cartilha foi produzida em 1995, podemos hipotetizar que naquela época a tendência de produção de TAV, a partir da Janela de Libras, seguia a premissa de que o TILSP deveria ser inserido no canto superior direito ou esquerdo, que mais tarde foi normatizado pela NBR 15.290 como o canto inferior direito, considerando-se que na perspectiva do espectador, seria este o local mais adequado para a inserção da janela.

Desde então, a cada edição do período eleitoral, o TSE regulamenta a presença do TILSP nas campanhas político-partidárias e nos debates na televisão. Em uma busca simples no *site* do órgão, encontramos as dez resoluções que versam sobre a inserção destes profissionais no processo eleitoral brasileiro do ano corrente: Resolução 20.034 de 27 de novembro de 1997; Resolução 21.176 de 13 de agosto de 2002 e Resolução 22.158 de 02 de março de 2006, estas resoluções não estão mais disponíveis para consulta, ao ligar para o TSE, a partir do número disponível em seu portal eletrônico, fui informado que o sistema passou por uma atualização e que os documentos anteriores a 2008 só podem ser acessados presencialmente em Brasília. As

demais resoluções, a partir de 2008, estão disponíveis, em formato digital para consulta na internet. Neste sentido, organizamos de que forma a normativa estabelece a presença da TAV no pleito, assim temos o seguinte (quadro 5):

Quadro 5 - Resoluções do TSE sobre as TAVs exigidas para a eleição do ano seguinte

Nº	Data	Tipo de TAV	Inserção
22.718	28/02/2008	Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) ou os recursos de legenda	Propaganda eleitoral gratuita (art. 25)
23.191	16/12/2009	Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) ou o recurso de legenda	Propaganda eleitoral gratuita na televisão (art. 33)
23.370	13/12/2011	Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) ou o recurso de legenda	Propaganda eleitoral gratuita na televisão (art. 32)
23.404	27/02/2014	A Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) ou o recurso de legenda.	Debates transmitidos na televisão (art. 29) e Propaganda eleitoral gratuita (art. 33).
23.457	15/12/2015	Subtitulação por meio de legenda oculta, Janela com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Audiodescrição.	Debates transmitidos na televisão (art. 32) e Propaganda eleitoral gratuita (art. 36).
23.551	18/12/2017	Subtitulação por meio de legenda oculta, Janela com intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Audiodescrição.	Debates transmitidos na televisão (art. 38) e Propaganda eleitoral gratuita (art. 42).

Fonte: próprio autor com base nas informações levantadas no Portal de Legislação Compilada do Tribunal Superior Eleitoral.

Nossa intenção não é fazer um levantamento completo de todas as legislações, resoluções e semelhantes, mas demonstrar que este movimento de inserção da janela com o TILSP já é institucionalizado pelo TSE com a edição das resoluções listadas acima. Até 2012, podemos observar que a obrigatoriedade era apenas para as campanhas político-partidárias em âmbito televisivo, ou seja, o profissional era contratado por determinado partido político para realizar este tipo de trabalho para os candidatos apenas durante o período de campanha. Com o estabelecimento da obrigatoriedade, a partir do pleito de 2014, a TV COM⁵⁵ (RBS TV Florianópolis) realizou no dia 29 de setembro de 2014 o debate dos candidatos à Prefeitura da

⁵⁵ TVCOM (acrônimo de TV Comunidade) foi uma emissora de televisão brasileira originada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, posteriormente tendo como sede Florianópolis, Santa Catarina. Operava no canal 36 da NET e era um canal comunitário do Grupo NC. Em 2012, a TV COM apresentava programas próprios e também retransmitia programas de sua irmã, a RBS TV Florianópolis.

cidade de Florianópolis contando com TAV a partir da inserção da Janela de Libras, não tivemos oportunidade de identificar se tal fato também ocorreu em outras cidades. Como a TV COM finalizou suas operações na capital catarinense em 2015, não encontramos o registro integral em vídeo desta atuação, mas temos o seguinte registro (Figura 12).



Figura 12 - Registro do Debate Eleitoral de 2014 na cidade de Florianópolis.

Fonte: acervo pessoal.

Por mais que a primeira resolução do TSE tenha sido produzida em 1997, garantindo a presença do TILSP nos debates e campanhas político-partidárias, apenas nas Eleições de 2016, este direito de fato foi legitimado e largamente divulgado nas mídias com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) que em seu artigo 67 define que “os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros: I - subtítuloção por meio de legenda oculta; II - janela com intérprete da Libras; III - audiodescrição” (BRASIL, 2015).

A nova realidade de acessibilidade para surdos em vídeos político-partidários estabelecida pela LBI [Lei Brasileira de Inclusão] fez com que uma diversidade de formatos, tipos, cores, tamanhos e recortes de janelas fossem inseridas nas propagandas partidárias obrigatórias e nos debates municipais promovidos pelas diferentes emissoras de TV em 2016. (NASCIMENTO, 2017, p. 462).

Por conta desta obrigatoriedade, muitos partidos se viram em uma situação complicada, pois não conheciam os requisitos que os profissionais TILSP necessitavam ter para estarem atuando neste contexto. Nascimento (2017, p. 462) chega a classificar esta edição das eleições

como um “show de horrores para os eleitores surdos”. Devido à situação, a Federação Brasileira das Associações de Tradutores, Intérpretes e Guias-Intérpretes da Língua de Sinais (Febrapils), entidade que representa as associações de TILSP no Brasil, passou a disponibilizar em sua página um formulário para que os eleitores surdos fizessem denúncias de Janelas de Libras irregulares. Estas denúncias foram encaminhadas aos respectivos Tribunais Eleitorais Regionais. A entidade emitiu também uma Nota Técnica⁵⁶, em parceria com a Feneis, buscando elucidar aos contratantes questões relacionadas ao serviço de interpretação neste contexto. Ainda em 2016, o Jornal Hora 1, da TV Globo exibiu uma reportagem⁵⁷ que denunciava as campanhas eleitorais que não estavam de acordo com os preceitos estabelecidos pela legislação vigente. Tudo isso serviu de alerta para que a acessibilidade possa ser de fato um conceito presente nas campanhas político-partidárias. Consideramos que obtivemos um melhoramento significativo na campanha seguinte.

As Eleições de 2018 garantiram um melhor acesso dos eleitores surdos às informações que os candidatos estavam divulgando, pois a “maioria dos partidos atenderam as orientações legais de acessibilidade, porém de forma parcial, uma vez que os critérios estabelecidos na NBR 15290/16 não foram obedecidos por todos” (OLIVEIRA, 2018, p. 34), inclusive no que tange ao dimensionamento da Janela. Independente disso, podemos considerar que essas eleições marcaram uma atuação histórica, pois, por mais que os partidos e as emissoras de televisão não conheçam o papel do TILS, tivemos a presença em massa desses profissionais nas campanhas eleitorais realizadas nas mais diversas plataformas⁵⁸. Além disso, destacou-se o fato de a formação para atuação neste contexto é de fundamental importância pois

atuar na área da tradução e interpretação implica na necessidade de formação, pois muitos conhecimentos são postos em jogo quando se pensa em traduzir e em interpretar. Entendemos, no entanto, que esse processo formativo não pode ser restrito, somente, ao plano teórico e nem apenas ao ensino das línguas: formar tradutores e intérpretes deve pressupor também o desenvolvimento de práticas que visem a construção de sentidos. (ALMEIDA e LODI, 2014, p. 114)

Considerando essas transformações sociais favoráveis a ampliação da veiculação da janela de Libras e de sua obrigatoriedade, decidiu-se investigar o processo de construção de uma TAV efetivada de maneira simultânea e intermodal, a qual é transmitida ao vivo pela

⁵⁶ Nota Técnica Nº 01/ 2017 – A atuação do Tradutor, Intérprete e Guia-Intérprete de Libras e Língua Portuguesa em materiais audiovisuais televisivos e virtuais, disponível em <https://bit.ly/2NfGv8C>.

⁵⁷ Que pode ser assistida neste link <https://glo.bo/2xb7J5t>.

⁵⁸ O Fantástico realizou uma reportagem sobre a visibilidade da Língua de Sinais na campanha eleitoral de 2018; a reportagem pode ser visualizada neste link <https://bit.ly/2J7cOkT>.

televisão, pois “em uma primeira pesquisa percebem os que há pouca produção desenvolvida acerca da TAV de conteúdo político partidário, por ser ainda recente a presença do TILSP neste contexto” (OLIVEIRA, 2018, p. 33). Partindo do pressuposto de que esse tipo de TAV exige do profissional uma competência tradutória específica, utilizaremos a perspectiva de “competência tradutória” desenvolvida por Hurtado Albir (2017) em suas pesquisas no grupo PACTE. Este será nosso assunto do próximo capítulo.

A afirmação profissional dos TILSP está se consolidando nacionalmente, e há muito a ser pesquisado e explorado. Entende-se que este trabalho contribuirá para a reflexão em relação à formação deste profissional que atua ou atuará em contextos especializados, nesse caso em contextos políticos televisivos.

4 - A COMPETÊNCIA TRADUTÓRIA (CT)

Vimos que a atuação do TILSP envolve uma TAV produzida a partir da tradução e/ou interpretação, podendo ser gravada ou transmitida ao vivo de maneira simultânea, mas para este profissional realizar este trabalho ele precisa “manter o controle emocional e psíquico quando estiver atuando” (MACHADO e FELTES, 2015, p. 238), ou seja, o TILSP precisa ser competente. Contudo: o que é ser competente? Vamos refletir mais sobre esta questão discutindo o conceito de Competência Tradutória (CT).

4.1 - Os Estudos sobre a Competência Tradutória

Podemos buscar em Hymes (1972 apud HURTADO ALBIR, 2005; GONÇALVES, 2005) o conceito de competência comunicativa, conceito este que tem por base a teoria de Chomsky (1965 apud HURTADO ALBIR, 2001; 2005, 2011, 2016) que traz em si o conceito de competência e desempenho. A noção de competência no campo da linguística foi foco de diferentes pesquisas, as quais foram discutidas por Hurtado Albir (2001/2016, 2005). Entre essas pesquisas, podemos citar Hymes (1966, 1971), Canales-Swain (1980), Canale (1983), Winddowson (1989), Spolsky (1989) e Bachman (1990). Além desses autores principais, temos a teoria dos atos de fala postulada por Austin (1962) e Searle (1696), que deram origem a trabalhos posteriores que constituíram a disciplina de Análise do Discurso.

Ainda sobre a competência comunicativa, Hurtado Albir (2001) ressalta que: (1) a competência nestes trabalhos consiste em um sistema subjacente, composto por conhecimentos e habilidades que lhes permite estabelecer a prática da comunicação; (2) a competência comunicativa também incorpora habilidades no uso da língua, enquanto código de comunicação; (3) tal competência pode ser dividida em outras subcompetências; (4) é observável que esta competência possui um elemento central para a efetivação da comunicação, o qual é tido como estratégico; (5) neste modelo foram incluídos também aspectos que envolvem a memória, a atenção e a troca de turnos, enquadrados como mecanismos psicofisiológicos; e, por fim, (6) a interação existente entre os componentes da comunicação.

A noção de competência, tanto na linguística como na linguística aplicada e, mais especificadamente, nos estudos da tradução, carece de unanimidade no contexto acadêmico e sua complexidade pode ser constatada pelos diversos enfoques, muitas vezes antagônicos, que buscam examinar o fenômeno “competência” através de abordagens que vão desde a perspectiva de

conhecimento inato até uma percepção de seu caráter situado em termos de desempenho. (HURTADO ALBIR, 2005, p. 15).

Tendo em vista que a CT vem sendo pesquisada de modo mais sistemático, desde 1980, Hurtado Albir (2005) explica que apenas na década seguinte diversas propostas sobre o seu funcionamento são formuladas. Sobre estas diversas propostas, observamos que não houve um consenso, entre os teóricos, sobre as definições do que venha a ser a CT e de quais seriam seus componentes. Gysel (2017) nos mostra que, por mais variáveis que as definições sejam, elas se centram na atividade tradutória escrita. Além disso, a característica que perpassa todas as propostas relacionadas a CT é sua postulação como modelos componenciais, divididos em competências ou habilidades ou subcompetências, dependendo do autor, dos fundamentos teóricos e da terminologia empregada.

Seguindo este panorama, Kelly (2005), faz um levantamento, sobre as principais publicações sobre a CT, o qual está publicado em *A Handbook for Translator Trainers: a Guide to Reflective Practice*. No capítulo primeiro, há um panorama das publicações a partir dos anos 1970 até os anos 2000. Hurtado Albir (2001/ 2016) também realiza um levantamento sobre as propostas desenvolvidas nos anos 1980 e 1990 sobre o que os teóricos definem ser a CT agrupando-as quanto às suas similaridades. No quadro abaixo, temos uma comparação entre os dois panoramas organizados pelas autoras.

Quadro 6 - Perspectivas terminológicas acerca da CT elaborada por Reis e Geysel (2013).

KELLY (2005)	HURTADO ALBIR (2011)
Wills (1976) – competências	Bell (1991) – competência
Deslile (1980) – competências	Canale e Swan (1980) – competência
Roberts (1984) – habilidades	Hewson y Martin (1991) – competências
Nord (1988) – competências	Kiraly (1995) – conhecimentos
Pym (1992) – estratégias	Hurtado Albir (1996) – subcompetências
Gile (1995) – expertise	Hansen (1997) – habilidades e destrezas
Hatim e Mason (1997) – habilidades	Risky (1998) – subcomponentes
Campbell (1998) – competências	Lowe (1987) – habilidades
Neubert (2000) – competências	Pym (1992) – destrezas compostas por habilidades
PACTE (2000) – competências	Presas (1996) – competência
	Neuzig e Presas (1994) – conhecimentos
	Beeby (1996) – competências

Fonte: Gysel (2017)

Os estudos acerca da CT vêm se desenvolvendo nos Estudos da Tradução. O entendimento atual é que a CT se define como um conhecimento especializado. Tal entendimento é partilhado por Anderson (1983), baseado em Ryle (1949), com a distinção entre

os tipos de conhecimentos, que, nas palavras do autor se dividem em conhecimento declarativo e conhecimento procedimental ou operacional.

Segundo Anderson, o conhecimento declarativo consiste em *saber o quê*. É fácil de verbalizar, se adquire através de exposição e seu processamento é essencial controlado. O conhecimento procedimental, por sua vez, consiste em *saber como*. É difícil verbalizar, se adquirido através da prática e se processa essencialmente de maneira automática. Trata-se, pois, de dois tipos de conhecimento adquiridos por vias distintas. (HURTADO ALBIR, 2005, p. 21, grifos da autora).

Observa-se que a diferenciação entre estes tipos de conhecimentos é de fundamental importância, porém não é suficiente, pois para além de *saber o que* e *saber como* é necessário também *saber por que* empregar os conhecimentos declarativo e procedimental em determinada situação. Todavia, a qualificação da CT como um conhecimento especializado traz avanços na busca de uma definição do que é a CT, tendo em vista que esta pressupõe uma série de conhecimentos, habilidades, capacidades e atitudes integrados e mobilizados em momentos oportunos da prática tradutória.

Tendo os teóricos esta tarefa de qualificar, categorizar, entender e possibilitar a formação de novos profissionais a partir do desenvolvimento da CT, um grupo de pesquisa se despenda no que tange a qualidade e profundidade dos estudos em torno da CT. Na próxima seção apresentaremos os avanços galgados pelo Grupo PACTE, da *Universitat Autònoma de Barcelona* (UAB), na Espanha.

4.2 - Os Estudos de Competência Tradutória desenvolvidos pelo Grupo PACTE

Buscando compreender os diferentes métodos de avaliação de tradução, Waddington (1999) sugere que para um melhor entendimento e fundamentação sobre questões acerca da conceituação da CT, os dados empíricos são condição *sine qua non*. Numa perspectiva semelhante, o Grupo PACTE (Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação, em catalão *Grup PACTE - Procés d'Adquisició de la Competència Traductora i Avaluació*), criado em 1997, passa a “realizar pesquisas empíricas sobre a Aquisição da Competência Tradutória”⁵⁹, conforme o *site* oficial do grupo informa.⁶⁰

⁵⁹ To carry out empirical research into Translation Competence Acquisition (TCA), tradução minha.

⁶⁰ <http://grupsderecerca.uab.cat/pacte/>

A Prof^a. Dr^a. Amparo Hurtado Albir⁶¹ é a líder deste grupo que vem estudando a CT e sua aquisição a partir de uma perspectiva empírico-experimental. O Grupo PACTE publicou, em 1998, seu primeiro entendimento sobre a CT com um modelo operativo, composto por seis competências, conforme ilustrado abaixo (Figura 13).

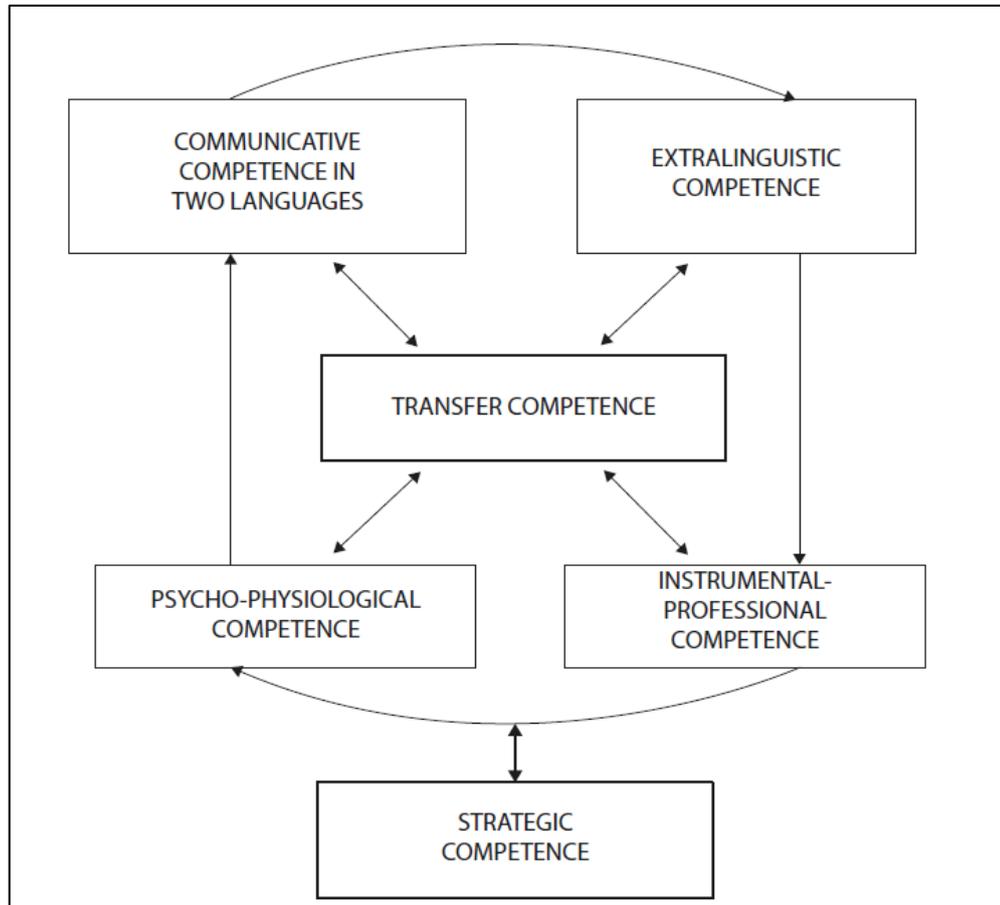


Figura 13 – Primeira versão do modelo componencial da CT do Grupo PACTE em 2001.
Fonte: PACTE (2017 p.37)

⁶¹ Professora do Departamento de Tradução e Interpretação da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Doutora em Tradução pelo ESIT da Universidade de Paris III. Ela dirigiu projetos de pesquisa na Universitat Jaume I de Castelló e na UAB. Autora de mais de 100 publicações sobre Teoria e Didática da tradução, de centro de qualidade: A noção de fidelité en traduction. Paris, Didier Érudition, 1990; Estuda sobre Tradução (ed.), Universitat Jaume I, 1994; O ensino da tradução (ed.), Universitat Jaume I, 1996; Ensine a traduzir, (dir.), Madri, Edelsa, 1999; Tradução e Tradução, Madrid, Presidente, 2001/2011 (ed rev., 9ª ed., 2017); Aprenda a traduzir do francês para o espanhol. Competências e tarefas para a iniciação à tradução, Edelsa-Universitat Jaume I, 2015. Diretora da série “Aprender a traduzir” (Edelsa-Universitat Jaume I), tradução nossa. Fonte: Site Oficial do PACTE.

Neste primeiro modelo operacional, observamos que o Grupo PACTE define as subcompetências⁶² da CT dessa forma:

- Subcompetência Comunicativa - um conjunto de conhecimentos utilizados para o estabelecimento da comunicação numa dada língua;
- Subcompetência Extralinguística - engloba os conhecimentos de mundo, isto é o conhecimento enciclopédico implícito ou explícito em áreas gerais e específicas, a competência também engloba os conhecimentos acerca do assunto em questão bem como os conhecimentos sobre a tradução;
- Subcompetência Instrumental - habilidades necessárias para a prática profissional da tradução, bem como os conhecimentos que tange o uso de tecnologias e ferramentas de tradução;
- Subcompetência Psicofisiológica - conjunto de capacidades de usar recursos psicofisiológicos e psicomotores tais como memória, atenção, raciocínio lógico, curiosidade intelectual, perseverança, rigor e autoconfiança;
- Subcompetência de transferência - central neste modelo operacional por mobilizar as outras competências e colocá-las em ordem no processo tradutório, ao mesmo passo, esta competência concentra-se também a capacidade de analisar, sintetizar e ativar diferentes conhecimentos para a realização da tradução; e, por fim,
- Subcompetência Estratégica - centra-se nos procedimentos individuais e inconscientes, sejam verbais ou não verbais, mobilizados para resolver os problemas de tradução que surgem no processo.

Tal modelo foi proposto em 1998 na publicação intitulada *La Competência Tradutora y su aprendizaje: objetivos, hipótesis y metodología de un proyecto de investigación* (em Português, A Competência Tradutória e sua aprendizagem: objetivos, hipóteses e metodologia de um projeto de investigação) e apresentado em formato de pôster no *IV Congrès International sobre Traducció* (em Português, Congresso Internacional sobre Tradução) na UAB, cabe ressaltar que este modelo modificou-se com base em dados empíricos advindos da pesquisa exploratória desenvolvida pelo PACTE. Observamos que este modelo operativo vai ao encontro da definição de CT publicada posteriormente, onde observamos que

⁶² Aqui as competências são tratadas como subcompetências, pois o PACTE as entende como peças que se juntam para formar uma única competência, a tradutória, neste sentido são consideradas os componentes desta que resultaria da integração de todas as outras.

uma competência é o saber como agir complexo e resultante de uma integração, mobilização e organização da combinação de capacidades e de habilidades (que podem ser cognitivas, afetivas, psicomotoras ou sociais) e de conhecimento (conhecimento declarativo) usados de forma eficiente em situações semelhantes.⁶³ (LASNIER, 2000, p. 31).

Observamos que tal conceituação corrobora a noção de que a CT está embasada nos conhecimentos postulados por Anderson (1983), isto é, no conhecimento declarativo e no operativo/procedimental. Os estudos do PACTE trazem a discussão da competência uma organização de competências gerais e competência específicas, as quais impactam o modelo de competência tradutória proposto pelo grupo e apoiam as propostas formativas decorrentes dele. As hipóteses levantadas pelo grupo são as de que a competência tradutória é:

1. qualitativamente diferente da competência bilíngue.
2. um conhecimento especializado.
3. compreende o conhecimento declarativo e processual, embora seja predominantemente conhecimento processual
4. um sistema subjacente de conhecimento, habilidades e atitudes necessárias para ser capaz de traduzir.
5. um sistema interativo e hierárquico de subcompetências que intervêm cada ato de tradução
6. sujeita a variações dependendo se a tradução é direta ou inversa; a combinação de idiomas em uso; o campo especialista envolvido (técnico, jurídico, literário); a experiência do tradutor; e o contexto específico da tradução (resumo da tradução, escala de tempo etc.)⁶⁴. (PACTE, 2017, p. 36).

Em 2003 foi publicado um modelo holístico⁶⁵ de CT que busca explicar como essa competência se estrutura por meio de sua modelagem, atualizando assim o modelo de 1998. Apresenta-se, então, a definição de CT como “um sistema subjacente de conhecimentos, habilidades e atitudes, [...] [sendo estes] conhecimentos declarativos e fundamentalmente

⁶³ Tradução de Geysel, 2017.

⁶⁴ 1. TC is qualitatively different from bilingual competence. 2. TC is expert knowledge. 3. TC comprises declarative and procedural knowledge although it is predominantly procedural knowledge. 4. TC is the underlying system of knowledge, abilities and attitudes required to be able to translate. 5. TC is an interactive, hierarchical system of sub-competences which intervenes in each translation act. 6. TC is subject to variation depending on whether translation is direct or inverse; the language combination in use; the specialist field involved (technical, legal, literary); the translator's experience; and the translation-specific context (translation brief, time scale, etc.), tradução nossa.

⁶⁵ O holismo é um conceito criado por Smuts (1926), que o descreveu como a “tendência da natureza de usar a evolução criativa para formar um ‘todo’ que é maior do que a soma das suas partes”. Fonte: SMUTS, J. C. **Holism and evolution**. *Рипол Классик*, 1926.

operativos necessários para traduzir”⁶⁶ (HURTADO ALBIR, 2016, p. 395). Vejamos o modelo representado na Figura 14.

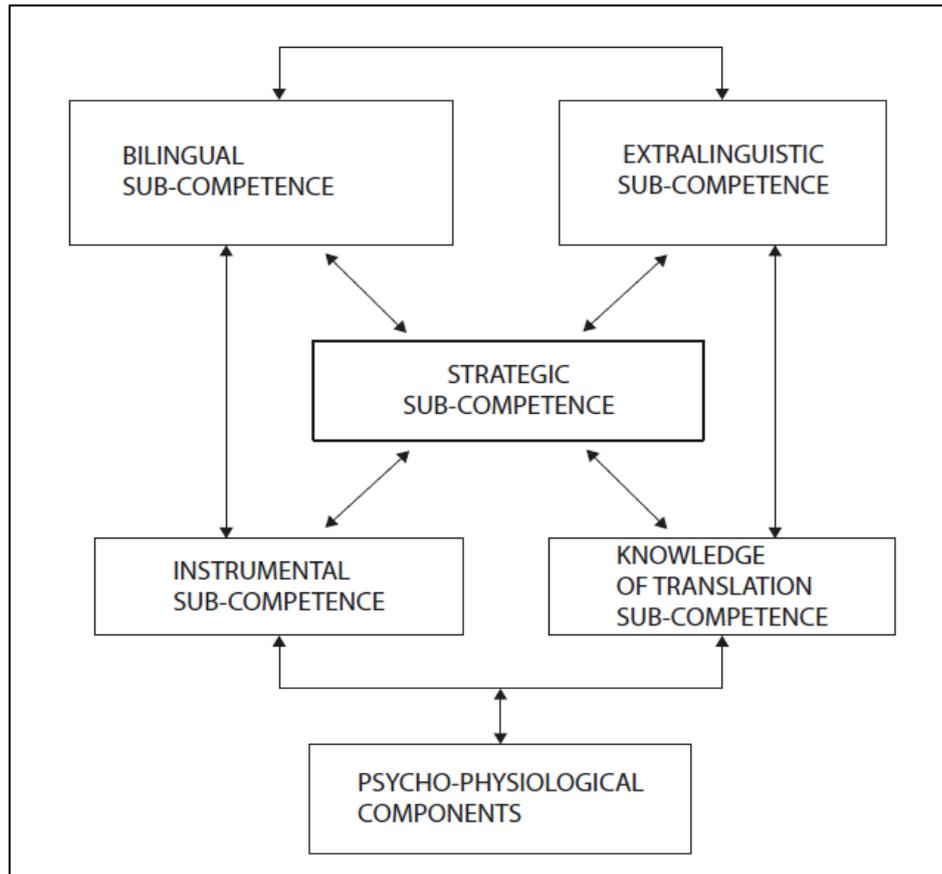


Figura 14 - Modelo Holístico da Competência Tradutória do PACTE (2003).

Fonte: Hurtado Albir (2016, p. 397; 2017, p. 41).

O modelo demonstrado acima (Figura 14) tem por objetivo representar visualmente quais são os componentes desta competência, assim como suas inter-relações. Todos os elementos da CT são importantes e a subcompetência estratégica desempenha um papel central na integração desses componentes formando a Competência Tradutória (CT). Neste sentido, o PACTE apresenta seis subcompetências que são conceituadas pelo Grupo desta forma:

- Subcompetência bilíngue - composta por conhecimentos operativos acerca da usabilidade e trânsito entre as duas línguas;
- Subcompetência extralinguística - com caráter declarativo acerca dos conhecimentos relacionados ao mundo em geral tais como os conhecimentos biculturais, isto é, as realidades extralinguísticas das línguas envolvidas, e enciclopédicos;

⁶⁶ El sistema subyacente de conocimientos, habilidades y actitudes [...] conocimientos declarativos y fundamentalmente operativos necesarios para traducir, tradução nossa.

- Subcompetência de conhecimentos sobre a tradução - possui caráter declarativo sobre as práticas da tradução quanto aos seus tipos, modalidades e contextos de inserção e quanto ao conjunto de métodos e procedimentos envolvidos nesta prática;
- Subcompetência instrumental - com características operativas relacionadas ao uso de tecnologias que auxiliem a prática tradutora;
- Subcompetência estratégica - observada com um viés operativo, pois ela tem em si todo o controle e manutenção do processo tradutório quanto ao planejamento da tradução, seu processo e resultados, operacionalização das demais subcompetências e na identificação de problemas tradutórios e as possíveis estratégias para saná-los;
- Componentes Psicofisiológicos - fazem interface com o processo de tradução pois mobiliza questões associadas ao psicológico e fisiológicos como atenção, atitudes e memória respectivamente.

As mudanças entre o modelo componencial (1998, figura 13) e o modelo holístico (2000, figura 14) são notáveis. Entre essas mudanças, podemos ressaltar que: (i) no primeiro modelo os componentes da CT são tratados como competências, já no segundo modelo os componentes são tratados como subcompetências e aspectos psicofisiológicos que se somam para formar uma única CT; (ii) a competência de transferência, do primeiro modelo, é retirada da posição central, pois no segundo modelo, a posição central é ocupada pela subcompetência estratégica, pois entende-se que a partir dela temos a mobilização das outras; (iii) a competência psicofisiológica do primeiro modelo é requalificada como componentes psicofisiológicos por se entender que eles estão perpassados em todas as subcompetências.

As contribuições do Grupo PACTE para o estudo da CT são de grande valia para os Estudos da Tradução e para os da Interpretação, pois abrem uma nova perspectiva de análise dos processos que envolvem o fenômeno tradutório. Por mais que este modelo holístico tenha sido pensado para a descrição da atividade tradutória de profissionais que trabalham com línguas de modalidade vocal-auditiva, mais especificamente com a tradução escrita, acreditamos que ele pode contribuir para a investigação da atividade tradutória que envolve línguas de modalidades diferentes, isto é, uma língua vocal-auditiva e uma língua gestual-visual.

4.3 - A Competência Tradutória e as Línguas de Sinais

É interessante notar que, atualmente, existem algumas investigações que tendem a considerar a existência de uma subcompetência específica atrelada a modalidade gestual-visual das línguas de sinais, a qual está sendo denominada de (sub)competência intermodal (RODRIGUES, 2018c). Para Rodrigues (2018c),

uma possível competência tradutória intermodal relaciona-se ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades necessários tanto à exploração corporal dos dispositivos linguísticos específicos das línguas de sinais, durante a sinalização (*habilidades corporais motoras de codificação integrada de propriedades gestuais e espaciais*), quanto à capacidade visual-cognitiva de ler a totalidade das informações gestuais e espaciais, as quais estão expressas quadridimensionalmente por meio da integração desses dispositivos linguísticos específicos, durante a vocalização (*habilidades visuais de percepção e interpretação do conjunto de informações gestual e espacialmente codificadas*), ambas vinculadas à habilidade de se administrar a possibilidade de sobreposição das línguas de maneira vantajosa”. (p. 310, grifos no original).

É importante considerar que o Português, se comparado à Libras, possui uma estruturação mais linear, na qual os sons/fonemas são organizados mais sequencialmente, ou seja, um som/fonema sendo produzido um atrás do outro, que em conjunto dão origem às palavras sendo esta produzida vocalmente e percebida auditivamente. Nesse sentido, o Português é uma língua vocal-auditiva. Por outro lado, a Libras destaca-se pela simultaneidade na constituição dos sinais e na formação de sentenças, as quais se estruturam espacialmente sendo percebidas visualmente (QUADROS e KARNOPP, 2004). As línguas de sinais têm sido denominadas como gestuais-visuais. A tradução entre línguas de diferentes modalidades exige que o TILSP tenha competência para realizar este tipo de tradução já que isso acarreta implicações para o processo tradutório.

Muitos TILSP possuem grande dificuldade para iniciar sua profissão dadas as diferenças existentes entre essas duas línguas. Primeiramente, a Libras é de modalidade gestual-visual e o português de modalidade vocal-auditiva. Estas questões intermodais geram um grande desafio para o profissional quando ele precisa verter textos, orais e escritos, de uma língua para outra. Outras discrepâncias e similaridades foram notadas por Quadros (2004), são elas:

Quadro 7 - Discrepâncias e semelhanças entre a Libras e o Português

LIBRAS	PORTUGUÊS
Possui a modalidade visual-espacial [gestual-visual], organizando suas relações no espaço de sinalização.	Articula-se de forma oral, onde as informações são emitidas por voz, e recepcionadas pela audição.
Baseada em experiências visuais, captadas pela visão do usuário e interações culturais.	Baseia-se exclusivamente no som.
Sintaxe espacializada.	Sintaxe linear.
Estrutura tópico-comentário como estruturação primordial.	Evita este tipo de estruturação.
A língua de sinais utiliza a estrutura de foco através de repetições sistemáticas.	Este processo não é comum na língua portuguesa.
A língua de sinais utiliza as referências anafóricas através de pontos estabelecidos no espaço que exclui ambiguidades.	Ambiguidades são possíveis tranquilamente.
A língua de sinais não tem marcação de gênero.	O gênero é marcado a ponto de ser redundante em todas as palavras.
Valor gramatical às expressões faciais.	Fator não é considerado como relevante na língua portuguesa, apesar de poder ser substituído pela prosódia.
Escrita ainda não definida oficialmente e utilizada socialmente.	Escrita alfabética.

Fonte: elaboração própria baseado em Quadros (2004).

Para este profissional lidar com essas discrepância e similaridades ele deve investir no aprendizado destas características inerentes a estas línguas. Todavia, isso demonstra que a diferença destas modalidades linguísticas causa efeitos de modalidade, como define Rodrigues (2013b). Entretanto, para o autor, “[...] são muitas as similaridades entre as línguas orais [vocais] e as de sinais, as quais demonstram que as propriedades do sistema linguístico não estão reduzidas à modalidade da língua, mas a transcendem”. (RODRIGUES, 2013b, p. 43).

Por mais que o modelo componencial de CT do PACTE tenha baseado suas pesquisas em práticas tradutórias intramodais de textos escritos, entendemos que o mesmo pode ser aplicado, nas devidas proporções, às interpretações intermodais, como em Rodrigues (2018c), que entende que a interpretação é também um ato comunicativo, que visa reformular um texto oral em outra língua, baseando-se em um contexto social para uma finalidade determinada, inclusive para promoção de acessibilidade.

5 - VIABILIZANDO A PESQUISA: AS BASES METODOLÓGICAS

Esta pesquisa tem por abordagem prioritária ser uma pesquisa qualitativa, já que buscamos analisar as informações coletadas levando em conta que “o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto dessa pesquisa” (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009, p. 31). Todavia os dados demandaram também uma abordagem quantitativa. Portanto, quanto a sua natureza, podemos considerar que esta pesquisa tem viés aplicado, pois objetivamos gerar conhecimentos para aplicação prática para com a formação do TILSP, dirigidos à solução de problemas específicos como entender questões inerentes à prática profissional. Já quanto aos seus objetivos, temos um perfil descritivo, pois tal pesquisa exige do investigador determinadas informações sobre o que deseja pesquisar, já que o autor possui prática na temática central desta pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Primeiramente, realizamos uma revisão bibliográfica com o objetivo de delimitar os conceitos que a norteiam, tais como, tradução, tradução audiovisual, modalidade de língua, competência tradutória etc. Para tanto, nos valem de obras dos campos dos Estudos da Tradução (ET) e dos Estudos da Interpretação (EI), mais especificamente, dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), campo emergente que decorre da convergência das pesquisas dos ET e dos EI e que se distinguem por envolver a questão da modalidade de língua no processo tradutório e interpretativo (RODRIGUES, BEER, 2015). Além disso, pode-se considerar que uma das características dos ETILS é o fato de envolver a discussão sobre os direitos linguísticos da Comunidade Surda e a promoção de acessibilidade comunicacional, os quais dizem respeito diretamente ao campo da TAV.

5.1 - O Instrumento de pesquisa: questionário misto

Como estamos realizando uma investigação relacionada aos conhecimentos, habilidades, capacidades e atitudes requeridas dos TILSP que atuam com a TAV no contexto político, coletamos as informações necessárias através de um questionário (Apêndice 1) que pode ser definido como

um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder

compreenda com clareza o que está sendo perguntado. (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 69).

Tal questionário se configurou como um instrumento misto, ou seja, algumas respostas são apresentadas para serem respondidas textualmente e de forma livre, o mesmo ainda conta com perguntas cujas respostas são definidas em meio a alternativas previamente estabelecidas, disponibilizado on-line e destinado aos profissionais da tradução e da interpretação que atuaram com TAV fazendo interpretação simultânea intermodal no contexto político brasileiro entre 2012 e 2018. Após a coleta dos dados, realizou-se sua análise, de maneira a seguir as categorias propostas no próprio questionário. Antes de encaminhar as perguntas para os respondentes, toda a pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética, através da Plataforma Brasil, recebendo aprovação da mesma através do Parecer nº 3.200.658 publicado na referida plataforma dia 15 de março de 2019.

Para a aplicação do questionário, utilizamos o *Google Forms*, que é uma ferramenta que permite coletar informações de usuários em diferentes locais por meio da internet tendo em vista que pretendíamos coletar informação em todos os estados e no Distrito Federal. As informações foram coletadas pelo formulário e catalogadas em uma planilha do serviço de planilhas on-line da própria *Google*. A partir da organização automática dos dados realizado pela ferramenta foi possível o desenho dos gráficos que serão apresentados a seguir.

As perguntas foram dos mais diversos tipos, sendo: (a) de respostas curtas, de apenas 1 linha, como, por exemplo, uma questão sobre o nome completo dos respondentes ou de um parágrafo, para respostas mais completas, como, por exemplo, um resumo da atividade profissional dos participantes; (b) múltipla escolha, com opções previamente inseridas, o respondente da pesquisa pode selecionar sua resposta; (c) caixa de seleção, utilizada para selecionar diversas respostas para uma única pergunta, como, por exemplo, os diversos segmentos da atuação profissional dentro da Tradução Audiovisual; (d) escala linear, para que os participantes valorem, de 0 a 10, por exemplo, os conceitos de acordo com o nível de importância que eles atribuem para eles, entre outras opções e possibilidades.

O questionário esteve on-line no *link* <https://bit.ly/2Y3VDtV>, ele continha cinco seções no total, conforme pode ser visto no apêndice 01. Cada seção foi pensada para extrair dados que fornecessem possibilidades de desenhar o perfil dos participantes da pesquisa, entre outras informações. Ao abrir o questionário, na página inicial, já fazemos referência direta ao público alvo da pesquisa: os Tradutores e/ou Intérpretes de Libras-Português que já atuaram em debates políticos.

Asseguramos a privacidade dos dados coletados e fornecemos formas de contato para que o respondente possa entrar em contato conosco, caso julgue necessário. Ainda nesta página, criamos um mecanismo de seleção da aceitabilidade ou não dos dados inseridos pelo respondente, criamos uma pergunta, que permitia a seleção de apenas uma opção, onde o respondente tinha que indicar se já havia atuado em debates políticos veiculados ao vivo em mídia televisiva. Assim, caso respondesse que “sim” o formulário prosseguia para a primeira página, caso a resposta fosse “não”, o formulário se encerrava agradecendo ao respondente, já que ele não era um dos destinatários do questionário.

Os dados desta pesquisa foram coletados no primeiro semestre de 2019 e serão apresentados nesta seção. A apresentação destes dados e sua análise são relevantes para este estudo que visa descrever as características da *tradução audiovisual intermodal Libras-Português* e investigar por meio de um estudo exploratório inicial a competência necessária aos profissionais que atuam na interpretação de debates políticos televisionados, proferidos em português oral, para a Libras oral⁶⁷ registrada em vídeo. Neste sentido, interessa-nos compreender o que comporia a CT requerida destes profissionais que atuam com o texto audiovisual em contextos televisivos. Esperamos, ainda, problematizar a existência de uma (sub)competência específica requerida aos TILSP para a realização dessa complexa *modalidade de interpretação*. O link do formulário foi enviado para grupos em redes sociais, tais como no *Facebook* e *WhatsApp*, que possuem como membros, os TILSP que atuam na interpretação de debates políticos e em outros contextos.

O público desejado desta pesquisa eram os TILSP que atuavam realizando a interpretação de um debate político, em uma Janela de Libras, na televisão, sendo o nosso recorte desde 2012, tendo em vista que a Resolução do TSE 23.370 de 13 de dezembro de 2011 tornou obrigatória a inserção desta ferramenta de acessibilidade através do artigo 32, até o ano de 2018 tendo em vista que foi o último ano eleitoral vigente.

O questionário foi pilotado entre quatro membros integrantes do Núcleo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais (InterTrads), após o preenchimento por eles não foi relatado nenhum problema para o seu preenchimento.

⁶⁷ Lembramos que o termo oral aqui, se contrapõe à escrito, referindo-se à língua em uso.

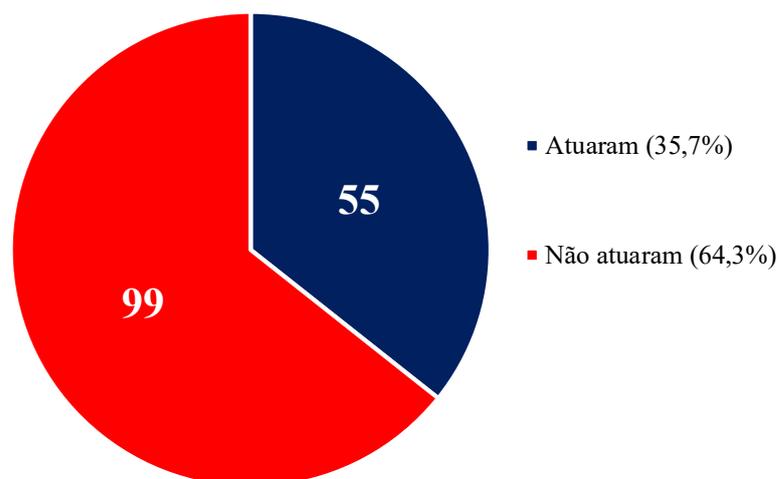
6 – ANÁLISE DOS DADOS

Para analisarmos os dados coletados por este instrumento primeiramente os organizamos estabelecendo categorias, a saber: (1) impressões iniciais sobre os respondentes; (2) o perfil profissional dos respondentes atuantes nesta demanda; (3) escolaridade e formação; (4) proficiências no par linguístico Libras-Português; (5) experiência profissional e (6) atuação específica em TAV. As categorias elencadas acima geraram os gráficos que ilustram esta pesquisa, demonstrando os dados quantitativos. No segundo momento, fizemos uma análise de conteúdo que objetivou analisar as respostas dissertativas coletadas nas questões abertas do questionário.

6.1 - Primeiras impressões sobre os respondentes

Na aplicação do questionário, obtivemos 154 respostas, porém 55 destes profissionais afirmaram já ter atuado com a interpretação de debates políticos televisionados ao vivo. Os demais, sendo um total de 99 respondentes, não atuaram neste tipo de demanda e, por este motivo, receberam um agradecimento e tiveram o questionário encerrado. Essa informação é interessante, pois 35,7% dos que iniciaram o questionário passaram da primeira pergunta que funcionou como filtro.

Gráfico 1 - Participantes da pesquisa



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Em um universo de 154 intérpretes que responderam ao questionário 35,7%, isto é, 55 TILSP atuaram em debates políticos televisionados no período de 2012 a 2018. Todavia, se observarmos a demanda dessa interpretação nos 26 estados mais o Distrito Federal e apenas nas capitais destes, a demanda a cada ano eleitoral, considerando um atuação em dupla, seriam necessários 54 profissionais. Então, entendemos que mesmo com 55 respondentes conseguimos coletar dados que representam a demanda de 1 ano eleitoral, tendo uma dupla em cada estado e no distrito federal.

Iniciamos o questionário com a pergunta filtro, buscando identificar apenas àqueles profissionais, que por mais que atuem em contextos audiovisuais, tenham passado pela experiência de atuar em debates políticos televisionados. Um outro desafio para encontrar estes profissionais pode se dar também pela falta dos créditos⁶⁸ para os profissionais que atuam nesta demanda, pois graças ao avanço da tecnologia, é possível encontrar no *site* da emissora de TV o registro das atuações destes profissionais como demonstrado na Figura 14.



Figura 15 - Registro da atuação de TILSP disponibilizados na íntegra nos sites das emissoras.
Fonte: <https://glo.bo/2kzuwoU>, acesso em 22 de set. 2019.

Não temos condições de afirmar se apenas neste tipo de programa, o debate político, os TILSP não recebem os créditos por sua atuação, pois esta informação para nós não foi tida por relevante, mas ao observarmos a pesquisa de Bianchini (2005, p. 82) em que “71% dos entrevistados disseram que recebem os créditos por sua atuação, sejam eles no final ou no início

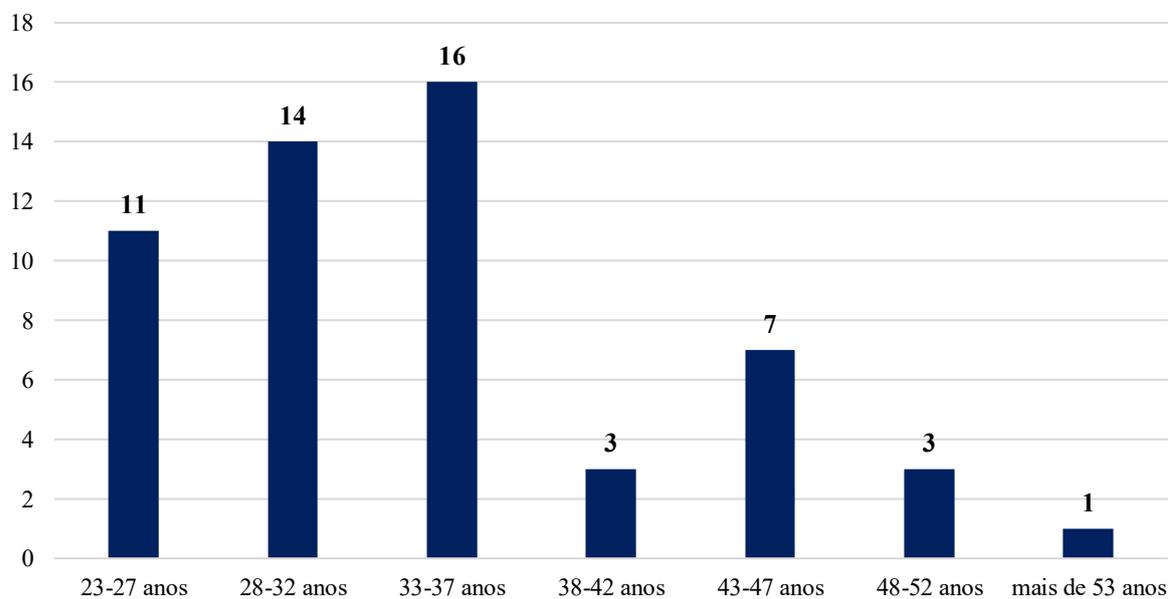
⁶⁸ Dar “crédito” na linguagem televisiva significa exibir na tela o nome da pessoa que está em cena através de Gerador de Caracteres (GC) como vemos em um telejornal por exemplo, ou ao final do programa com os créditos que sobem na tela com o nome de todos os profissionais que trabalharam para a efetividade daquele programa.

da programação, porém em alguns casos os créditos não correspondem a real função desempenhada” pelo profissional. A autora não destrincha quais são os programas que estes profissionais, respondentes da pesquisa, atuam e recebem os créditos por sua atuação. Entretanto, para a atuação exclusivamente em debates políticos, não observamos a presença dos créditos para os profissionais. Acreditamos que se os nomes dos profissionais fossem creditados, assim como todos os outros profissionais que fazem parte da equipe que trabalha na frente e atrás das câmeras, a identificação destes profissionais seria mais fácil.

6.2 - O perfil profissional atuante no mercado atual

Ao avançar, após essa primeira pergunta, o profissional inicia a primeira parte do formulário, que tinha por objetivo coletar informações que nos permitissem delimitar o perfil dos respondentes. Neste sentido, realizamos perguntas voltadas à faixa etária, ao aprendizado de Libras e ao estado de residência. Abaixo representamos dados relativos à faixa etária dos respondentes.

Gráfico 2 - Faixa etária



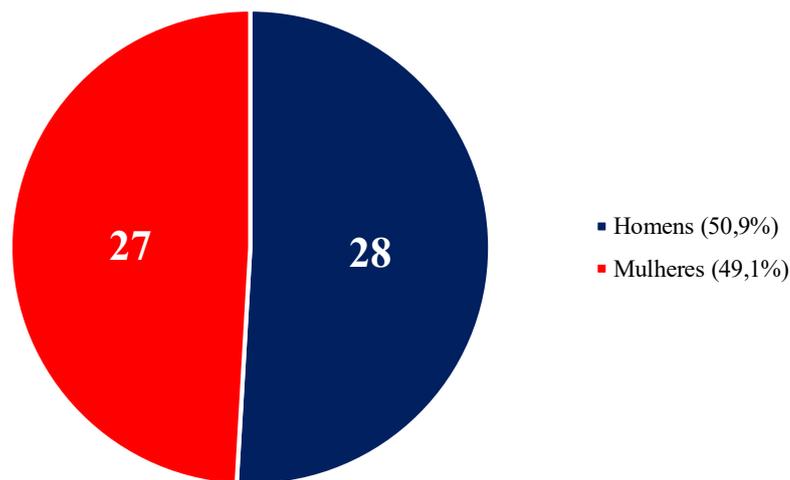
Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Ao analisar o perfil etário dos 55 respondentes da pesquisa, observamos que um deles possui mais de 53 anos; três possuem entre 48 e 52 anos; sete possuem entre 43 a 47 anos; três

possuem 38 a 42 anos; 16 possuem entre 33 e 37 anos; 14 possuem de 28 a 32 anos; e 11 possuem de 23 a 27 anos. Observamos que a maioria dos TILSP que atuam com a TAV em debates políticos está entre 33 a 37 anos, o que corresponde a 16 entrevistados de um total de 55 participantes. Se observarmos o mercado de trabalho, é bem difícil encontrarmos pessoas na faixa etária de 18 a 22 anos atuando em contextos de debate político. Acreditamos que isso seja devido (1) à recente formação no curso de Letra-Libras e, em consonância com Oliveira (2018), ao fato de os (2) TILSP com pouca idade e experiência terem certo receio de se expor em um trabalho midiático que será transmitido ao vivo e que ficará gravado para a posteridade.

Quanto ao gênero do profissional, observou-se que dentre os 55 respondentes, 28 são homens, o que representa 50,9% dos respondentes; e 27 são mulheres, que representam 49,1%.

Gráfico 3 - Organização por gênero.



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Acreditamos que tal resultado não representa a realidade vivenciada no mercado de trabalho dos TILSP, pois observamos um número muito maior de mulheres atuando como TILSP, Lacerda e Gurgel (2011) corroboram isso, pois em seu trabalho, as autoras destacam que nas universidades, que foram o alvo de sua pesquisa, os TILSP que atuavam nestas instituições eram 70% de mulheres e 30% de homens. Outra pesquisa que demonstra que existem mais mulheres nesta profissão do que homens é a desenvolvida por Silva e Fernandes (2018) que demonstra que na região metropolitana de Curitiba, capital do estado do Paraná, existe uma predominância de 73% de TILSP mulheres. Enfim, os dados coletados por nós,

quanto ao cenário nacional da interpretação de debates políticos, talvez não demonstrem a situação real do mercado de trabalho.

Podemos atrelar a este resultado, de obtermos mais respondentes homens do que mulheres na interpretação de debates, o fato de que a política e o contexto que a circunda serem um espaço tradicionalmente ocupado, preponderantemente, por homens, sendo que as mulheres, parlamentares no caso, ocupam apenas 10,5% das cadeiras do Parlamento, isto é da Câmara de Deputados e do Senado, em toda América Latina, segundo os dados da *Inter-Parliamentary Union* compilados pelo IBGE⁶⁹. Observamos que isso também acontece com a presença feminina na função de TILSP que se mostrou ser menor no contexto da tradução audiovisual de debates políticos com base nos dados coletados para esta pesquisa.

Não são tantos os estudos que fazem relação entre o trabalho de tradução e interpretação e as questões de gênero. Embora possamos citar Nicoloso (2015) e Santos, S. F. (2019). Sendo a comunidade TILSP parte da comunidade surda e sendo esta comunidade um espaço heterogêneo (assim como a sociedade no geral). Santos, S. F. (2019) considera que “essa heterogeneidade (e o desvio desta) é uma característica relativa do padrão imposto pela sociedade explicada [...] por Foucault” (2019, p. 120), ou seja, podemos afirmar que se constitui um padrão singular, mas explicável: o fato de termos mais TILSP homens no contexto político.

Em um meio em que o poderio e autoinformação são importantes e conectados com o histórico predominantemente masculino, o fato “de um indivíduo ou de um grupo diante do comportamento humano considerado normal/ortodoxo, a depender da época onde esse comportamento aconteça” pode também ser considerado revolucionário (SANTOS, S. F. 2019, p. 120). Porém, a presença em massa de TILSP mulheres em um meio predominantemente masculino, ainda “causa estranhamento às demais, presas ainda a uma sociedade institucionalizada e dominante” (SANTOS, S. F. 2019, p. 120) que também é machista.

Prosseguindo no questionário, quando observamos a distribuição geográfica destes 55 TILSP, quanto às suas regiões e estados, temos a seguinte configuração:

⁶⁹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em <https://bit.ly/2FPi3pP>, acesso em 13 de jul. 2019.

Tabela 1- Distribuição Geográfica por Estado e por Região

Região	Estado	Quant.	Total
Norte	Acre (AC)	01	06
	Amapá (AP)	02	
	Amazonas (AM)	02	
	Pará (PA)	01	
	Rondônia (RO)	-	
	Roraima (RR)	-	
	Tocantins (TO)	-	
Nordeste	Alagoas (AL)	-	10
	Bahia (BA)	01	
	Ceará (CE)	02	
	Maranhão (MA)	03	
	Paraíba (PB)	01	
	Pernambuco (PE)	01	
	Piauí (PI)	01	
	Rio Grande do Norte (RN)	-	
	Sergipe (SE)	01	
Sudeste	Espírito Santo (ES)	03	12
	Minas Gerais (MG)	03	
	Rio de Janeiro (RJ)	01	
	São Paulo (SP)	05	
Centro-Oeste	Distrito Federal (DF)	05	06
	Goiás (GO)	-	
	Mato Grosso (MT)	-	
	Mato Grosso do Sul (MS)	01	
Sul	Paraná (PR)	06	21
	Rio Grande do Sul (RS)	02	
	Santa Catarina (SC)	13	
		Total	55

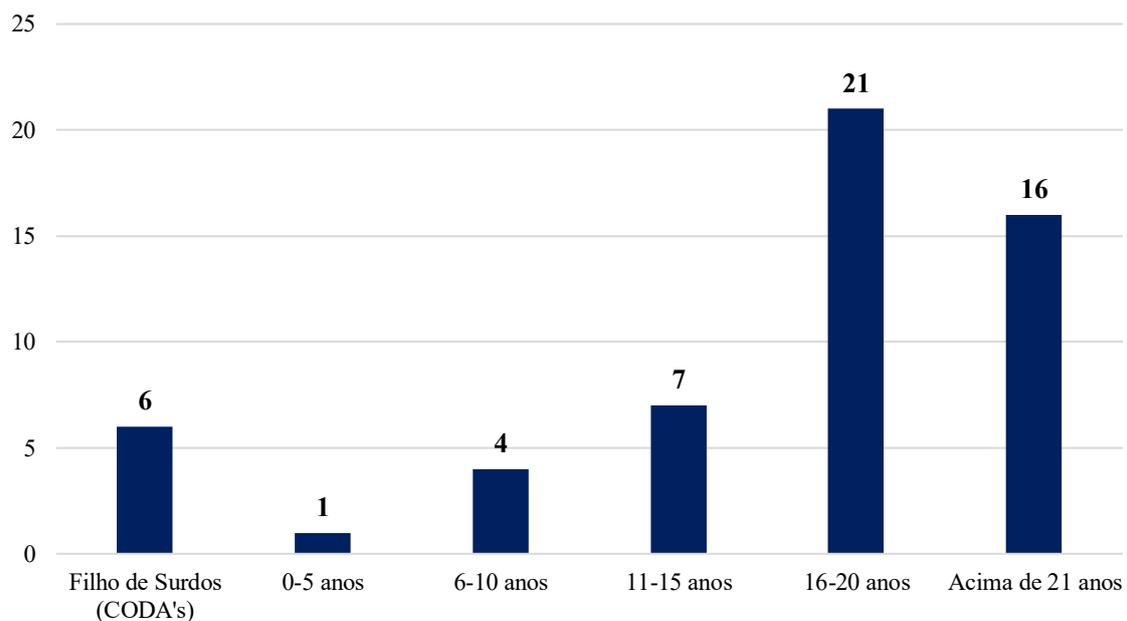
Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Infelizmente, como você pode observar, não conseguimos coletar dados de todos os estados brasileiros, porém todas as regiões do Brasil foram contempladas com pelo menos 1 representante. Como se pode observar, o estado de Santa Catarina foi o mais expressivo numericamente. Talvez isso se deva ao fato de o pesquisador residir neste estado e atuar na RBS TV, afiliada da TV Globo em Santa Catarina, desde 2012 nos debates transmitidos por ela. Em 2018, a RBS TV vendeu suas operações no estado para a NSC TV, que manteve uma equipe composta por 18 profissionais, já atuantes na RBS TV, em seu banco de profissionais para cumprir à legislação eleitoral brasileira quanto à sua presença nesta demanda; dos 18 profissionais, retirando o pesquisador, 13 TILSP responderam à pesquisa. Ainda podemos atrelar o alto número de profissionais em Santa Catarina graças ao curso de Bacharelado em Letras-Libras na UFSC.

Não se tem informação referente à contratação por equipe acontecendo em outro estado, tanto que os números não demonstraram tanta expressividade. Ainda que os estados de Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO), Alagoas (AL), Rio Grande do Norte (RN), Goiás (GO) e Mato Grosso (MT) não tenham contado com respondentes a esta pesquisa, ao buscarmos registros fotográficos em redes sociais ou mídia, nos respectivos *sites* das emissoras locais, é possível encontrar o registro de algumas dessas atuações interpretativas nos debates políticos. Todavia, por algum motivo, que não sabemos ao certo, não participaram desta pesquisa.

Em continuidade, o questionário perguntava sobre a faixa etária em que os respondentes deram início ao aprendizado da Libras, obtivemos o seguinte

Gráfico 4 - Faixa Etária de aprendizado da Libras.



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Observamos que no total de respondentes, seis são filhos ouvintes de pais surdos, conhecidos pela sigla inglesa *Child of Deaf Adults* (Coda). Silva (2019, p. 38) explica “que [em seu trabalho] objetiv[ou] apresentar o percurso da experiência e da prática dos sujeitos Coda na profissão de tradutores e intérpretes de Libras”. Sabemos que a maioria dos Codas se desenvolve linguisticamente em meio a duas línguas, duas culturas, mesclando experiências visuais e sonoras em sua aquisição de linguagem. Um dos respondentes adquiriu a Libras entre 0 – 5 anos, mas como não é Coda, supomos que este tenha aprendido em contato com

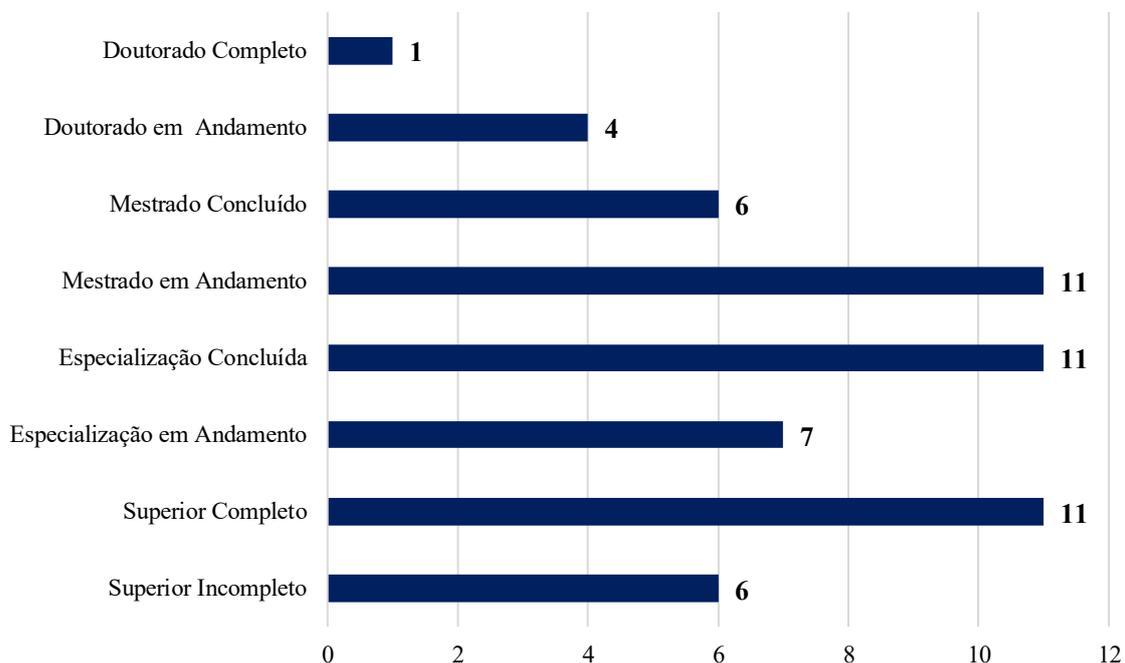
conhecidos surdos de seu círculo social. Quatro aprenderam Libras entre 6 e 10 anos; sete entre os 11 e 15 anos. É importante mencionar que não investigamos em qual contexto esse aprendizado se deu e que não coletamos dados para inferir como e porque estes aprenderam a língua nestas faixas etárias. Vinte e um respondentes adquiriram a Libras entre os 16 e 20 anos, uma idade próxima da conclusão do ensino médio e do ingresso na universidade. Sabendo que o reconhecimento da Libras se deu pela Lei 10.436, em 2002, supomos que estes tiveram contato formal com a língua dada a sua disseminação a partir da supracitada legislação. Os demais 16 respondentes aprenderam Libras em idade de escolarização em ensino superior ou pela inserção da disciplina de Libras em graduações na modalidade de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, em curso normal de nível médio ou superior, o curso de Pedagogia e de Educação Especial, como preconizado nos dois parágrafos do art. 3º do Decreto 5.626 em 2005, ou pela formação no curso de Letras-Libras, criado em 2007 a partir de uma “ação por parte de alguns candidatos ouvintes reivindicando a formação também para os profissionais tradutores e intérpretes” (QUADROS, 2014, p.11).

6.3 - Escolaridade e Formação

A segunda seção possui questões sobre a formação acadêmica, as quais abordam a escolaridade e a certificação nacional de proficiência (Prolibras). Mesmo sabendo que existem várias certificações, optamos em limitar nossa questão ao Prolibras, já que foi realizado em nível nacional. Ainda nessa segunda seção, perguntamos sobre a formação específica como TILSP em cursos de formação continuada, cursos livres, graduação ou pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*.

Buscando entender a formação destes 55 profissionais, elaboramos a segunda parte do formulário, onde perguntamos sobre a formação acadêmica e assuntos associados a esta questão da qualificação profissional. Obtivemos os seguintes dados (Gráfico 5):

Gráfico 5 - Escolaridade.



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Desde os anos 1980, quando os TILSP começam a atuar em contextos educacionais e religiosos, busca-se sua profissionalização, entendendo que qualquer pessoa pode se tornar um TILSP não apenas os familiares de surdos sinalizantes. Essa profissionalização vai sendo construída gradativamente ganhando incentivos com a sanção da Lei 12.319/2010, assim como ocorreu com o Decreto 5.626/2005 que em seu art. 17 define que “a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005), curso este criado em 2008 como vemos em Quadros (2014).

Cabe ressaltarmos que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado pela Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, traz em seu escopo uma nova orientação para com os requisitos profissionais para o TILSP, por mais que tal estatuto oriente que estes são padrões profissionais mínimos para atuação em contexto de educação, precisamos registrar que o mesmo entra em conflito com a lei que reconhece a profissão. Embora o nível médio seja preconizado como exigência na Lei 12.319/2010, esta nova legislação retoma o definido no Decreto 5.626/2005 e define que

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015).

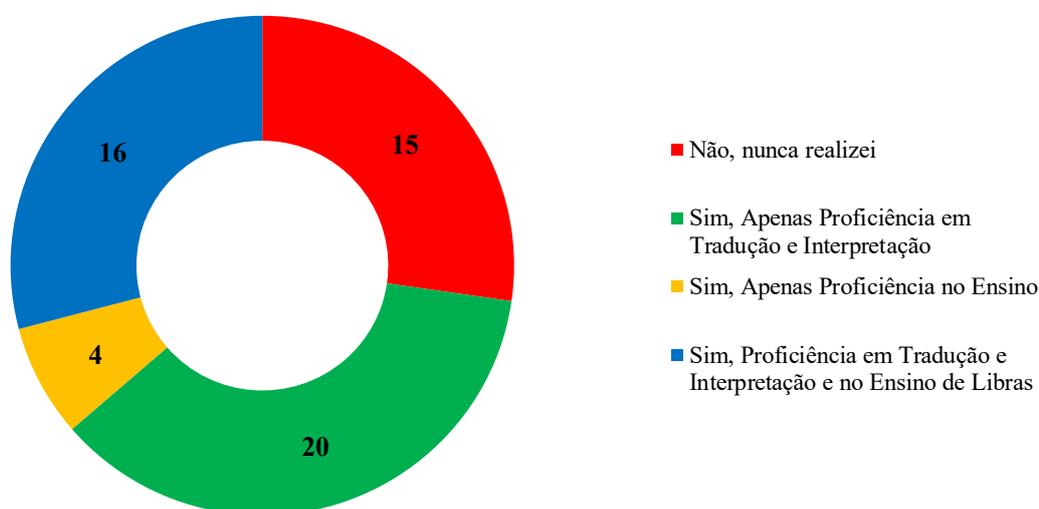
Ao observarmos a escolaridade atual dos profissionais respondentes observamos que seis ainda estão se graduando, 11 já possuem o nível superior, ainda não podemos afirmar que é a formação em Letras-Libras pois este detalhamento será dado a partir do Gráfico 7 que versa sobre a formação específica para TILSP. Sete possuem uma especialização em andamento, 11 já concluíram a especialização, 11 estão em fase de mestrado ainda não finalizado, seis já concluíram o mestrado. Quatro dos respondentes estão com doutorado em andamento e um concluiu. Observamos que a escolaridade dos profissionais TILSP que atuam em debates políticos televisionados está em ascensão, ou seja, por mais que a legislação da profissão defenda, em seu art. 4º “a formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio” (BRASIL, 2010) os profissionais que atendem a esta demanda estão mais alinhados com o Decreto 5.626 do que com a Lei 12.319⁷⁰.

Ainda sobre o Decreto, os parlamentares se preocuparam com formas de atender a demanda crescente da inserção de profissionais TILSP no mercado de trabalho. Assim surge o Exame ProLibras⁷¹, “um exame de proficiência propriamente dito e uma certificação profissional proposto pelo Ministério de Educação como uma ação concreta”, em outras palavras “esse exame objetiva avaliar a compreensão e produção na língua brasileira de sinais – Libras” (QUADROS et al., 2009, p. 23). Quando perguntados sobre o Exame Nacional de Certificação de Proficiência, o famigerado ProLibras, temos a seguinte configuração:

⁷⁰ Cabe-nos salientar que a Lei 12.319/2010 vem sendo questionada pelos profissionais TILSP, tendo em vista sua discrepância com o Decreto 5.626/2005, bem como a já consolidada formação em Bacharelado em Letras-Libras, assim tramita na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 9.382/2019 que visa a atualização do exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei nº 12.319/2010. Mais informações sobre o PL podem ser acessadas neste link: <https://bit.ly/2maYD6y>.

⁷¹ Em 2009, a Prof^a. Dr^a. Ronice Müller de Quadros e seus colaboradores escreveram o livro “Exame ProLibras” que versava demonstrar, com base nos dados coletados nas edições anteriores, como era a organização e logística do ProLibras. O livro está disponível para download neste link: <https://bit.ly/2198DNe>.

Gráfico 6 - O Prolibras.



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

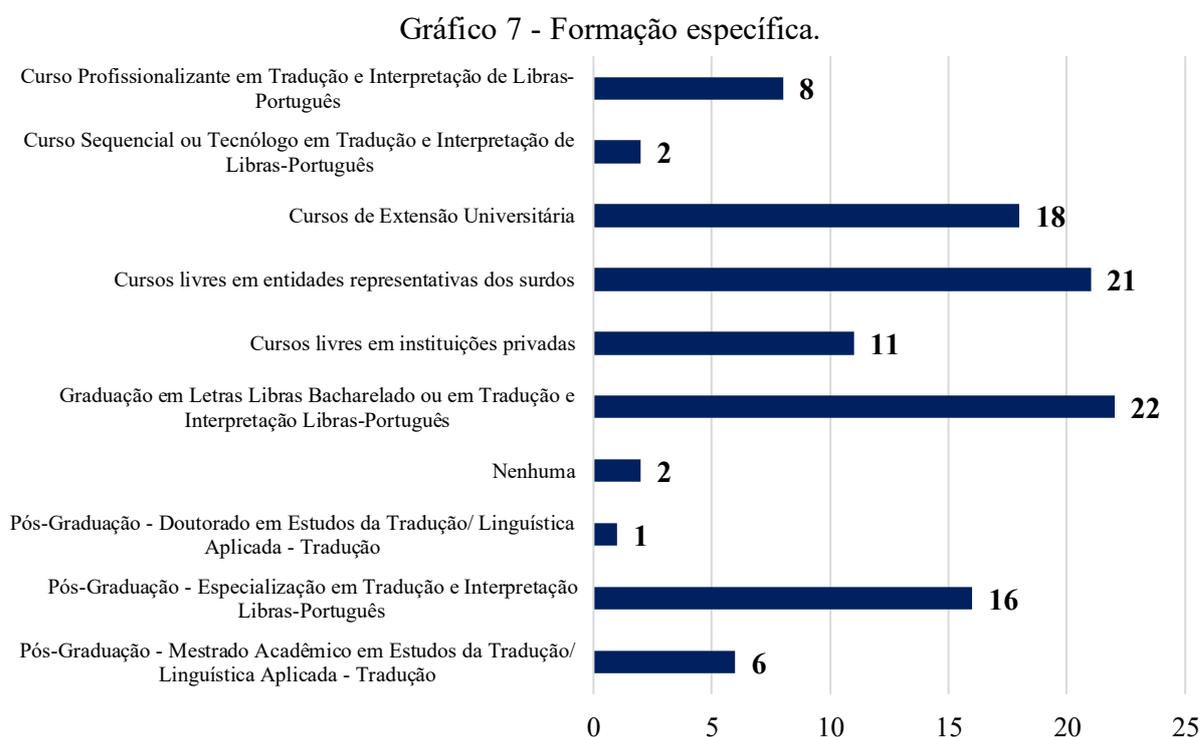
Dado como uma medida momentânea, para suprir as demandas daquele momento, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência foi instituído pelo art. 20º do Decreto 5.626/2005 que estabelecia: “nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior [...] promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005). Ainda no parágrafo único, deste mesmo artigo foi preconizado que “O exame [...] deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior” (BRASIL, 2005).

Iniciado em 2005, o Prolibras deveria ter sido realizado até o ano de 2015. Entretanto, de um total de 10 edições, previstas no Decreto, apenas sete foram efetivamente implementadas. *A priori*, ele era realizado pela UFSC, até o ano de 2010, quando o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) assumiu sua realização. Entretanto, sob a responsabilidade do INES foram realizadas apenas duas edições, a de 2012/2013 e 2015, inclusive com o apoio da UFSC.

Por se tratar de uma certificação, tal exame não é um requisito fundamental para a atuação de TILSP em debates políticos televisionados, não sendo, portanto, um fator preponderante para a inclusão ou não deste profissional do mercado de trabalho tanto que 15

respondentes afirmaram que não possuem a certificação e, mesmo assim, estão no mercado de trabalho.

Ainda em relação à escolaridade e/ou formação, perguntamos também se os respondentes realizaram alguma formação específica para atuação como TILS, pois hoje encontramos uma série de perfis formativos para a atuação deste profissional os quais estão previstos pelo Decreto 5.626/2005 e pela Lei 12.319/2010 como podemos ver nas respostas organizadas no Gráfico 7.



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

O curso de formação específica mais realizado pelos respondentes, no caso de 22 deles, conforme o gráfico 7, foi a graduação em Bacharelado em Letras-Libras que está para além da Lei 12.319, porém encontra respaldo no Decreto 5.626 entendendo que o curso “superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005) possa ser entendido entre muitas outras como o Bacharelado em Letras-Libras. Ainda temos no Brasil a oferta de cursos livres⁷² em entidades representativas dos surdos, como associações e

⁷² Cursos Livres são cursos que complementam a chamada educação profissional, eles não possuem reconhecimento direto do Ministério da Educação (MEC), porém encontram fundamentação legal a partir do Decreto 5.154/04 e na Portaria 008/02 do referido ministério. Segundo a Impacta “esse tipo de curso tem duração variável, que vai desde algumas horas até alguns meses, e não exige comprovação de escolaridade anterior. Os certificados de conclusão são emitidos pelas próprias instituições que oferecem os cursos, mas nada disso quer

federações, como foi com a FENEIS, em 1992, através do seu departamento de interpretação. Em nossa pesquisa, 21 dos respondentes realizaram cursos com este perfil formativo. Ainda na formação específica, 18 dos respondentes realizaram os chamados cursos de extensão, que tem por norte enriquecer o conhecimento profissional sobre determinado tema, aprimorando suas habilidades em um campo de estudo ou atividade prática.

Cabe aqui destacar que o Prof. Me. José Ednilson Gomes de Souza Junior ministrou um curso de extensão intitulado de “Tradução e Interpretação Audiovisual: O Intérprete de Libras na tela” nos estados do Rio de Janeiro (2013), do Amazonas (2014) e de Santa Catarina (2015), tendo em vista que “o professor é Membro do Grupo de Pesquisa em Interpretação e Tradução de Línguas de Sinais – InterTrads⁷³, registrado no CNPq, coordenando a linha de pesquisa “Tradução e Interpretação em contextos Midiáticos” (BIANCHINI, 2015 p. 78). O 5º perfil formativo é o de cursos livres em instituições privadas, que foi o curso específico indicado por 11 respondentes; estes são cursos ministrados por profissionais que já atuaram como TILSP e agora ocupam a função de professor, em empresas que visam ofertar este tipo de formação, transmitindo seus conhecimentos de maneira didática para os participantes do curso. Ainda temos oito que indicaram como formação específica cursos profissionalizantes que são os cursos realizados, em média duração, para se especializar em alguma área e começar a trabalhar o quanto antes nela. Neste tipo de curso estão os cursos de técnicos, sendo o primeiro em nível médio e o segundo em nível superior. Seis dos respondentes indicaram que a formação específica foi em nível de pós-graduação através de mestrado acadêmico em ET ou Linguística Aplicada (LA). Tivemos também 02 respondentes que indicaram a realização de cursos de tecnólogos⁷⁴ como formação específica, o que é surpreendente, pois essa formação não é muito comum. Doutorado em ET ou LA ainda foi indicado por um respondente como formação específica. Dois respondentes indicaram que não possuem nenhuma formação específica em tradução e interpretação. Com essa questão encerramos a segunda página do questionário.

dizer que os cursos livres dispensam os critérios acadêmicos utilizados nas modalidades da educação superior”. Disponível em <https://bit.ly/2PQID43>, acesso em 23 de set. 2019.

⁷³ O InterTrads é liderado pelos Prof. Dr. Carlos Henrique Rodrigues e Prof^ª. Dr^ª. Silvana Aguiar dos Santos e visa desenvolver no âmbito do núcleo de pesquisa atividades para a consolidação dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais no Brasil e, por sua vez, apoiar a formação de tradutores e de intérpretes intermodais, Libras-Português, nacionalmente por meio de seus diálogos, interações e publicações. Mais informações: <http://intertrads.paginas.ufsc.br/>.

⁷⁴ O curso superior de tecnologia constitui um tipo de curso da educação superior do sistema de educação profissional brasileiro. Trata-se de cursos de graduação que conferem o grau de tecnólogo ao seu concluinte.

6.4 - A Proficiência nas línguas

A terceira seção do questionário enfocou a proficiência em Língua Portuguesa e em Libras. Para isso, utilizamos a escala de proficiência da *Interagency Language Roundtable* (ILR) que é um conjunto de descrições de habilidades para se comunicar em determinada língua. Ela foi desenvolvida originalmente pelo US *Foreign Service Institute*, predecessor do *National Foreign Affairs Training Center* (NFATC), que é o instituto do governo norte-americano para capacitação de pessoal da área de relações exteriores, segundo informações do seu *site* oficial.⁷⁵

Os Estados Unidos tradicionalmente têm problemas especiais na definição da competência em línguas estrangeiras devido à histórica desatenção às línguas em nossos programas educacionais gerais. Diante de lacunas acadêmicas, o governo teve que preenchê-las para fins do governo. Felizmente, algumas das lições aprendidas pelo governo foram usadas por outros. A competência em língua estrangeira dos funcionários do governo dos EUA não foi examinada durante os primeiros 175 anos de nossa história”.⁷⁶ (*INTERAGENCY LANGUAGE ROUNDTABLE*, site oficial, tradução minha).

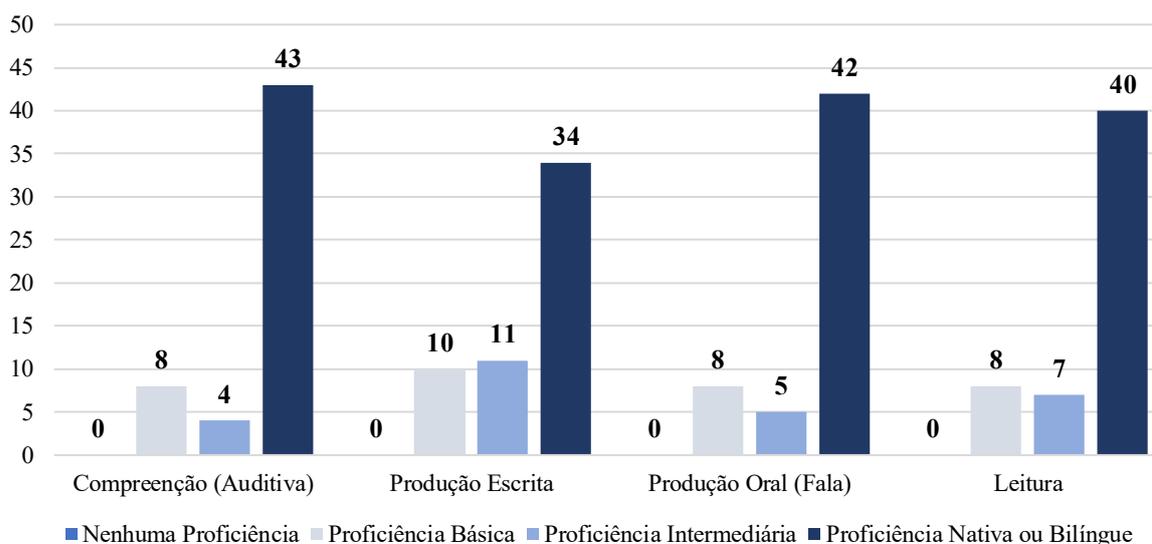
A escala é multifacetada e utilizada tanto para o desempenho linguístico, tradutório quanto interpretativo. Neste sentido, adotamos os níveis relacionados ao desempenho linguístico. O nivelamento está organizado em cinco categorias em ordem ascendente sendo: Nível 1 – Proficiência Elementar; Nível 2 – Proficiência Profissional Limitada; Nível 3 – Proficiência Profissional; Nível 4 – Proficiência Profissional Plena; e Nível 5 – Proficiência Nativa. Nesta pesquisa, não utilizamos os cinco níveis, mas os reorganizamos, pois entendemos que da forma organizada pelo ILR se tornaria complexo para os participantes responderem. Na nossa organização, utilizamos “Nenhuma Proficiência” para indicar a falta de proficiência quanto ao Português e a Libras; “Proficiência Básica” que englobaria o Nível 1 e 2 do ILR; “Proficiência Intermediária” que se equipararia ao Nível 3 do ILR e, por fim, “Proficiência Nativa ou Bilingue” que somaria, em nossa concepção, os Níveis 4 e 5 da Escala ILR. Utilizamos este nivelamento quanto à compreensão da língua, produção escrita, produção oral — aqui no sentido de oralidade — e leitura.

⁷⁵ <https://www.govtilr.org/Skills/ILRscale1.htm>.

⁷⁶ *The United States has traditionally had special problems defining foreign language competence because of the historic inattention to languages in our general educational programs. Faced with academic gaps, the Government has had to fill them for Government purposes. Fortunately, some of the lessons learned by the Government have been used by others. The foreign language competence of U. S. Government employees was not examined during the first 175 years of our history.*

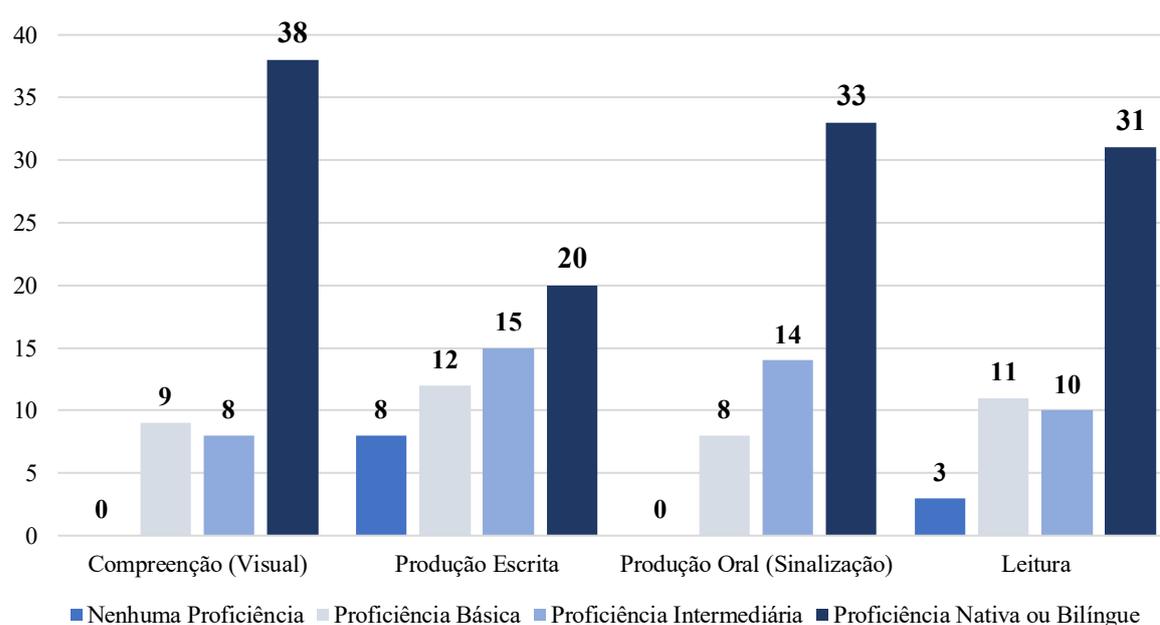
Cabe aqui salientarmos que esta avaliação foi inteiramente subjetiva, já que os respondentes teriam que inferir o que seria cada um dos níveis e em qual ele estaria, não havia nenhum tipo de orientação específica sobre o que caracterizaria cada um dos níveis. Neste sentido, obtivemos os dados apresentados no Gráfico 8, em relação à Língua Portuguesa, e no Gráfico 9, em relação à Libras.

Gráfico 8 - Nível de Proficiência em Língua Portuguesa dos respondentes



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Gráfico 9 - Nível de Proficiência em Libras dos respondentes



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Nestas duas próximas perguntas, vislumbramos descrever e analisar como os TILSP quantificam, através de uma Escala *Likert*⁷⁷ — que é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários para medir a frequência com que o sujeito realiza alguma atividade —, sua competência bilíngue, sendo esta composta por “conhecimentos essencialmente operacionais, necessários para a comunicação em duas línguas” (HURTADO, 2005, p. 29). Observamos que a proficiência em Língua Portuguesa dos 55 respondentes está, em maioria, no nível de Proficiência Nativa ou Bilíngue, ou seja, são capazes de interpretar de maneira fluente de diferentes modos. Neste sentido, focando na produção e recepção do par linguístico na modalidade oral, 43 indicaram que possuem compreensão auditiva neste nível, isto é, 78,1%, porém 42 indicaram que sua produção oral está neste nível de proficiência, isto é, 76,3% do total de respondentes. Ao analisar a mesma proficiência para com a Libras, temos que 38 respondentes indicaram que possuem compreensão visual, isto é, 69%, e 33 indicaram que possuem uma produção oral, sinalizada, neste mesmo nível de proficiência, isto é, 60% dos respondentes. Como visto em Rodrigues (2013b, p. 267) “não há dúvidas de que a diferença de modalidade [das línguas de trabalho] causa efeitos na [interpretação de/para/entre] língua de sinais”, como se pode atestar por meio de uma comparação entre os tradutores/intérpretes que atuam em um par linguístico intramodal, isto é, em processos tradutórios/interpretativos entre línguas de mesma modalidade, e TILSP que atuam em um par linguístico de diferentes modalidades, isto é, em processos tradutórios/interpretativos entre línguas de diferentes modalidades. Os primeiros tendem a cometer mais erros de compreensão e de tradução diferentemente dos TILSP intermodais atuando da língua vocal para a de sinais, por exemplo. Para Isham (1994 apud RODRIGUES, 2013b, p. 268), “isso se deve à diferença da modalidade, visto que tal diferença possibilita que a memória auditiva dos intérpretes de sinais opere sem interferência”.

Agora, observando a mesma quantificação, focando na produção e recepção do par linguístico na modalidade escrita, observamos que a proficiência em Língua Portuguesa dos 55 respondentes está no nível da Proficiência Nativa ou Bilíngue, ou seja, são capazes de traduzir com sucesso diversos textos, incluindo aqueles em que a falta de paralelismo linguístico, assim como são capazes de aplicar com êxito uma técnica de tradução para traduzir textos que contenham linguagem em alto nível de registro, como preconizado na Escala ILR. Neste sentido, focando na leitura e escrita do par linguístico na modalidade escrita, 40 indicaram que possuem compreensão leitora em Língua Portuguesa, isto é, 72% dos respondentes e 31

⁷⁷ Fonte: LIKERT, R. *A Technique for the Measurement of Attitudes*, Archives of Psychology, 140: 1-55. 1932

indicaram que possuem a mesma compreensão em Libras, isto é, 56% dos respondentes. Precisamos abrir um parêntese, mas não vamos nos aprofundar nesta questão, tendo em vista que apenas esta discussão poderia se desenvolver em uma outra pesquisa em nível de mestrado e doutorado, mas a Libras por mais que seja, pelo senso comum, tida como ágrafa, ou seja, não possui escrita, tem no Brasil três sistemas diferentes de representação escrita, a saber a Escrita de Línguas de Sinais (ELiS⁷⁸), o Sistema de Escrita para Libras (SEL⁷⁹) e o Sistema *SingWriting* (SW⁸⁰). Tendo em vista que tais sistemas não são utilizados socialmente em publicações que circulem na comunidade, os TILSP respondentes desta pesquisa, isto é, 5,4% indicaram não possuir nenhuma proficiência leitora e oito respondentes, isto é, 14,5%, indicaram possuir proficiência básica na produção da escrita da Libras. Associamos essa discrepância entre as proficiências, envolvendo processos tradutórios entre Português-Libras, às poucas ofertas de cursos, nos mais diversos níveis de formação, sobre a escrita de sinais para os profissionais TILSP.

Por fim, ainda podemos observar que os respondentes demonstram que possuem subcompetência bilíngue, ou seja, afirmaram possuir conhecimentos, tidos pelos teóricos como operacionais, ou seja, um conjunto de conhecimentos utilizados para o estabelecimento da comunicação em ambas as línguas de trabalho como observamos em Hurtado Albir (2016, 2017), PACTE (2017) e Rodrigues (2018c).

6.5 - Experiência Profissional

Na quarta seção, estabelecemos questões para coletar informações sobre a experiência profissional dos respondentes. Assim, os questionamos, quanto ao tempo de serviço como TILSP, aos contextos de atuação profissional, aos tipos de texto já traduzidos, bem como à

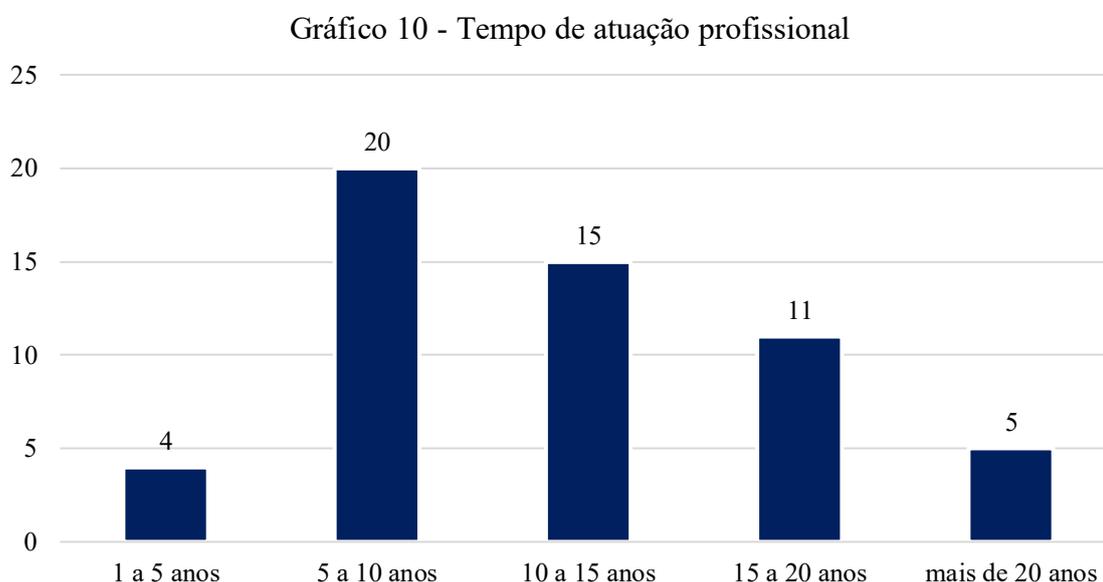
⁷⁸ A ELiS foi desenvolvida pela Prof^a. Dr^a. Mariângela Estelita Barros (UFG) em 1998 em seu mestrado. Já em 2008, após a conclusão de seu doutorado, o sistema foi colocado em prática. O sistema é composto por uma escrita linear, ou seja, escrita da esquerda para a direita tal qual a língua portuguesa, “cujos os caracteres, denominados de visografemas, foram desenvolvidos especialmente para ela” (ESTELITA, 2015 p. 15). Para mais informações vide Estelita (2007abc, 2008, 2015).

⁷⁹ A SEL é a proposta de escrita linear para a Libras desenvolvida pela Prof^a. Dr^a. Adriana Stella Cardoso Lessa-de-Oliveira (UFRB) em um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB sendo este iniciado em abril de 2009 e aperfeiçoado em maio de 2011. “A ideia inicial “era elaborar um sistema alfabético, em nossa opinião, mais econômico e eficiente que sistemas logográficos (ou ideográficos)”. Para mais informações vide Lessa-de-Oliveira (2012).

⁸⁰ O SW é uma escrita visual tridimensional sendo possível, através dela, a representação através de símbolos icônicos, que “possibilita[m] uma rápida associação com o que representam” (BARRETO e BARRETO, 2012, p.22). Para mais informações vide Barreto e Barreto (2012 e 2015).

preferência na interpretação, se pela direta ou inversa. Além disso, perguntamos o tipo de atuação mais comum e buscamos também dados sobre a jornada semanal de trabalho, sobre a experiência com textos audiovisuais e midiáticos, assim como sobre a frequência com desenvolvem atividades em contextos audiovisuais/midiáticos. Para isso, usamos uma Escala *Likert* que variou da seguinte forma: nunca, raramente, às vezes, quase sempre e sempre.

Assim questionamos aos respondentes sobre o tempo de atuação profissional, mas não definimos o que seria este “profissional”, pois como vimos anteriormente as legislações divergem neste sentido. Como opções indicamos quinquênios para que eles pudessem se agrupar. Os dados referentes estão a seguir (Gráfico 10).



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

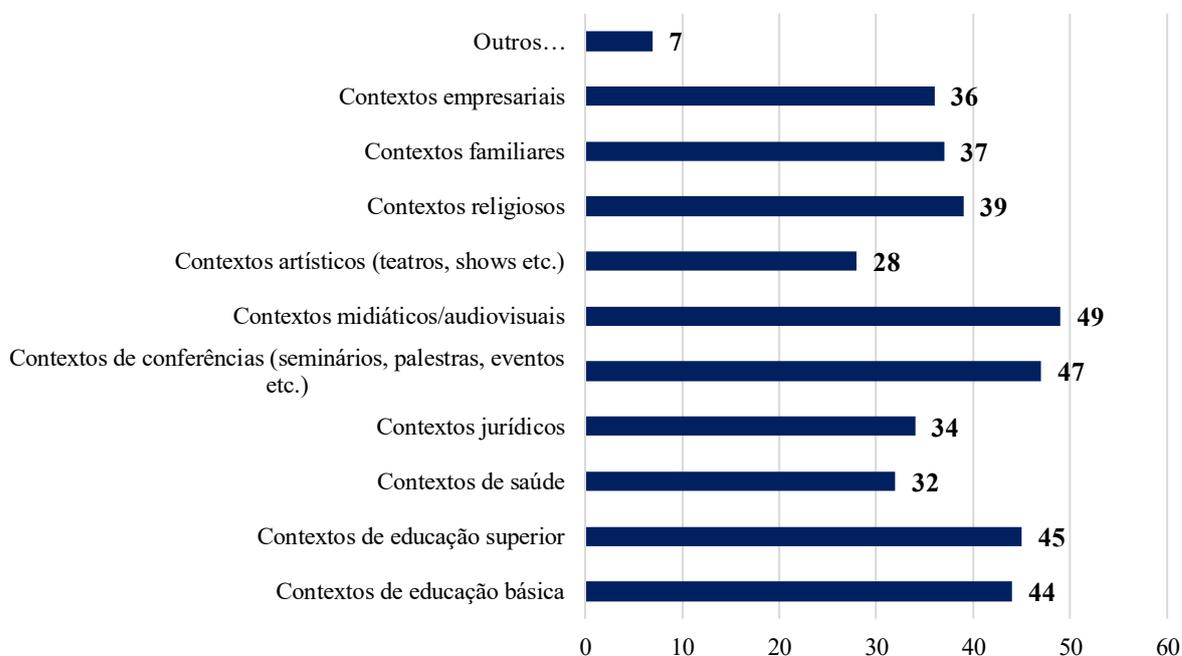
Há mais de 20 anos não tínhamos sequer o reconhecimento legal da Libras enquanto meio de comunicação e expressão da Comunidade Surda, todavia já tínhamos profissionais atuando nas mais diversas demandas interpretativas, assim como cinco dos nossos respondentes, tanto que a FENEIS, ainda em 1992, funda o Departamento Nacional de Intérpretes, em 1995, divulga a cartilha *O que é o Intérprete de Línguas de sinais para as Pessoas Surdas* (Figura 11), ao passo que o TSE, em 1997, observando a emergência deste contexto regulamentou, através da Resolução 20.034/97, a presença deste profissional em campanhas político-partidárias e nos debates televisionados.

Os 11 respondentes que atuam de 15 a 20 anos tiveram sua atuação em um momento ímpar, pois estiveram presentes num período em que as maiores conquistas da comunidade surda e dos TILSP, no que tange as legislações, foram amplamente discutidas, votadas e

aprovadas pelos órgãos competentes. Já os 15 respondentes que atuam entre 10 e 15 anos, puderam observar de perto a criação do curso de Letras-Libras, na UFSC, e inclusive serem os primeiros a se beneficiar de um curso superior voltado para a profissionalização. Assim, os que antes atuavam, muitas vezes, voluntariamente apenas em espaços comunitários, passaram a adentrar cada vez mais espaços formativos para amadurecer e dar *status* profissional à sua atuação.

A maioria dos nossos respondentes, 20 no total, atuam entre 5 e 10 anos, estes vislumbraram a primeira década da formação em nível superior e ainda pode participar da construção da legislação que nos deu qualidade de profissional, por mais falha que tal legislação, a saber a Lei 12.319/2010, seja para o patamar que a profissão chegou. Os profissionais mais recentes, quatro dos nossos respondentes, atuam entre 1 e 5 anos e puderam observar a maturação da profissão que nos levou a refletir sobre uma nova legislação, que está em discussão na Câmara Federal. Juntamente ao tempo profissional, questionamos nossos respondentes sobre qual(is) é(são) o(s) contexto(s) em que eles atuaram profissionalmente realizando os processos de tradução ou interpretação intermodal; os dados das respostas estão dispostos no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Contextos de atuação



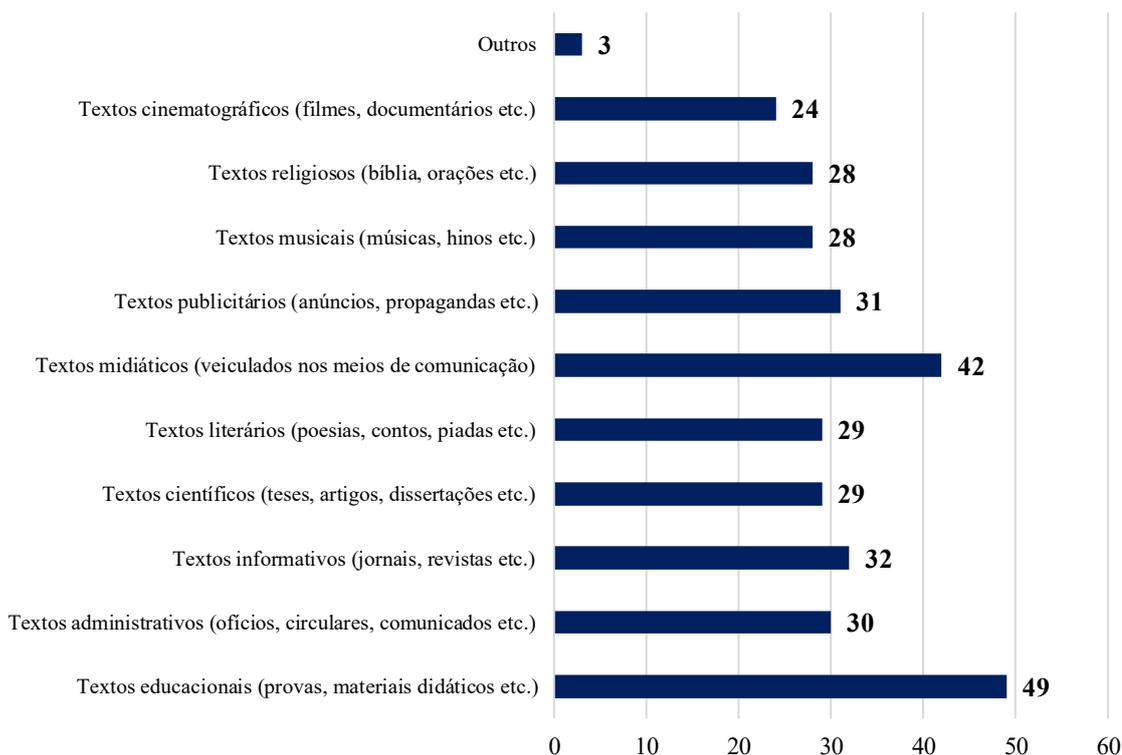
Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Podemos observar, com base nos dados do Gráfico 11, que, ainda hoje, o contexto educacional é o contexto que mais absorve os profissionais TILSP, sendo que 44 deles, na nossa pesquisa, atuam em contexto de educação básica, 45 em educação superior e quatro selecionaram a opção “outros” e apontaram ainda atuação em ensino médio integrado e ensino técnico. Quadros (2004, p. 59) afirma que esta é a área de atuação mais requisitada atualmente, isto em 2004, pois “escolas públicas e particulares têm surdos matriculados em diferentes níveis de escolarização” (p. 59) que demandam uma quantidade significativa de profissionais, fazendo com que “a esfera educacional [seja] um grande campo de atuação para os tradutores e intérpretes” (ALBRES, 2020, no prelo) para o atendimento à estes usuários do serviço de tradução e/ou interpretação, tendo em vista que as instituições de ensino “devem oferecer o serviço de IE [interpretação educacional] garantindo o direito de acesso e permanência à educação aos alunos surdos” (ALBRES, 2020, no prelo), por isso que “a maioria das pesquisas a respeito da atuação do ILS [intérprete de língua de sinais] está focada na área educacional, e poucas se interessam pelo intérprete em outras áreas de atuação” (SANTOS, LACERDA, 2018, p. 64), assim como demonstramos na seção 3.3.3, que versou sobre a atuação do TILSP no Brasil; colocamos em pauta a discussão de que os profissionais atuam nos mais diversos contextos de trabalho, tendo passado por uma formação generalista.

O Gráfico 11 demonstra exatamente isso, todos os contextos elencados foram marcados e a opção de outros ainda foi utilizada 7 vezes demonstrando a existência de contextos que sequer foram mapeados. Porém, o que nos chama a atenção é que na página introdutória do questionário, perguntamos se eles já haviam atuado em debates políticos televisionados, os 55 responderam que sim, ou seja, haviam participado. Todavia, ao perguntarmos em quais contextos eles atuaram, apenas 49 identificaram que atuaram em contextos midiáticos/audiovisuais. Optamos por deixar a opção grafada deste jeito “contexto midiático/audiovisual” pois como se pode perceber, na sessão 3.1 deste trabalho, a área denominada TAV, por mais que tenha surgido no início do século XX ainda não encontrou uma consonância quanto ao termo de sua identificação.

Perguntamos ainda aos nossos respondentes, quais os tipos de texto eles traduzem ou já traduziram na direcionalidade inversa, isto é, de Português para Libras, tendo em vista que o texto multimodal pode estar inserido em diversos contextos. As respostas foram compiladas e organizadas a seguir (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Tipo(s) de texto(s) traduzido(s) pelos respondentes



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

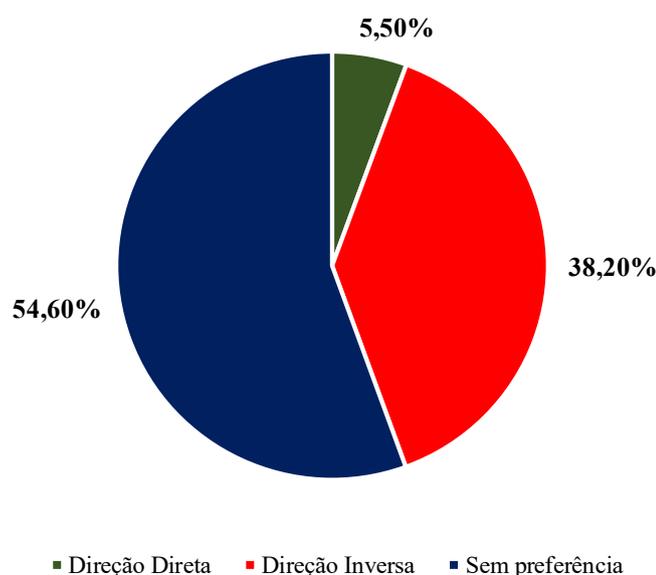
Assim como a demanda de interpretação educacional é gigante, observamos que 49 dos 55 respondentes informaram trabalhar com a tradução dos textos que são utilizados em contextos educacionais, tais como provas, materiais didáticos, atividades e semelhantes. Ao passo que 42 destes disseram que trabalham com textos midiáticos. Contudo, pela multiplicidade textual existente neste contexto de atuação, não detalhamos quais os textos poderiam ser encaixados neste contexto, deixando assim a questão como aberta. Um fato nos chamou bastante atenção, foi o de um dos respondentes atuar com um par linguístico diferente do pretendido por esta pesquisa, quando perguntado sobre qual tipo de texto ele atua, a resposta foi marcada como “Outros” e detalhada como textos originalmente escritos em espanhol traduzidos para a Libras, demonstrando assim a existência de uma demanda tradutória de textos nesta direção. Entretanto, não foi detalhado quais são estes textos, de que tipo são e porque são traduzidos nesta direção.

Ainda na opção outros tivemos ciência que um dos nossos respondentes atua também com a tradução de “Editais e resoluções”, tal resposta está alinhada com o preconizado no art. 30º, da Lei 13.146/2015, a qual estipula que “nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação

profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas [...]”. Isso corresponde a diversas medidas, uma delas, grafada no inciso VII é a “tradução completa do edital e de suas retificações em Libras” (BRASIL, 2015).

Vemos que nos debates políticos televisionados a direção de interpretação, na maioria das vezes, é a inversa⁸¹, isto é, da língua A (Português) do intérprete para sua língua B (Libras), salvo exceções; pois quando temos um candidato surdo concorrendo ao pleito, esta interpretação seria na direcionalidade direta⁸², isto é, da língua B (Libras) para a língua A (Português). Neste sentido, ainda questionamos nossos respondentes sobre qual a preferência, em relação à direcionalidade durante o ato interpretativo. Os dados coletados estão apresentados abaixo (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Preferência de direcionalidade na interpretação intermodal



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Como observamos, no Quadro 7, nosso par linguístico envolve línguas de modalidades diferentes. Neste sentido, “não há dúvidas de que a diferença de modalidade causa efeitos de modalidade [no processo de tradução de/para] a língua de sinais” (RODRIGUES, 2013a, p. 43), fazendo com que acreditemos na existência de uma competência que abarque a questão da intermodalidade da tradução no par Libras-Português como vemos em Rodrigues (2018c). Ao

⁸¹ Nesta direção de tradução trabalhamos com o texto fonte codificado em L1, isto é, Português, para um texto alvo em Libras (SANTOS, W. 2019, p. 26, no prelo)

⁸² Nesta direção de tradução trabalhamos com o texto fonte codificado em L2, isto é, Libras, para um texto alvo em Português (SANTOS, W. 2019, p. 26, no prelo)

observamos relatos informais entre TILSP, observamos que os “relatos de profissionais da área indicam maior dificuldade de interpretação [na direção direta]” (CHAIBUE e AGUIAR, 2016, p. 14), todavia dentro do nosso universo de pesquisa 5,5%, ou seja, três respondentes, preferem interpretar na direção direta, demonstrando que existe um receio velado dos profissionais a assumir esta direção de interpretação; esta não é apenas uma característica dos TILSP brasileiros, visto que Nicodemos e Emmorey (2013) nos mostram que isso também acontece no contexto internacional pois

os intérpretes da linguagem falada intramodal geralmente preferem interpretar da língua não dominante (L2) para a língua nativa (L1). Curiosamente, os intérpretes de língua de sinais intermodal expressam o viés oposto, preferindo interpretar de L1 (língua falada) para L2 (língua sinalizada)⁸³. (NICODEMOS E EMMOREY, 2013, p. 624, tradução minha).

Em contrapartida, 38,2%, ou seja, 21 respondentes, preferem realizar a interpretação na direção inversa, que compreende, majoritariamente, a demanda de serviços de interpretação intermodal tendo em vista que os surdos estão, aos poucos, ocupando espaços que anteriormente eram ocupados apenas por ouvintes. Neste sentido, a maioria dos TILSP, principalmente em contextos educacionais e contextos de TAV, atuam nesta direcionalidade. Citando os contextos de TAV, o debate político televisionado, cria uma demanda de interpretação exatamente nesta direcionalidade, salvo quando há candidatos surdos concorrendo, o que infelizmente ainda não foi observável, desde 1982⁸⁴ quando tais debates passaram a ser transmitidos ao vivo. Os demais, 31 respondentes, isto é, 56,4%, afirmaram que não possuem nenhuma preferência de direcionalidade de interpretação, atuando tanto na direção direta ou na direção inversa.

O *Google Forms*, plataforma utilizada por nós para coletar estas informações, apresenta as repostas agrupadas ou individualizadas, nos permitindo cruzar as informações de questões diferentes deste instrumento de coleta. Neste sentido, se pegarmos os dados da faixa etária (Gráfico 2) com estas informações relacionadas à preferência de modalidade, temos três TILSP entre 23 e 27 anos que preferiram realizar a interpretação apenas na direção inversa; oito profissionais entre 23 e 27 anos, 12 entre 33 e 37 anos e um com mais de 53 anos, os quais preferiram realizar a interpretação apenas na direção direta; 14 entre 28 e 32 anos, quatro entre

⁸³ *Spoken language (unimodal) interpreters often prefer to interpret from their non-dominant language (L2) into their natively language (L1). Anecdotally, signed language (bimodal) interpreters express the opposite bias, preferring to interpret from L1 (spoken language) into L2 (signed language).*

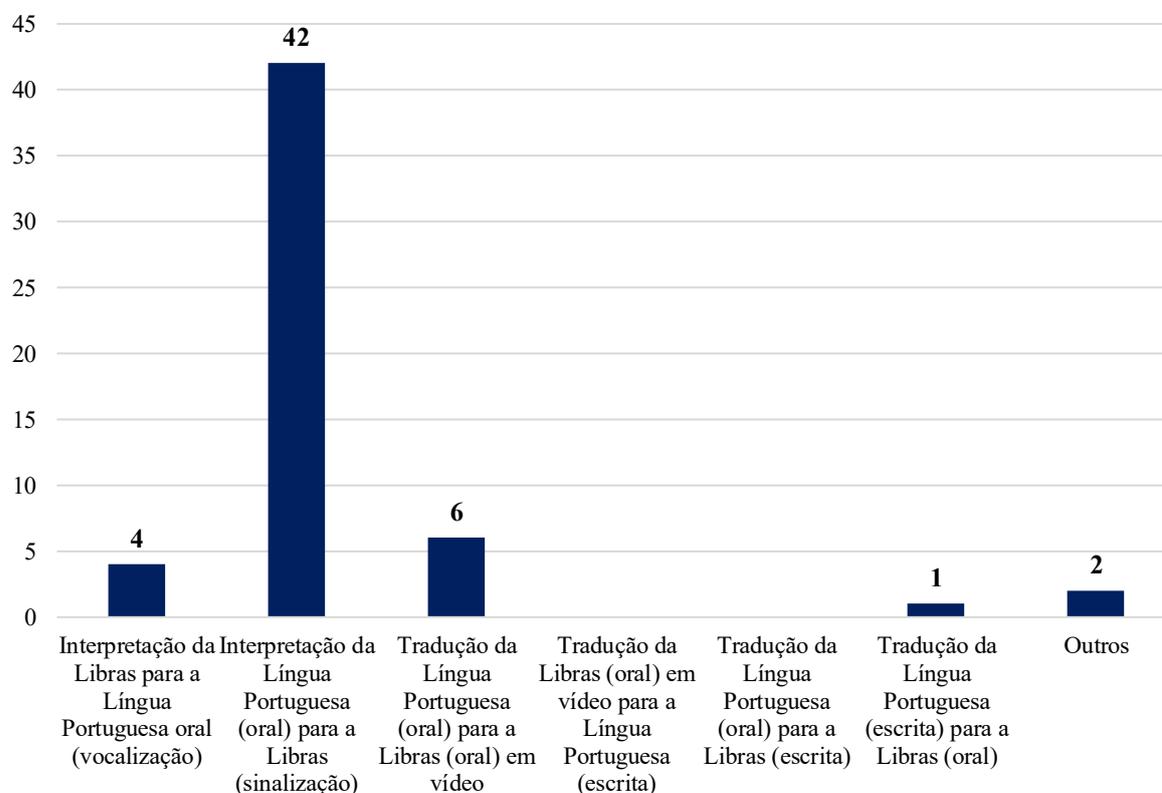
⁸⁴ Em 1982, ainda embrionários, os teledebates voltam nas eleições de 1982. A TVS (22 de março de 1982, mediado por Ferreira Netto) e a Rede Bandeirantes (em 13 de setembro, mediado por Joelmir Beting), televisionaram, na esteira dos debates políticos e televisionados. Fonte: GONÇALVES, C. R. **Importância e Repercussão da Mídia dos debates televisivos nas eleições brasileiras de 2006**. Porto Alegre, 2008, p.47.

33 e 37 anos, três entre 38 a 42 anos, sete entre 43 e 47 anos e três entre 48 e 52 anos, os quais optaram por ambas as direcionalidades sem estabelecer uma preferência entre elas.

Tais dados são semelhantes aos encontrados por Nicodemos e Emmorey (2013) que definiram tal característica, observável no mercado de trabalho, como assimetria da direcionalidade, ou seja, preferência por uma direção em detrimento de outra durante o processo interpretativo, pois observamos que os TILSP que preferem interpretar na direcionalidade inversa estão nas duas primeiras e na última faixa etária desta pesquisa, assim como as autoras que perceberam que esta assimetria é observável em intérpretes iniciantes (p. 633), pois ainda estão em vias de desenvolvimento da capacidade de se auto monitorar quanto à sua produção do discurso em L2, sendo que em L1, ele se escuta e é capaz de realizar este auto monitoramento de maneira mais espontânea e individualizada.

Ainda nesta mesma página do questionário, perguntamos aos nossos respondentes sobre predominância da atuação deles quanto ao processo de translação e à direcionalidade em relação à modalidade de língua, os dados estão apresentados abaixo (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Atuação profissional preponderante quanto ao processo, direcionalidade e modalidade de língua

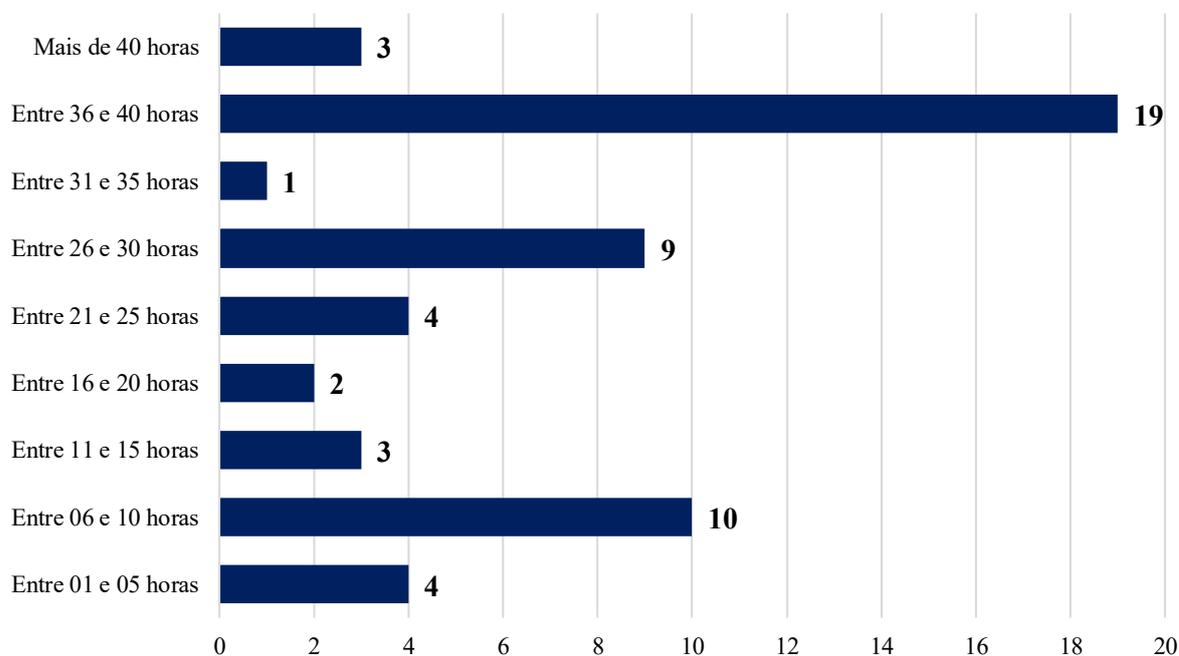


Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Observamos, na questão anterior e nos dados do Gráfico 13, que 56,4% dos respondentes, isto é, 31 do total de 55 respondentes não possuem preferência de atuação, afirmando que atuam em ambas direcionalidades satisfatoriamente. Na avaliação deles, entretanto, por mais que prefiram ambas as direções, a preponderância de atendimento na demanda de interpretação se concentra, para 46 deles, em interpretações de Português em sua modalidade oral para a modalidade oral da Libras, ou seja, na direção inversa da interpretação. Se compararmos com a direção direta, apenas quatro deles atuam preponderantemente com a interpretação de Libras na sua modalidade oral para a Língua Portuguesa na mesma modalidade. Neste sentido, podemos observar que se na maior parte do tempo de trabalho estes profissionais TILSP atuam na direção inversa da interpretação, é possível afirmar que neste universo de pesquisa o fenômeno descrito por Nicodemos e Emmorey (2013) nomeado de assimetria da direcionalidade é evidente.

Para quantificamos a carga horária semanal total de atuação, a qual respondentes estão submetidos em seu local de trabalho, solicitamos que nos oferecessem essa informação. Os dados coletados, sobre essa questão, estão demonstrados no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Carga Horária semanal de trabalho como TILSP do par Libras-Português



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Poucos trabalhos, até onde temos ciência, versam sobre a ergonomia frente a carga horária de trabalho dos TILSP, sabemos que um deles foi desenvolvido na UFSC por Licia

Maria Cardoso Azevedo e é intitulado “Saúde Ocupacional e Ergonomia na atuação do Tradutor Intérprete de Libras⁸⁵” defendido, em 2018, na cidade de São Luiz do Maranhão. O instrumento de pesquisa da autora também foi um questionário, semelhante ao nosso, encaminhado para 32 respondentes, e obteve dados sobre questões relacionadas a jornada de trabalho de TILSP dos quais: 6,3% dos profissionais trabalham por 20 horas semanais, 15,6% trabalham por 30 horas semanais, 75% trabalham 40 horas semanais e 3,1% atuam mais de 40 horas, cabe salientar que esta pesquisa foi realizada em âmbito estadual, na nossa pesquisa os dados seguem a mesma premissa, porém solicitamos mais detalhes e obtivemos os dados do Gráfico 15, no qual observamos que quatro atuam de 01 a 05 horas semanais, representando 7,2% dos 55 respondentes; 10 atuam de 06 a 10 horas semanais, representando 18,1%; três atuam de 11 a 15 horas semanais, representando 5,4%; 2 atuam de 16 a 20 horas semanais, representando 3,2%; quatro atuam de 21 a 25 horas semanais representando 7,2%; nove atuam de 26 a 30 horas semanais, representando 16,3%; um atua entre 31 a 35 horas, representando 1,8%; 19 trabalham entre 36 a 40 horas semanais, representando 34,3% a maior fatia dos profissionais semelhantemente a Azevedo (2018, p. 32). O que mais nos chamou atenção foram aqueles que responderam a opção de “Outros” que na nossa pesquisa somaram três respondentes, ou seja, 5,4% na proporção do nosso universo de pesquisa, que afirmaram atuar mais de 40 horas semanais, um deles nos indicou que atua em 55 horas semanais, ainda nos surpreendemos que um outro atua 70 horas semanais, isso representa 14 horas diárias de atuação. Buscamos na resposta individual os motivos dessa atuação com tantas horas diárias, tal profissional atua em contextos familiares, isto é, atua realizando a interpretação em contextos intrafamiliares. Ao contar a atuação em um emprego formal mais a sua atuação neste contexto familiar é que se tem tantas horas. O terceiro respondente da opção “outros” atua como *freelancer* e por isso não tem uma carga horária fixa de trabalho.

Ao questionarmos a frequência da realização de trabalhos de tradução e interpretação derivados da TAV, elencamos algumas demandas e através de uma Escala *Likert*, na qual os respondentes puderam quantificar a regularidade de desenvolvimento destes trabalhos. Os dados estão dispostos nos gráficos abaixo (Gráficos 16 a 20). Precisamos ressaltar que reunir todas informações relacionadas a esta questão em um gráfico único demonstrou-se extremamente complicado no quesito diagramação, sendo assim, demonstraremos cada item da

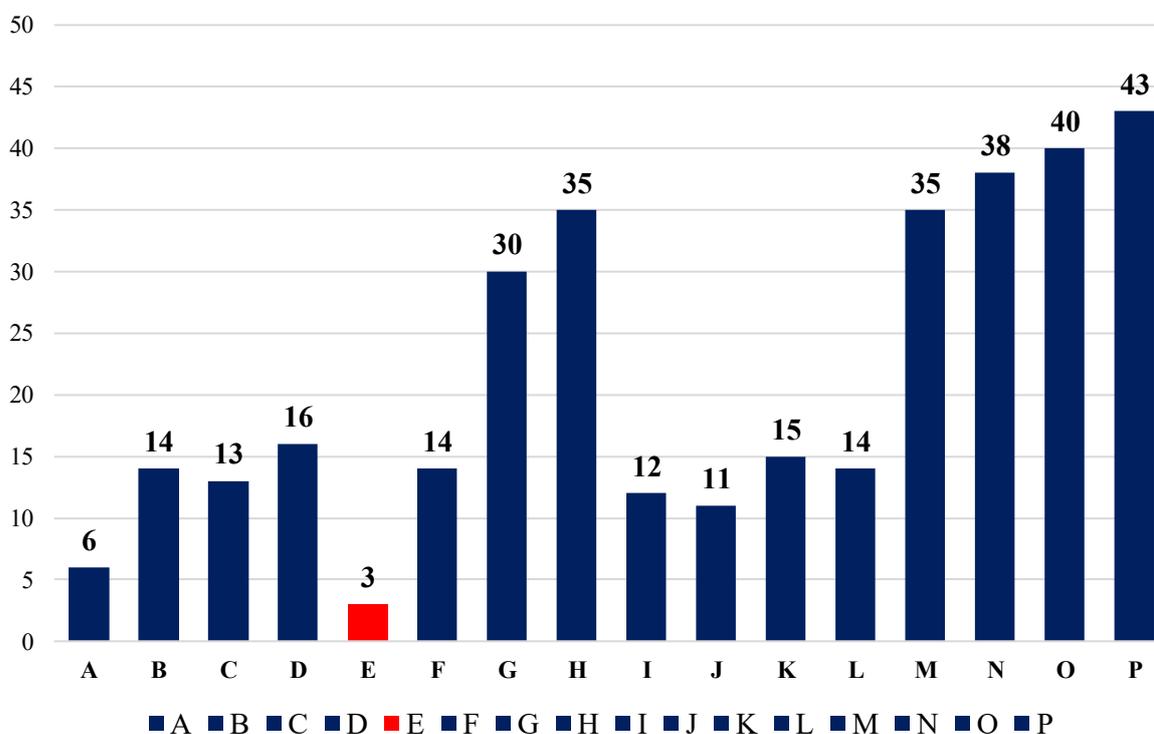
⁸⁵ Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras. O trabalho completo pode ser acessar neste link: <https://bit.ly/2nu6pck>.

escala *Likert* em um gráfico em separado para uma melhor compreensão do que pretendemos analisar.

Como dito, anteriormente, como uma das subáreas dos ET, a TAV mescla em si diversas atividades tradutórias como observamos no capítulo 3 deste trabalho. Vemos que Hurtado Albir (1999, p. 183) e Gambier (2003) sinalizam a existência da “Interpretação de Sinais” entendida por eles como o processo em que intérpretes de sinais realizam a tradução e/ou a interpretação de/para línguas sinalizadas, a partir de textos e/ou roteiros, de maneira simultânea com transmissão ao vivo ou gravada. Podemos destringir esta subárea em diversas atividades, algumas delas foram elencadas nesta pergunta, pois buscamos observar qual a principal tarefa de TAV seria realizada pelos respondentes. Os Gráficos abaixo, 16 a 20, terão por eixo horizontal a seguinte legenda:

- | | |
|--|---|
| A. Interpretação de Debates Políticos na mídia (ao vivo) | F. Tradução de Vídeos Institucionais |
| B. Tradução de Debates Políticos para mídia | G. Tradução de Vídeos para redes sociais |
| C. Interpretação de Telejornais na Televisão (ao vivo) | H. Interpretação de Vídeos para redes sociais |
| D. Tradução de Telejornais para mídia | I. Tradução de Curtas-metragens |
| E. Interpretação de Vídeos Institucionais | J. Interpretação de Curtas-metragens |
| | K. Tradução de Longas-metragens |
| | L. Interpretação de Longas-metragens |

Gráfico 16 – Frequência “Nunca” no desenvolvimento de atividades de TAV



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Como é possível observar, os dados aqui apresentados demonstram a frequência “nunca” assinalada pelos respondentes, vemos que a Interpretação de Longas-Metragens (Coluna P do gráfico acima), foi a demanda de interpretação que 43 respondentes demarcaram que nunca atuaram, conseqüentemente, a demanda de tradução por este mesmo gênero foi marcada como nunca por 40 respondentes. Ao buscarmos, despretensiosamente, ou seja, sem uma metodologia específica, por longas-metragens que possuem tradução e/ou interpretação de/para/entre o par linguístico Libras-Português, encontramos alguns filmes que possuem a Janela de Libras como TAV buscando atingir o público surdo. Todavia, ainda são poucos, pois, como discutimos na sessão 3.3.2, a produção de Janela de Libras em larga escala, como em um Longa-Metragem, demanda muitos profissionais, investimento e tempo de produção estendido para que todas as etapas de realização sejam realizadas da melhor forma possível talvez por isso não dispomos de muitos trabalhos profissionais disponíveis.

Focando na demanda de tradução delimitada por este trabalho, ou seja, a interpretação de debates políticos televisionados no Brasil, observamos que 14 respondentes nunca atuaram em traduções deste perfil (Coluna F do gráfico acima), ou seja, por mais que busquemos observar o fenômeno da interpretação, a tradução enquanto processo, tal como preconizado em Hurtado Albir (2005, p. 27), nos deparamos com uma questão que demonstra em si os desafios de realizar uma pesquisa deste perfil com um questionário tão detalhado como propusemos. Observamos que três respondentes assinalaram que nunca realizaram a interpretação de debates políticos na mídia (ao vivo) (Coluna E destacada no gráfico acima). Ao montarmos este questionário, colocamos uma pergunta filtro para selecionar apenas aqueles TILSP que de fato atuaram em interpretações em debates televisionados ao vivo. Três respondentes afirmaram que nunca atuaram em interpretação de debates televisionados, pois não deixamos claro em nossa questão que a palavra “mídia”, como perguntado no formulário, seria a televisiva. No momento que encapsulamos a televisão dentro do conceito de mídia, de maneira equivocada, acreditamos ter induzido o entendimento mais abrangente do conceito para além da televisão, pois, nas área de estudos que visam à Comunicação no Brasil (GUAZINA, 2007) a mídia é vista como um termo guarda-chuva que em si abarca diversos meios de comunicação com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados. O universo midiático abrange uma série de diferentes plataformas que agem como meios para disseminar as informações, como os jornais, revistas, a televisão, o rádio e a internet, por exemplo, pois

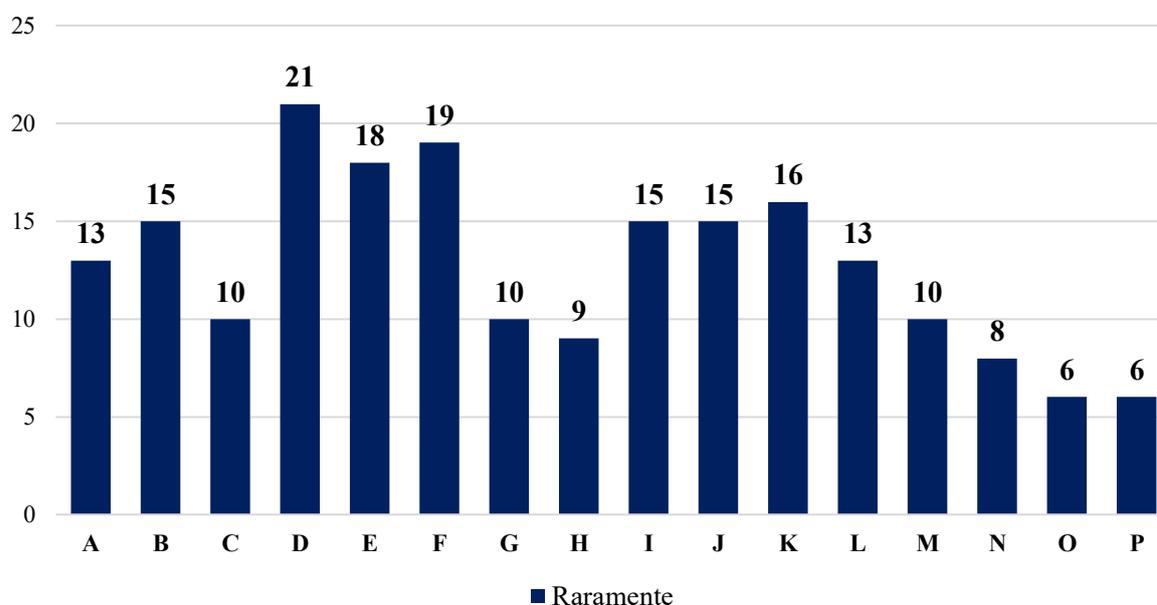
o uso generalizado da palavra mídia é recente nas pesquisas em Comunicação no Brasil. A partir da década de 90 é que começou a ser amplamente empregada. Em muitas das publicações especializadas, porém, mídia é

utilizada no mesmo sentido de imprensa, grande imprensa, jornalismo, meio de comunicação, veículo. (GUAZINA, 2007, p. 49)

Assim, consideramos que a Coluna E que representa nosso objeto de estudo, não tenha recebido muitas respostas e considerando que todos os 55 respondentes afirmaram na primeira questão que atuaram na interpretação de debates políticos televisionados no Brasil, percebemos que alguma informação está truncada.

Quando analisamos a frequência “raramente” atribuída pelos respondentes, observamos que o quadro sofre uma variação quanto as demandas de tradução e interpretação são pouco atendidas pelos profissionais. Vejamos o que os dados têm a dizer.

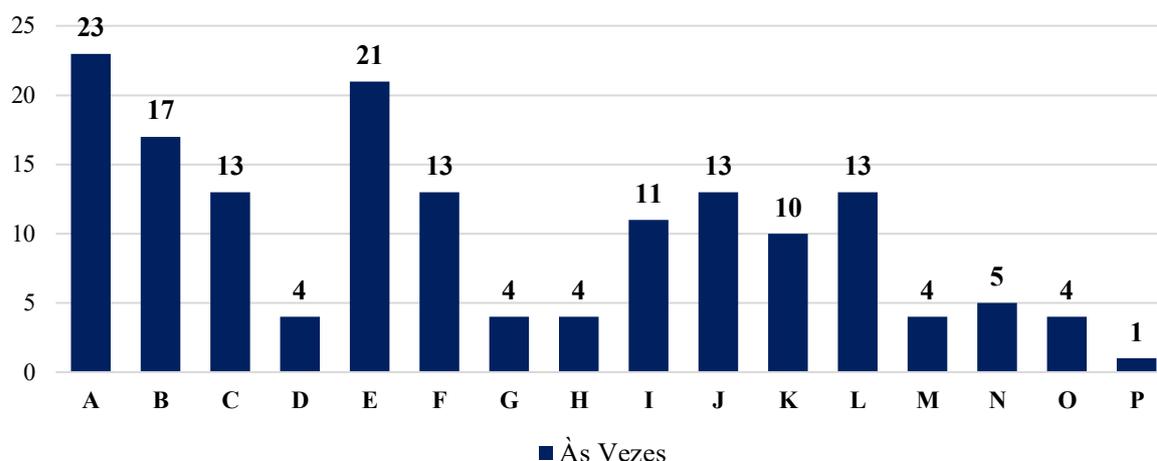
Gráfico 17 - Frequência “Raramente” de desenvolvimento de atividades de TAV



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

A demanda de TAV que se destacou neste item foi a da Tradução de Conferência para mídia (Coluna D, no gráfico acima) sendo considerada por 21 respondentes. Com o avanço das tecnologias, qualquer pessoa tem condições de organizar um evento on-line e de transmiti-lo em todas as redes sociais simultaneamente, com a inserção da Janela de Libras, fazendo com que esta demanda seja emergente dentro da TAV e vislumbrando uma aplicabilidade da Lei 10.098/2000, “Lei da Acessibilidade”, ou seja, fazendo com que o serviço de transmissão de imagens e sons possa ser usufruído por usuários do serviço de tradução.

Gráfico 18 - Frequência “Às Vezes” de desenvolvimento de atividades de TAV



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

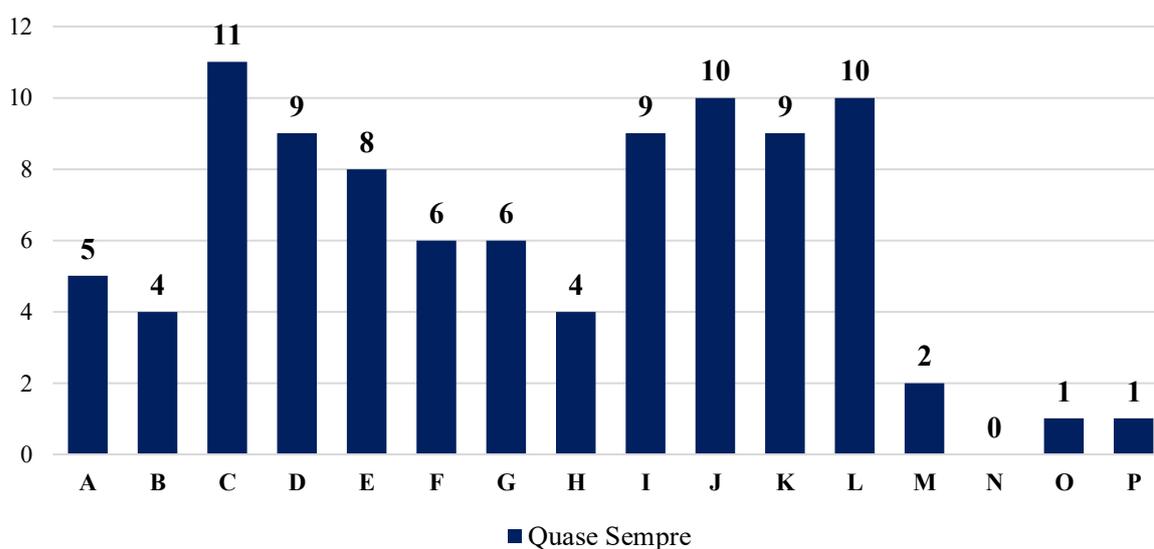
Os dados aqui apresentados, no gráfico acima, demonstram a frequência “Às Vezes” assinalada pelos respondentes. Aqui a interpretação de campanhas eleitorais, pronunciamentos e/ou discursos na mídia (ao vivo) (Coluna A do gráfico acima) foi a eleita como atividade mais realizada neste item por 23 dos respondentes. Na seção 3.3.3, discutimos que aos poucos, as campanhas eleitorais vêm sendo pautadas como passíveis de processos de tradução e/ou interpretação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) através da edição de resoluções que visam garantir o acesso às informações por parte dos eleitores surdos no que tange às informações político-partidárias. A partir da obrigatoriedade, estabelecida pela Resolução 21.176, de 13 de agosto de 2002, até a Resolução 23.551, de 18 de dezembro de 2017, do TSE, a provisão da inserção da Janela de Libras não é apenas nos debates televisionados, mas, de igual forma, deve ser inserida nas propagandas eleitorais gratuitas na televisão “que deverá utilizar, entre outros recursos, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Libras [...], sob responsabilidade dos partidos políticos e das coligações” (TSE, 2017, s/p.); assim como preconizado na Lei 13.146/2015, em seus artigos 67 e 76, em seu parágrafo 1º, inciso III da mesma legislação.

Neste sentido, diversos TILSP são contratados para interpretar as propagandas eleitorais, o processo desta gravação se configura como uma interpretação, pois, como citado por um dos nossos respondentes “a falta de conhecimento das emissoras em relação ao trabalho do TILSP atrapalha muito” (Respondente 3), pois o processo de gravação destas campanhas é um tanto quanto planejado e realizado, muitas das vezes, a toque de caixa, tendo em vista que as campanhas são feitas de um dia para outro. Além disso, às vezes, são de vários candidatos

no mesmo dia, não possibilitando que seja feito um processo de tradução com pós edições que visem corrigir possíveis erros. Neste sentido, nossos dados demonstram exatamente a emergência de atuação nestes contextos de interpretação de campanhas eleitorais, pronunciamentos e/ou discursos na mídia (ao vivo).

Se analisarmos a Coluna E (Interpretação de Debates Políticos na mídia ao vivo), no gráfico acima (Gráfico 18), 21 dos respondentes atuam, às vezes, na interpretação de debates políticos televisionados, isto nos leva a acreditar que nem sempre os mesmos TILSP atuam nesta demanda. Se observarmos o nosso recorte de 2012 a 2018, infelizmente, vemos que nossa delimitação de pesquisa não contemplou a busca de informações sobre o perfil de contratação destes profissionais atuantes nesta demanda.

Gráfico 19 - Frequência “Quase Sempre” de desenvolvimento de atividades de TAV

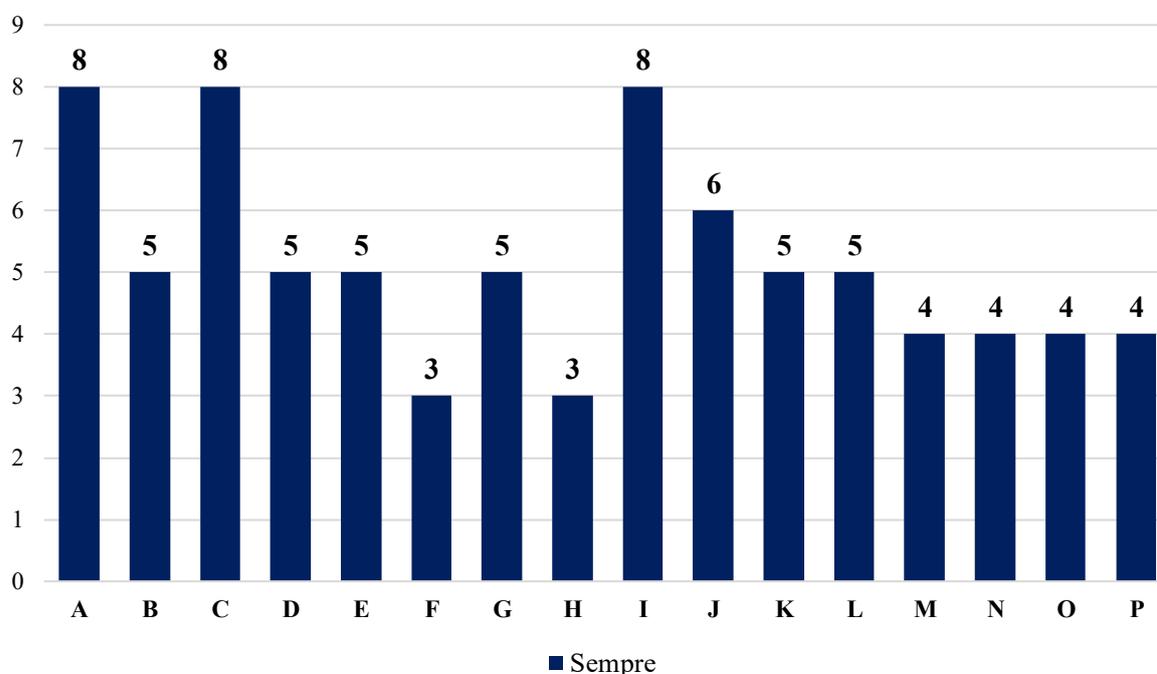


Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Os dados aqui apresentados, no gráfico acima, demonstram a frequência “Às Vezes” assinalada pelos respondentes. A primeira questão que nos chama atenção é a diferença entre Coluna E (Interpretação de Debates Políticos na mídia ao vivo), no Gráfico 18, que demonstra uma variabilidade de profissionais contratados para o atendimento deste tipo de demanda. Ao observarmos a mesma coluna no Gráfico 19, temos que a quantidade de participantes que responderam que “quase sempre” são contratados para esta atuação, demonstra uma queda significativa de 21 respondentes (Gráfico 18) para oito respondentes (Gráfico 19), o que, mais

uma vez, corrobora nosso entendimento de existir uma intercorrência de profissionais contratados neste contexto.

Gráfico 20 - Frequência “Sempre” de desenvolvimento de atividades de TAV



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Ao analisarmos a recorrência da interpretação assinalada como “sempre” pelos respondentes, observamos que três demandas são as mais indicadas, a Coluna A (interpretação de campanhas eleitorais, pronunciamentos e/ou discursos na mídia), Coluna C (interpretação de conferência na mídia ao vivo) e a Coluna I (interpretação de vídeos institucionais) com oito respondentes em cada coluna. Acreditamos que a Coluna A figure no topo da atuação graças às legislações que impõem a presença do profissional TILSP nestes tipos de TAV, como já citamos anteriormente, a saber a Lei 13.146/15 e as Resoluções do TSE que foram promulgadas pós 2012 (Lei 23.370 de 13 de dezembro de 2011, Lei 23.404 de 27 de fevereiro de 2014, 23.457 de 15 de dezembro de 2015 e 23.551 de 18 de dezembro de 2017). Já a Coluna C demonstra como uma das mais acessadas em atendimento a Lei 10.098/00 e a Lei 13.146/15 que prevê que aos usuários do serviço de interpretação o acesso às informações veiculadas em sistemas de transmissão de som e imagens, bem como atrelamos este fato à crescente busca dos candidatos a novos públicos. Neste sentido, para conquistar o eleitor surdo, a presença do TILSP em campanhas, pronunciamentos e discursos, nas mídias e/ou redes sociais, visa estabelecer essa conexão com estes que outrora estavam à margem do processo eleitoral por uma barreira

linguística. Por sua vez, a Coluna I se destaca neste cenário, também graças a legislação, a saber a Lei 13.146/15 que no seu artigo 30 define que os editais, principal publicação institucional, deva prever a sua “tradução completa [...] e de suas retificações em Libras” (BRASIL, 2015).

No Gráfico 20, ficou a Coluna J (tradução de vídeos institucionais) com seis respondentes. Tal fato pode ser entendido com o processo com que os vídeos institucionais são produzidos, filmados e disponibilizados para o público, pois, nem sempre, como visto no Gráfico 19, as instituições disponibilizam aos TILSP todas as informações necessárias para a produção de um edital a partir de um processo de tradução, vimos que seis dos 55 respondentes conseguem realizar este trabalho de maneira recorrente o que nos faz crer que dentro de seus locais de atuação já exista uma sistematização quanto aos prazos de realização e de produção de uma tradução em uma Janela de Libras.

Em terceiro lugar, em relação à quantidade de respondentes, encontram-se a Coluna B (Tradução de Campanhas eleitorais, pronunciamentos e/ou discursos na mídia), a Coluna D (Tradução de Conferência para mídia), a Coluna E (Interpretação de Debates Políticos na mídia ao vivo), a Coluna G (Interpretação de Telejornais na televisão ao vivo), a Coluna K (Tradução de vídeos para redes sociais) e a Coluna L (Interpretação de vídeos para as redes sociais), tendo cada uma cinco respondentes assinalando que realizam esta atividade de maneira recorrente. Acreditamos que estas colunas figuraram neste patamar porque não são dadas a todos os TILSP as condições necessárias para se realizar uma tradução de vídeos de campanhas eleitorais. Neste sentido, acreditamos que estes 5 respondentes, que atuam nesta demanda frequentemente, já desenvolveram uma sistematização e/ou metodologia de trabalho junto as empresas que produzem estes materiais para que eles tenham as condições mínimas de realizar uma tradução, sendo o tempo de trabalho a principal delas.

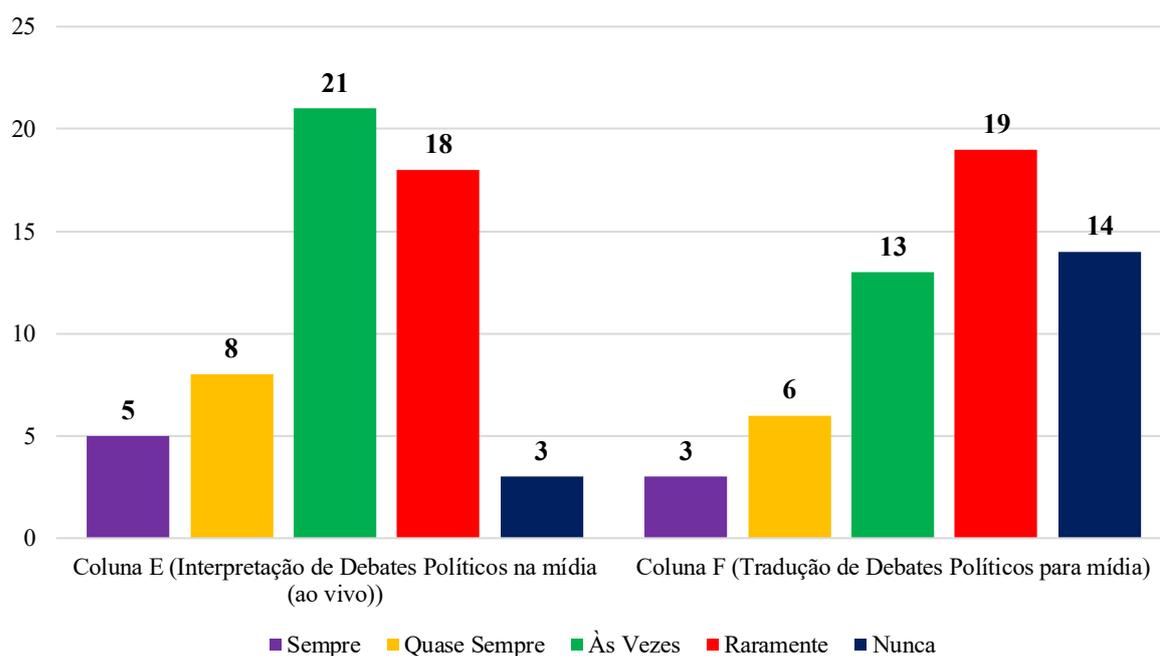
Em quarto lugar, temos a Coluna M (Tradução de Curtas-metragens), a Coluna N (Interpretação de Curtas-metragens), a Coluna O (Tradução de Longas-metragens) e a Coluna P (Interpretação de Longas-metragens), ficando cada uma com quatro respondentes cada. Um dos fatores que fez com que estas atuações figurassem nesta posição pode estar atrelado à atuação, ainda incipiente, de profissionais atuando em filmes. Todavia, não temos condições, a partir dos dados coletados, de investigarmos o motivo da incipiência desta atuação demonstrada pelos respondentes.

Em quinto lugar, ficou a Coluna F (Tradução de Debates Políticos para mídia) e a Coluna H (Tradução de Telejornais para mídia) foram consideradas por três respondentes cada, quando o quesito em questão era a frequência “sempre” de atendimento a estas demandas. Se

compararmos a Coluna F com a Coluna E neste mesmo gráfico (Gráfico 20), a segunda é mais acessada pelos TILSP do que a primeira, tendo em vista que poucos são os debates políticos que primeiramente são gravados para depois serem disponibilizados para os profissionais, assim como no Gráfico 16. Não sabemos ao certo se estes profissionais fazem a diferenciação entre a atividade tradutória da atividade interpretativa, como preconizado no referencial teórico do Cap. 2. Todavia, não podemos afirmar que isto de fato aconteça com base nos dados coletados por esta pesquisa.

Para finalizarmos a análise dos gráficos 16 a 20, a tradução e a interpretação são tidas por muitos, inclusive por profissionais já atuantes há muito tempo, como tarefas similares. Contudo, por mais que o processo interpretativo envolva uma atividade tradutória, os teóricos utilizam estes conceitos para atividades diferentes (RODRIGUES, 2013a). Compilamos as respostas de todos os itens abaixo.

Gráfico 21 - Compilado das respostas frente ao objeto estudado



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Ao analisarmos a Coluna E (Interpretação de Debates Políticos na mídia ao vivo) e a Coluna F (Tradução de Debates Políticos para mídia), observamos existir uma discrepância entre as duas. O primeiro ponto que observamos é que não foi possível identificar se os profissionais diferenciam os processos de tradução e interpretação como em Rodrigues (2013a). Podemos notar também que apenas oito profissionais, sendo que cinco afirmaram realizar

interpretação e três afirmaram realizar tradução, são constantemente solicitados para a realização desta demanda. Em um universo de 26 estados e Distrito Federal, temos apenas oito profissionais que indicam atender os preceitos estabelecidos pela legislação do TSE, demonstrando que o processo de contratação destes profissionais ainda não é devidamente institucionalizado. A saber, como citamos anteriormente, a filial da Globo, NSC TV, possui uma equipe fixa de atendimento a esta demanda composta de quatro profissionais para atuar na capital do estado, da qual o autor deste trabalho atua como Coordenador; porém, nas demais cidades, que demandam este profissional, a cada dois anos, infelizmente, não é possível o estabelecimento de vínculo, mesmo que por uma contratação temporária.

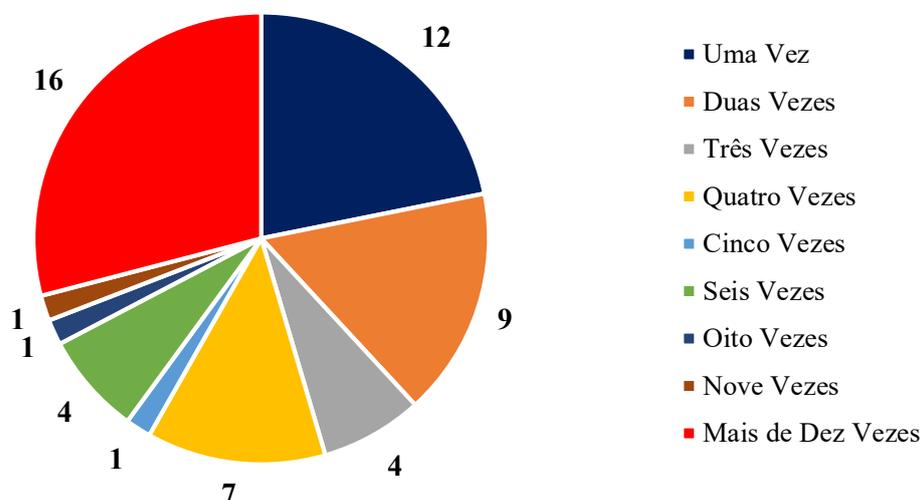
6.6 - Atuação específica na Interpretação de Debates Políticos Televisionados

Na quinta e última seção do questionário, coletamos informações sobre a atuação específica na interpretação de debates políticos. Para isso, primeiramente, perguntamos quantos dias no total, considerando cada dia de interpretação, o TILSP teria atuado em debates políticos. Após esta pergunta, buscamos fazer um levantamento e identificação dessa atuação ano a ano, desde 2012 até 2018, e por cargos (debates de Prefeitos, de Governadores, de Senadores e de Presidentes). Questionamos também se este trabalho foi realizado sozinho, em dupla ou com uma equipe, ainda deixamos uma opção aberta caso tenha sido realizado em outra configuração. Perguntamos como ele entende que deveria ser uma atuação ideal neste contexto, se individual, em dupla ou em equipe; também deixamos uma opção em aberto para ele indicar uma outra possibilidade, sendo que na questão seguinte era necessário justificar a resposta.

Encerrando esta seção, temos uma questão com uma série de características inerentes à atuação em debates políticos, com uma escala *Likert*, para que o respondente registrasse sua percepção quanto às interferências na sua atuação em debates. O participante deveria responder, de maneira qualitativa, se esta característica não interferia, pouco interferia, interferia moderadamente ou se interferia diretamente na sua atuação. Por fim, deixamos um espaço para que ele registrasse algum comentário, observação ou sugestão que considerasse relevante à pesquisa.

Nosso primeiro passo foi questionar quantas vezes, no período de 2012 a 2018, eles já atuaram nesta demanda interpretativa, entendendo cada dia de trabalho como um dia de atuação, pois por mais que se tenha 1º e 2º turno, cada dia de trabalho é único e demanda ao profissional a interpretação de informações diferentes, assim apresentamos as respostas no Gráfico 22.

Gráfico 22 - Quantidade de dias de atuação dos TILSP em Debates Políticos Televisionados



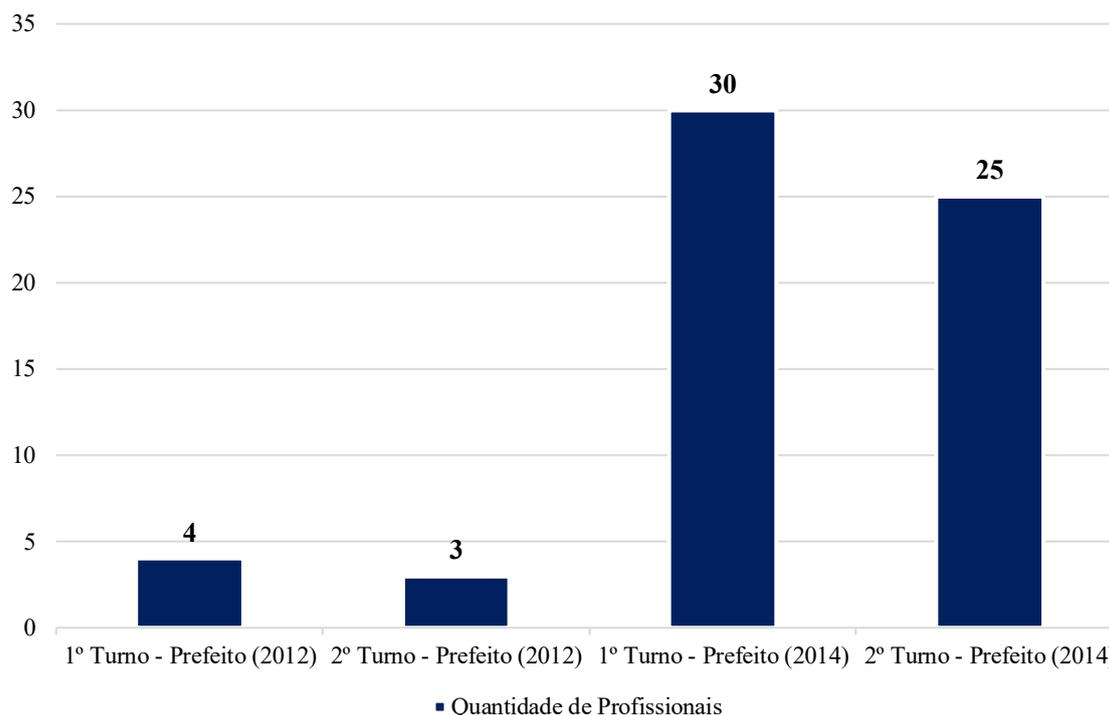
Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Nosso trabalho visou analisar as atuações dos profissionais que já atuaram em debates políticos televisados no Brasil. Neste sentido, perguntamos aos nossos respondentes quantas vezes eles já atuaram neste tipo de demanda. Observamos que 16 respondentes (29%), já atuaram mais de 10 vezes nesta demanda interpretativa, ou seja, estiveram presentes em todos os debates transmitidos desde 2012 a 2018, em contrapartida 12 respondentes atuaram uma única vez, neste mesmo período (21%). Podemos indicar esta atuação, ao observarmos o detalhamento das atuações frente aos cargos em disputa.

As eleições municipais no Brasil, em 2012 e 2016, buscaram eleger Prefeitos e Vereadores para os 5.568 municípios de acordo com dados estatísticos do Sistema do TSE⁸⁶. Todavia, apenas o cargo de prefeito possui o debate eleitoral veiculado na televisão, pois, segundo a resolução de cada pleito, “os debates, transmitidos por emissora de rádio ou de televisão, serão realizados segundo as regras estabelecidas em acordo celebrado entre os partidos políticos e a pessoa jurídica interessada na realização do evento” (TSE, 2017). Neste sentido, questionamos os colegas sobre quantos deles haviam atuado neste debate, obtivemos as informações no Gráfico 23.

⁸⁶ <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>

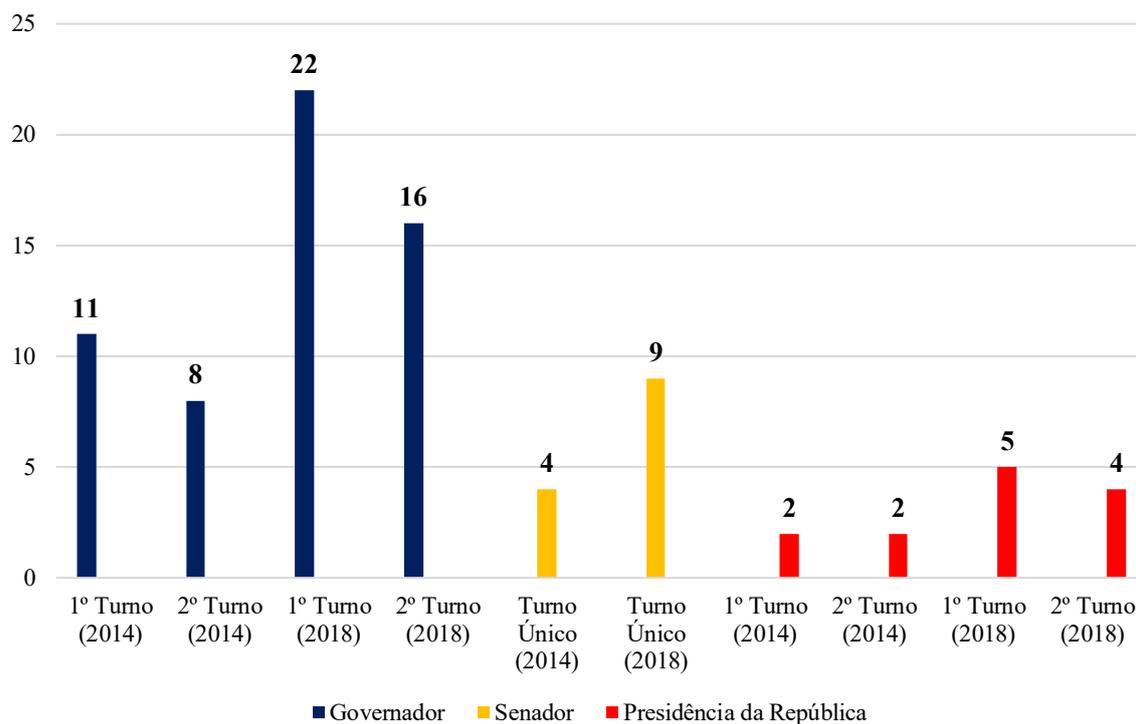
Gráfico 23 - Atuações dos TILSP nas Eleições Municipais de 2012 e 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Já nas Eleições gerais no Brasil, em 2014 e em 2018, elegeram-se o Presidente da República, Governadores e Senadores. Neste sentido também questionamos nossos respondentes quanto a sua atuação nos debates dos referidos cargos. Cabe aqui salientarmos que os debates para o cargo de Presidente acontecem prioritariamente no eixo Rio-São Paulo pelo fato das matrizes das emissoras de televisão brasileira estarem sediadas nestes estados. Assim, os profissionais destes estados são mais requisitados para assumir esta demanda. Já nos cargos de Governador e Senador, os debates acontecem nas filiais dos estados, sempre na capital, ou seja, os profissionais nestes locais atuaram mais nessas duas demandas diferenciadas na mesma cidade. Ainda que se disputem, neste pleito, as vagas para a Câmara Federal, os deputados não possuem um espaço de debate televisionado, assim como os vereadores em nível municipal. Apresentamos, no gráfico 24, os dados da atuação dos nossos respondentes.

Gráfico 24 - Atuações dos TILSP nas Eleições Gerais de 2014 e 2018



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Como é possível notar no Gráfico 23 e Gráfico 24, com o endurecimento da legislação, cada vez mais os TILSP estão sendo contratados para atendimento desta demanda, podemos atrelar a este aumento também o movimento de conscientização realizado pela Febrapils que, desde 2014, vem realizando um papel de órgão fiscalizador para com as campanhas que apresentam a presença do TILSP. Tal fiscalização, ainda que sem poder punitivo, deu origem a Nota Técnica 01/2017⁸⁷ que visa orientar de que forma deveria ser a atuação de tradutores, intérpretes e guias-intérpretes de Libras-Português em materiais audiovisuais televisivos e virtuais, demonstrando, em seu conteúdo, as definições de tradução e interpretação.

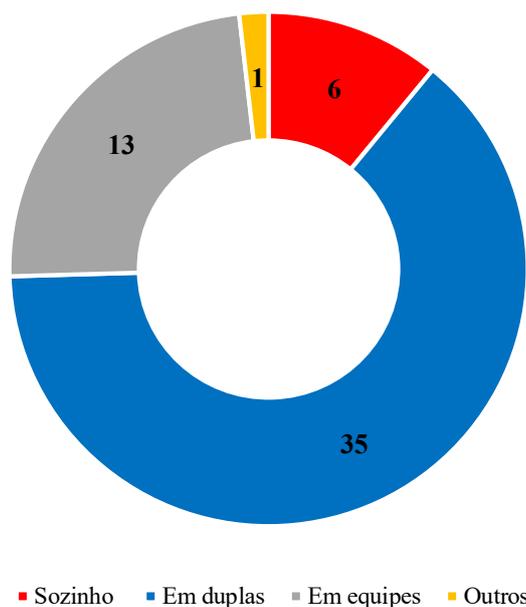
Neste contexto, é importante que se considere a forma com que este profissional deve ser apresentado na tela, com base na NBR 15.290/16, por exemplo. Um outro documento norteador é o Guia de contratação de TILPS⁸⁸ voltado à orientação acerca das instituições, emissora e requisitos mínimos para que estes profissionais sejam contratados. Tais ações vêm fortalecendo e dando condições cada vez mais palpáveis para a realização deste serviço.

⁸⁷ A nota pode ser acessada neste link: <https://bit.ly/2NfGv8C>.

⁸⁸ O guia pode ser acessado neste link: <https://bit.ly/2mJNn1q>.

Como preconizados pelos documentos norteadores, acima citados, questionamos aos respondentes quais foram as condições de trabalho, as quais eles foram submetidos, quando atuaram nos debates (Gráficos 23 e 24) e também sobre como se dá a organização do trabalho. As respostas a esta questão foram dispostas no gráfico 25.

Gráfico 25 - Configuração de trabalho dos TILSP em Debates Políticos



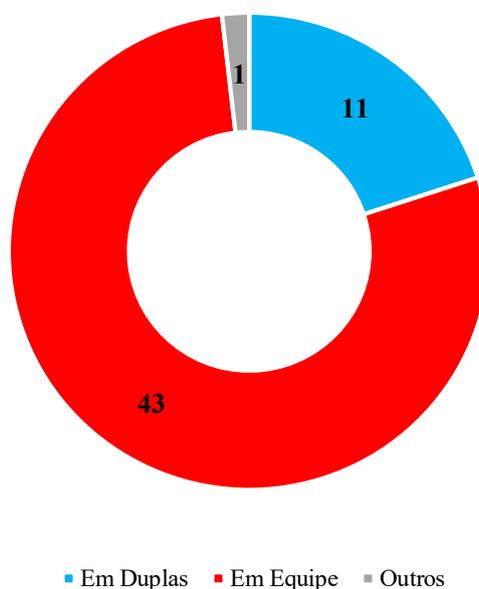
Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

O trabalho em equipe para atuação de TILPS ainda é assunto pouco explorado em pesquisas acadêmicas. Uma das pesquisas, realizada em âmbito da própria UFSC, Bianchini (2015, p. 81) demonstrou, assim como nesta pesquisa, que a predominância da atuação destes profissionais, neste contexto de atuação, é em dupla, realizando o revezamento a cada bloco de transmissão como dito por alguns dos respondentes. Na nossa pesquisa, 35 respondentes afirmaram trabalhar em duplas, representando 63,6% do total, 13 disseram que atuam em equipe com mais de dois profissionais, representando 23,8% do total, seis destes afirmaram trabalhar sozinhos, para nossa surpresa, representando 10,9% do total; e, por fim, um respondente afirmou que não atuou nem sozinho, nem em dupla, não descrevendo de que forma foi a sua atuação, o que nos causa grande preocupação, pois “atuar sozinho pode prejudicar significativamente o desempenho do profissional” (BIANCHINI, 2015, p. 81). Contratar dois profissionais, ao invés de um, requer um investimento dobrado por parte da contratante, porém “os contratantes desconhecem a real necessidade de haver um revezamento entre os

profissionais” (BIANCHINI, 2015, p. 81). Neste sentido, cabe aos profissionais esclarecerem aos contratantes e lutarem pela atuação em dupla, tendo em vista a qualidade de oferta do trabalho, suas condições ergonômicas e a garantia de acesso pleno aos usuários do serviço de tradução.

Pedimos aos respondentes que pensassem em uma situação hipotética ideal de interpretação em debates políticos. Questionamos a eles se esta atuação deveria ser individual, em dupla, em equipe ou com alguma outra configuração. Compilamos as respostas no Gráfico 26.

Gráfico 26 - Condição ideal de atuação em uma situação hipotética



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Os profissionais TILPS estão, cada vez mais, conscientes do trabalho em equipe, como vemos em Nogueira (2016). Neste tipo de atuação, podemos “inferir que omissões ocorreriam em menor número durante o processo de interpretação” e que o cansaço mental e físico diminui 50% tendo em vista que se pode contar com outro colega para dividir a demanda de trabalho, “evitando-se um desgaste excessivo por parte dos intérpretes” (p. 185). Carecemos de outras pesquisas, em consonância com o autor, para comprovarmos os benefícios do trabalho em dupla/equipe para uma atuação nesta demanda. Estamos caminhando, tanto que nenhum dos nossos respondentes afirmou que em uma situação hipotética a melhor atuação seria de maneira individual, 43 respondentes afirmaram que em equipe seria o ideal, isso representa 78,1% do

total. Ainda, no mesmo sentido, alguns indicaram não trabalhar sozinhos, sendo que 11 dos respondentes afirmaram que na mesma situação hipotética, o trabalho melhor seria em dupla, representando 20% do total, por fim apenas um dos nossos respondentes afirmou que a configuração do trabalho dependeria da quantidade de candidatos presentes no debate. De qualquer forma, podemos afirmar que os TILSP que atuam em debates políticos televisionados acreditam que atuar sozinhos não é a melhor configuração para a realização deste trabalho.

Solicitamos aos respondentes que justificassem a necessidade do trabalho em equipe ou em dupla, todos os 55 deixaram seus comentários. Enumeramos os respondentes, em ordem crescente, de acordo com a data e hora de recebimento da resposta. Abaixo destacamos algumas das justificativas que mais nos chamaram a atenção:

Respondente 9: A importância de **estar em equipe** contribui em fatores físicos a fatores psicológicos. No que envolve a tradução e interpretação, o trabalho em equipe contribui de forma significativa para uma boa experiência. Lembrando que o tempo de atuação interfere muito, a resposta acima está vinculada a um debate longo.

Respondente 10: O trabalho de interpretação midiática no contexto político, mais especificamente nos debates políticos, é de suma importância que os profissionais **atuem em equipe**, visto que a diversidade nas possibilidades de escolhas tradutórias pode influenciar na escolha de um candidato, conseqüentemente na sua eleição, que por sua vez, atinge a toda comunidade.

Respondente 11: A importância de **estar em equipe** contribui em fatores físicos a fatores psicológicos. No que envolve a tradução e interpretação, o trabalho em equipe contribui de forma significativa para uma boa experiência. Lembrando que o tempo de atuação interfere muito, a resposta acima está vinculada a um debate longo.

Respondente 45: É necessário a **atuação de mais profissionais** e não apenas um, por conta do tempo de cansaço mental e físico durante a tradução e interpretação.

Respondente 53: Debates costumam demorar horas, por isso dois intérpretes tornam pouco para o excesso de tempo de trabalho. E ainda muitas **vezes os outros profissionais** acabam dando suporte com sinais. (grifos meus).

Os profissionais que atuam nesta demanda possuem diversos argumentos para que o atendimento seja realizado em equipe ou em duplas. Entretanto, nenhuma das legislações vigentes sobre o profissional, a saber o Decreto 5.626/05, a Lei 12.319/10 e a Lei 13.146, asseguram aos profissionais TILPS o direito de trabalhar sob esta configuração. Se observamos as regulamentações específicas dos debates, a saber, as Resoluções do TSE, nenhuma delas, desde a primeira promulgada em 1997 até a última em 2017, oferecem ao profissional tal

direito. Neste sentido, fica ao encargo do profissional TILSP negociar este tipo de configuração de trabalho com empregador, o que nem sempre é uma garantia de que ela será implementada na prática. Sabemos que esta é uma luta da categoria profissional em prol de uma atuação de qualidade e que não prejudique a saúde física do profissional.

Ainda usando a escala *Likert* como parâmetro de quantificação, elencamos dez situações que podem acontecer ou não em uma TAV de debates políticos televisionados. Nestas situações, perguntamos aos respondentes, qual seria o impacto delas, se interfere e em qual intensidade ou se “não interfere”, “pouco interfere”, “interfere moderadamente” ou “interfere diretamente”. As situações elencadas foram:

- A. Ausência física do público e ausência de *feedback* imediato
- B. Falta de possibilidade de buscar materiais para a preparação da interpretação antes da atuação
- C. Redução do espaço de sinalização devido à janela de Libras
- D. A alta velocidade em que o discurso está sendo produzido para ser interpretado
- E. Imediatismo do oferecimento da interpretação
- F. Exigência de simultaneidade da finalização da interpretação com a finalização do discurso
- G. Falas sobrepostas dos participantes do debate
- H. Baixa qualidade de retorno de áudio do que está sendo transmitido ao vivo
- I. Retorno de vídeo insuficiente do que está sendo transmitido ao vivo
- J. Falta de termos específicos conhecidos e de uso corrente em Libras

Escolhemos estas situações, acima descritas, pois entendemos que elas são inerentes à produção deste tipo específico de TAV. Optamos por analisar as situações em separado para confrontarmos os dados com os conceitos presentes nos capítulos 2, 3 e 4 deste trabalho. Num primeiro momento, o formulário que coletou as informações analisadas estava corretamente configurado, porém, ao analisarmos os dados relacionados a esta pergunta, observamos que a pergunta não havia sido configurada de forma correta, pois a mesma deveria coletar uma resposta de intensidade para cada uma das 10 situações. Todavia, como a questão ficou configurada de maneira equivocada alguns escolheram uma das situações e as suas respectivas interferências fazendo com que os gráficos apresentassem dados variantes, que deveriam somar 55 em todos eles, porém encontramos o seguinte:

Tabela 2 - Respostas coletadas pela questão com problema de configuração

Situação	Não Interfere	Pouco Interfere	Interfere moderadamente	Interfere Diretamente	Total de Respondentes	Faltantes
A	19	16	13	1	49	6
B	9	13	14	3	39	16
C	6	14	12	2	34	21
D	6	14	12	2	34	21
E	4	16	17	2	39	16
F	4	18	17	3	42	13
G	4	8	12	4	28	27
H	2	6	7	5	20	35
I	4	8	14	5	31	24
J	2	12	18	4	36	19

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Como observado na tabela acima, nenhuma das questões alcançou o número total de respondentes da pesquisa, a saber 55 no total, neste sentido, relacionamos os e-mails destes e encaminhamos novamente para eles, no mesmo formato, apenas esta questão para que eles pudessem responder, agora com a configuração correta. A partir dos dados coletados nesta segunda oportunidade, vamos realizar a discussão das questões supracitadas.

Encaminhamos novamente, para os e-mails dos respondentes, uma mensagem com um novo formulário, constando apenas a pergunta 5.9 (Anexo 01), que esteve endereçada em <https://forms.gle/2ctGxqYH91pi8c7L6>, a qual ficou disponível entre os dias 01/10/19 a 09/10/19. Prontamente, fomos atendidos pelos respondentes, que em sua totalidade responderam à questão solicitada. A seguir, apresentaremos os dados coletados nesta segunda etapa.

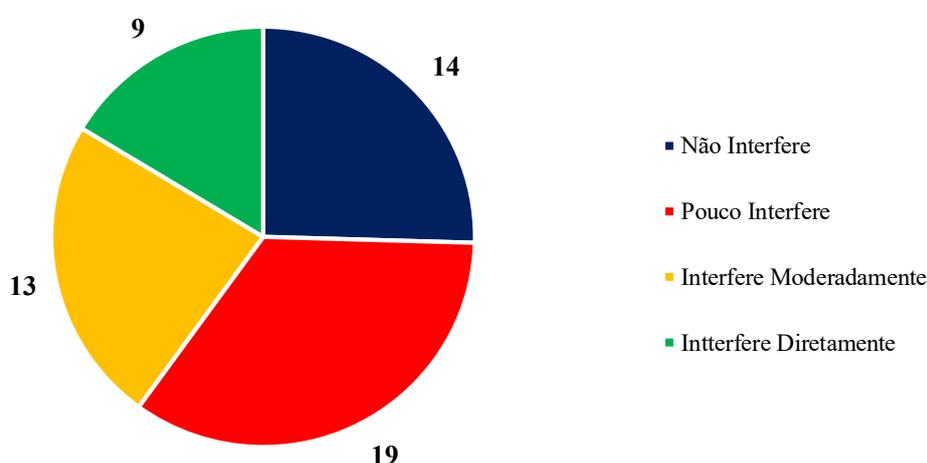
Tabela 3 - Respostas coletadas na segunda oportunidade

Situação	Não Interfere	Pouco Interfere	Interfere moderadamente	Interfere Diretamente	Total de Respondentes	Faltantes
A	14	19	13	9	55	0
B	5	8	16	26	55	0
C	12	11	16	16	55	0
D	1	16	15	23	55	0
E	3	12	22	18	55	0
F	6	13	19	17	55	0
G	2	8	13	32	55	0
H	1	5	6	43	55	0
I	2	10	13	30	55	0
J	2	12	16	25	55	0

Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

A primeira situação, indica que, neste tipo de TAV, não se tem o público destinatário da interpretação presente no local onde a mesma está sendo produzida, pois os TILSP se deslocam até o local da atuação, geralmente um estúdio da emissora que sedia o debate e realiza o seu trabalho na configuração indicada no Gráfico 25. Sendo, no máximo, acompanhados pelo profissional responsável pela captação das imagens dos profissionais para exibição na tela. Neste sentido, questionamos se a ausência deste público interfere e de que maneira interfere na produção da interpretação do debate político. Os dados relacionados a esta questão estão dispostos no gráfico abaixo.

Gráfico 27 - Interferência no processo de TAV quanto a ausência de feedback imediato



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Como observamos no gráfico acima, nossos respondentes consideraram que a ausência de público, ou seja, o *feedback* imediato para a interpretação que está sendo produzida naquele momento não interfere para 14 deles, pouco interfere para 19, interfere moderadamente para 13 e para 09 interfere diretamente. Tendo em vista que este trabalho é, como vimos no Gráfico 25, realizado em duplas, predominantemente, como dito pelos respondentes, não se tem um *feedback* automático do público destinatário deste tipo de interpretação. O que se dispõe, neste momento, é a observação do colega que é ouvinte usuário de Libras como L2 que pode emitir ou não, dependendo do acordo existente entre eles profissionalmente, uma avaliação dizendo o que ficou claro ou o que não ficou, corrigindo alguns sinais que por ventura sejam executados de maneira não legível. Observamos que em alguns casos, vários respondentes, 32 para sermos exatos, comentaram a existência de uma necessidade crescente de se ter “um surdo”, como dito

por eles, compondo esta equipe de trabalho. Seleccionamos alguns destes relatos, de maneira aleatória, tendo em vista que se torna inviável colocarmos todos neste trabalho.

Respondente 02: Em virtude da complexidade e do ambiente atípico acredito que uma equipe de intérpretes inclusive **com surdos** seria importantíssimo nesse contexto.

Respondente 07: Trabalho com apoio de **um tradutor surdo** é mais adequado.

Respondente 17: [...] faz-se necessário a presença de **um Surdo** (tal como aconteceu com a minha equipe). O sujeito Surdo ajuda a direcionar o nosso trabalho, desde a correção da postura até as escolhas de sinais.

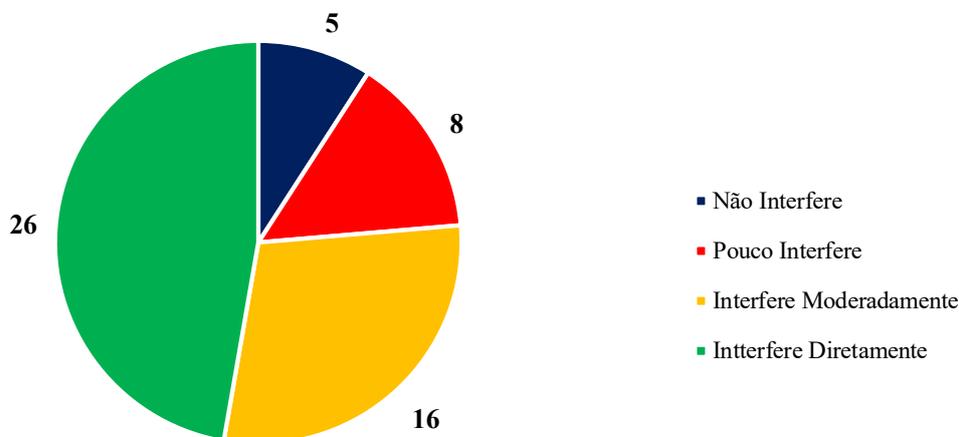
Respondente 18: Além do intérprete de apoio e de revezamento é importante ter **um surdo** como referência para você ter a ideia de como está sua interpretação.

Entendemos que por “um surdo”, os profissionais queiram dizer um TILSP surdo⁸⁹, o que diz respeito à profissionais que atuam com a atividade tradutória e que poderão oferecer um suporte quanto a sinalização, realizando correções de produções de sinais, bem como servindo de suporte para com a oferta de outras possibilidades de tradução, na condição de fazer com que o público destinatário entenda aquele discurso de maneira mais clara possível.

Este tipo de TAV — os debates políticos televisionados — são uma demanda diferenciada quando observamos o seu processo de produção, pois por mais que se chame de “Tradução” Audiovisual, ele se configura como híbrido, ou seja, mescla características tanto de processos tradutórios, propriamente ditos, quanto de interpretativos. Na tradução, o profissional dispõe de tempo hábil para realizar a tarefa e pode consultar materiais paralelos, dicionários e semelhantes, já na interpretação a efervescência do discurso faz com que esta atividade não possa “ser previamente planejada, visto que o intervalo entre o processamento cognitivo do texto recebido e o oferecimento do texto interpretado é ínfimo” (RODRIGUES, 2013, p. 35). Neste sentido, perguntamos sobre qual seria o nível de interferência do processo interpretativo, quanto a existência ou não da preparação para o atendimento desta demanda, conforme o gráfico abaixo.

⁸⁹ “Nas últimas duas décadas, o número de tradutores e de intérpretes intramodais surdos têm crescido significativamente, assim como a atuação de guia-intérpretes surdos” (FERREIRA, 2019, p. 6). Fonte: FERREIRA, J. G. D. **Os Intérpretes Surdos e o Processo Interpretativo Interlíngua Intramodal Gestual-Visual da ASL para Libras**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução. UFSC. 2019.

Gráfico 28 - Interferência no processo de TAV quanto a preparação prévia da interpretação



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Os TILSP que atuam nesta demanda, podem preparar a sua interpretação, acessando a Plataforma do TSE, com informações completas sobre cada uma das candidaturas, plano de governo e de ações, informações partidárias e outros. Ainda é possível pesquisar nas redes sociais de cada um dos candidatos, buscando identificar inclusive seu sinal de identificação na comunidade surda; para aqueles candidatos que respeitam as legislações quanto a inserção do profissional TILSP nas campanhas televisivas gratuitas. Entretanto, quando estamos num debate, o que vale é o que o candidato está dizendo naquele exato momento, não o que foi preparado anteriormente, ou seja, “a interpretação é planejada durante a sua própria produção” (RODRIGUES, 2013, p. 35).

Ao analisarmos se a falta de possibilidade de buscar materiais para a preparação da interpretação interfere no processo, observamos que 16 dos respondentes disseram que interfere moderadamente, oito disseram que pouco interfere, cinco afirmaram não interferir em nada e 26 disseram que interfere diretamente, ou seja, para a maioria dos TILSP não acessar os materiais, por mais que os candidatos possam falar sobre coisas diversas, traz prejuízos, na opinião da maioria, em nível moderado; pois

considerando que atuar ao vivo não permite a revisão do conteúdo traduzido ou interpretado, certamente concordamos que ter o hábito de estudar é deveras necessário para o bom desempenho, mesmo quando o material não é disponibilizado com antecedência de acordo com o contexto em que o TILSP está inserido existem meios que podem ser utilizados como facilitadores ao seu desempenho. (BIANCHINI, 2015, p. 84).

Assim, não podendo refazer suas escolhas tradutórias pelo imediatismo do oferecimento desta interpretação, o profissional necessita mobilizar sua competência estratégica que, como vimos na Figura 14, refere-se, segundo Hurtado Albir (2005, p. 29), aos “conhecimentos operacionais para garantir a eficácia do processo tradutório”, sabendo que o TILSP não possui outra oportunidade de realizar seu processo interpretativo. Assim, ele precisa equilibrar uma série de fatores que vão desde a elaboração do projeto tradutório, que como veremos a seguir é curtíssimo, fazendo com que o profissional “ative diferentes competências e compense as deficiências entre elas” (2005, p. 29) — até porque nenhum respondente relatou ter desistido do processo de interpretação durante sua realização. Assim vemos a importância da competência estratégica, visto que o PACTE, em seu modelo primário, de 2001 a considerou secundária, já no segundo modelo, o holístico, de 2003, a colocou como o centro do processo tradutório, pois através dela as outras competências são mobilizadas e consolidadas.

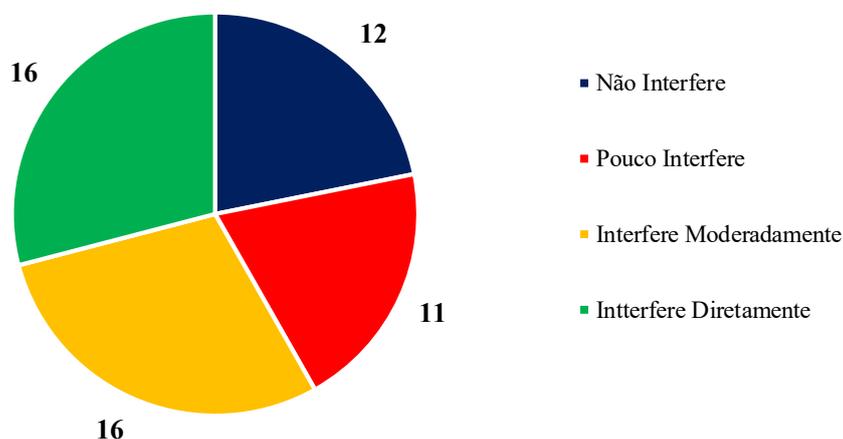
Um outro aspecto que nos chama a atenção é que os TILSP, sem ter a possibilidade de prever o que será debatido na demanda interpretativa, podem buscar subsídios externos, isto é, materiais paralelos disponibilizados pelos candidatos, por exemplo, antes do debate acontecer. Oliveira (2018, p. 60-61) traz uma discussão semelhante, pois, segundo a autora, o não acesso antecipado às informações que serão interpretadas é uma das maiores queixas dos TILSP, pois tal material confere a este, um subsídio externo de auxílio à interpretação, fazendo com que o profissional desenhe estratégias para solucionar questões que surjam durante o processo interpretativo. Nem todos os TILSP recebem algum tipo de material e como a falta do mesmo interfere significativamente na produção da interpretação, como indicado por 26 respondentes, os TILSP precisam procurar outras fontes de pesquisa.

Neste sentido, o profissional precisa desenvolver, previamente, sua competência referencial (QUADROS, 2004, p. 74), a qual se refere a todo o “conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada” — ou no modelo do PACTE a competência extralinguística—, pois no contexto político-partidário existe uma predominância de terminologias jurídicas, contábeis e de administração pública, conteúdos que não são trabalhados na formação de tradutores e intérpretes intermodais. Hurtado Albir (2005, p. 29) comenta que esta competência é nomeada de competência extralinguística, definida como os “conhecimentos declarativos sobre o mundo em geral [ou seja], conhecimentos (bi)culturais e enciclopédicos”. Não saber o que determinado termo significa, interfere diretamente no andamento da produção da interpretação e, caso o TILSP esteja atuando sozinho, ele não terá ninguém para solicitar um apoio no momento interpretativo, caso necessite. Neste sentido,

mobilizar os conhecimentos a partir desta competência faz com que o processo possa ser exitoso quando o TILSP, identificando este problema, age rapidamente para solucionar seu impasse.

Como se pode observar, na discussão do capítulo 3, o tamanho da Janela de Libras, por mais que seja definido por legislação específica, a saber pela NBR 15.290/16, é veiculado de diversas maneiras pelas emissoras de televisão, que o fazem de acordo com o que eles acham “visualmente agradável” na tela, como apontado em Tuxi et al. (2017). Assim questionamos qual seria o nível de interferência que o tamanho da janela exerce no processo de sua produção. Obtivemos as seguintes respostas.

Gráfico 29 - Interferência no processo de TAV quanto ao tamanho da Janela de Libras



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

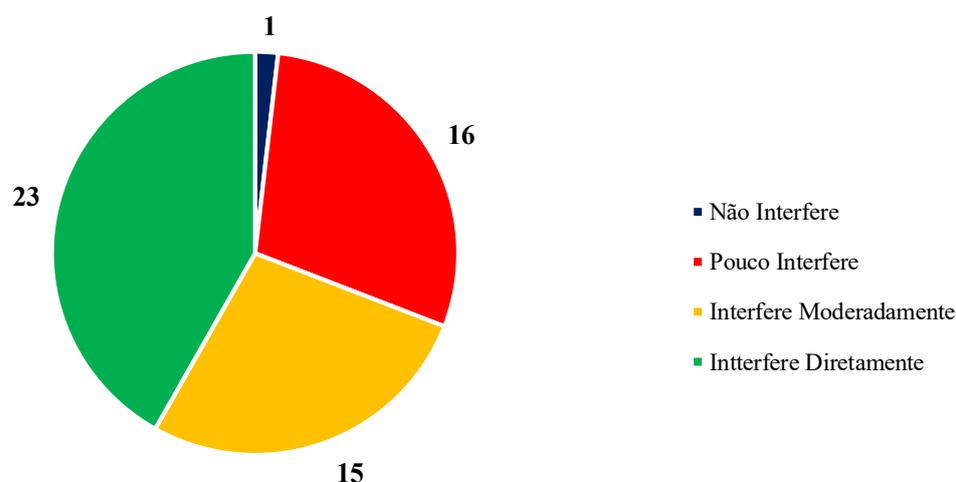
Quanto ao tamanho da Janela, 11 dos respondentes disseram que ele pouco interfere, 16 assinalaram que interfere moderadamente, 12 afirmaram que não interfere e 16 disseram que interfere diretamente no processo de produção da TAV. Levando em conta que a Libras possui modalidade gestual-visual, como abordamos no item 4.3, o profissional TILSP necessita mobilizar uma subcompetência específica (RODRIGUES, 2018c) que visa integrar os conhecimentos, habilidades e valores atrelados a produção de uma língua de modalidade gestual-visual, no caso, das línguas de sinais: a (sub)competência intermodal, segundo por Rodrigues (2018c). É requerida do profissional a *performance* corporal-visual, ou seja, que seus corpos sejam completamente visíveis explorando da iconicidade⁹⁰ e simultaneidade da língua,

⁹⁰ A iconicidade é aqui entendida como uma característica formal da língua. Ela diz respeito à relação estabelecida entre signo-objeto, ou seja, entre os sinais e a imagem ou realidade daquilo que representam. Os signos das línguas de sinais que são motivados por alguma qualidade ou propriedade de seu referente são considerados icônicos, já

que pode ser prejudicado por uma Janela não adequada, já que a língua demanda “que os tradutores e os intérpretes intermodais estejam sempre visíveis diante do público, já que seu corpo em movimento é que constitui a língua de sinais, a qual possui certos dispositivos linguísticos específicos” (RODRIGUES, 2018c, p. 307), fazendo com que surja uma interferência no processo de produção que não explora os recursos gestuais-visuais da língua, como elencamos no Quadro 7.

Em um debate político, temos uma mecânica de funcionamento muito rígida, não permitindo nenhum tipo de privilégio a nenhum dos candidatos quanto ao tempo de fala. Neste sentido, os candidatos procuram sempre falar o máximo possível no menor tempo disponível, pois “tempo é dinheiro” na televisão. Portanto, questionamos sobre a interferência da velocidade de fala dos candidatos frente a um processo de TAV. As respostas podem ser visualizadas abaixo.

Gráfico 30 - Interferência no processo de TAV quanto a velocidade de fala



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

A velocidade de fala frente a quantidade de texto emitido para ser interpretado é o principal motivo para a existência do revezamento em equipe para os TILSP que atuam especificadamente nesta demanda. Entretanto, nossos dados indicam que a velocidade de fala para 16 dos respondentes, pouco interfere na produção de sua interpretação; 15 afirmaram interferir moderadamente; um afirmou que não interfere; e 23 disseram que interfere diretamente. Acreditávamos que, nesta questão, a opção escolhida seria a última, ou seja, que a

que, por compartilharem algum traço com seu referente, indicam alguma(s) de suas qualidades ou propriedades. (RODRIGUES, 2018c, p. 307)

velocidade da fala interfere diretamente, pois ela exigirá que o TILSP realize suas escolhas tradutórias no menor tempo possível para realizar a interpretação, isto é, uma tomada de decisão muito rápida. Ao observamos os comentários acerca desta questão observamos que

Respondente 19: **Discurso rápido, tempo longo.** Precisamos de revezamento e apoio.

Respondente 25: São **várias horas de trabalho árduo**, deveria ser ao menos 3 pessoas. (grifo nosso)

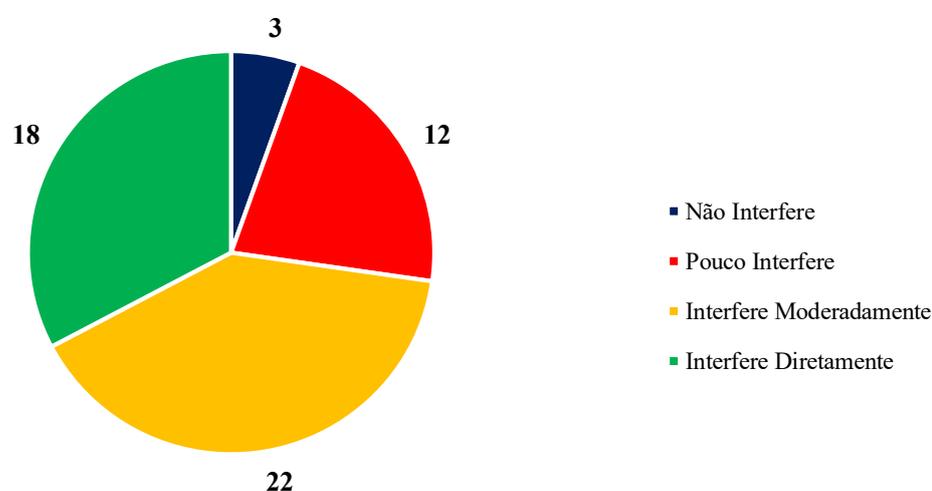
Como visto nas respostas acima, ainda cremos que a velocidade da produção da fala interfere diretamente no processo de produção da interpretação neste contexto, assim os dados que coletamos comprovaram nossa hipótese inicial na formulação da questão. Além da competência estratégica, que vimos ser fundamental para a efetivação do processo interpretativo desta TAV, observamos também que os componentes psicofisiológicos, “tais como memória, percepção, atenção e emoção, [...] raciocínio lógico, análise e síntese” (HURTADO ALBIR, 2005, p. 29) também são mobilizados para estabelecer a efetividade do processo interpretativo, tais componentes são transversais e estão presentes em todos os passos de realização da interpretação.

Um destes componentes é a energia cerebral necessária para a realização do processo de interpretação que é limitada, isto é, o profissional TILSP nem sempre possui condições cognitivas e físicas para ficar interpretando, com a devida qualidade e desempenho, durante as demandas interpretativas muito longas. Por isso, o revezamento se faz necessário, pois com a carga emocional afetada pela velocidade do discurso, na possibilidade ou não de realizar a tradução, os esforços da interpretação (GILE, 1995 apud FREIRE, 2008) rapidamente consomem a energia mental necessária para a realização do processo por completo. Assim troca-se o profissional para favorecer a manutenção da qualidade e preservá-los. Isso é feito, pois o primeiro esforço fica comprometido, ou seja, o profissional já não consegue dispensar atenção necessária para ouvir e analisar o que se está sendo falado no debate, prejudicando o segundo esforço o da produção. Nessa perspectiva, os sinais começam a ser produzidos de uma forma diferente daquela com que o profissional realizou quando iniciou a sua interpretação. Por fim, a memória de curto prazo também prejudica a construção do espaço de sinalização presente na Libras, já que este possui função central na organização da língua. Assim, extinguindo a capacidade mental de processamento para o atendimento à demanda interpretativa de

informação, o processo de interpretação deveria, como hipoteticamente pensamos, ter certa interferência como os dados sinalizam.

Ainda sobre a interferência da velocidade da fala, questionamos se o imediatismo da produção da interpretação, isto é, se as falas estão sendo produzidas, em ritmo constante, que faz com que o profissional mobilize o máximo possível da sua CT, para realizar a interpretação exatamente naquele momento. Neste sentido, obtivemos as seguintes respostas.

Gráfico 31 - Interferência no processo de TAV quanto ao imediatismo da produção da interpretação



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

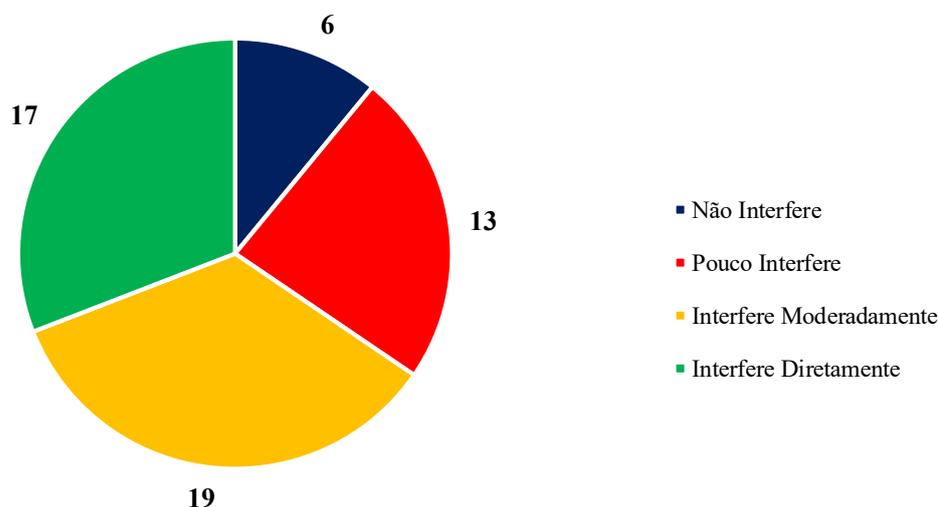
Ao analisarmos o gráfico acima, temos que 22 dos nossos respondentes indicaram que o imediatismo da produção da interpretação interfere moderadamente na produção deste tipo de TAV; 12 indicaram que pouco interfere nesta produção; três disseram não interferir e 18 afirmaram que o processo é afetado diretamente por este imediatismo. Podemos entender que por mais que este processo, chamado de tradução audiovisual, não se apresente, nesta demanda translativa, como uma tradução propriamente dita — pois como discutimos no capítulo 2 deste trabalho (no Quadro 2, p. 34) — as condições de produção é o caráter do processo mescla, muitas vezes, tradução e a interpretação.

Ao interpretar um debate político, os TILSP possuem um tempo restrito para a elaboração das suas escolhas tradutórias, ou seja, a velocidade da produção do discurso é quem dita a velocidade da produção da interpretação, o discurso é efervescente, ou seja, não está em nenhum suporte físico. Caso o intérprete erre algum sinal ou realize alguma escolha interpretativa que julgue equivocada, não existe possibilidade de rever este equívoco e corrigi-

lo posteriormente. Caberá ao profissional, estabelecer alguma estratégia para corrigir a sua atuação, ao mesmo tempo que está se realizando a interpretação. Daí podemos problematizar se o nome TAV de fato representa bem a atividade que está em questão neste trabalho.

Como vimos nas duas questões anteriores, hipotetizávamos que a velocidade de produção do discurso e o imediatismo da realização do trabalho interferia diretamente para a produção da interpretação. Contudo, vimos que nossas expectativas foram refutadas, a partir das respostas coletadas. Ainda, neste mesmo prumo, questionamos em qual nível a exigência de simultaneidade da finalização da interpretação com a finalização do discurso interfere na produção da interpretação, assim tivemos as seguintes respostas:

Gráfico 32 - Interferência no processo de TAV frente a exigência de simultaneidade



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Cada bloco de transmissão de um debate televisionado dura entorno de 20 a 25 minutos. Tomando por base o debate transmitido pela NSC TV de Florianópolis no ano de 2018, vemos que sua organização é metódica e bem rígida, ou seja, tem horário pra começar e para terminar cada um dos blocos. Portanto, o TILSP precisa encerrar sua atuação quase que ao mesmo tempo em que o discurso termina. Observamos que, neste ponto, 19 respondentes nos disseram que a pressão do tempo interfere moderadamente na atuação; 13 disseram que pouco interfere no processo, seis disseram não interferir e 17 afirmaram que interfere diretamente na produção da interpretação, pois “é esperado pelos telespectadores que os intérpretes acompanhem as falas dos apresentadores com a mesma rapidez” (BIANCHINI, 2015, p. 75). Entretanto, é

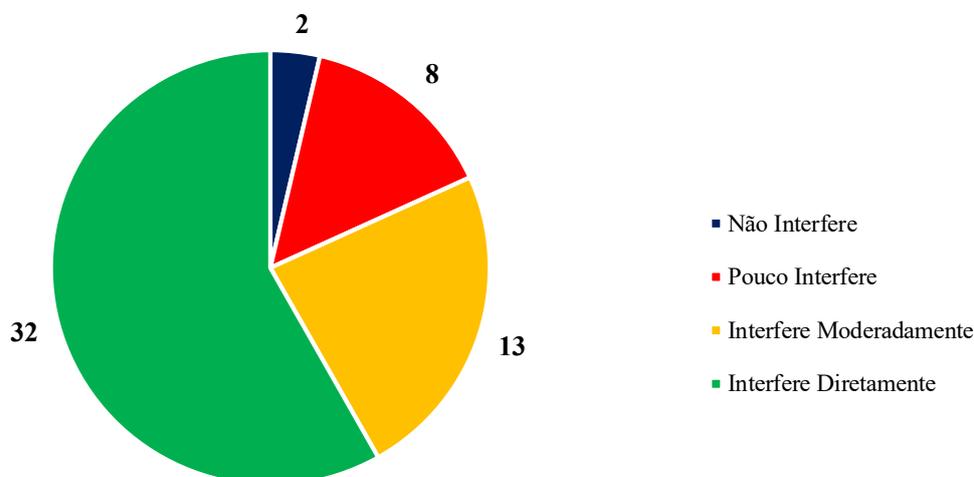
humanamente impossível, dadas as condições de produção da interpretação e, também, a diferença de modalidade das línguas envolvidas no processo de interpretação intermodal.

Como vimos, no capítulo 2, esta demanda interpretativa é realizada através de um processo de interpretação intermodal, fazendo com que este processo sofra os efeitos da interpretação de/para/entre línguas de sinais. Como vimos em Rodrigues (2013b e 2018c), um destes efeitos observáveis é o atraso, nomeado de *lagtime*, que é percebido ao analisar o andamento da produção de determinado texto em português e em Libras, uma das línguas deste par linguístico que envolve uma língua gestual-visual que se articula oralmente a partir dos movimentos do corpo, a partir do que o autor nomeia de *performance corporal-visual*. Nesta *performance*, observamos a existência de uma “indissociabilidade do tradutor e/ou do intérprete de seu texto alvo, quando este está construído em língua de sinais” (2018c, p. 307). Tal tempo de escuta (*lagtime*) se justifica exatamente por estarmos trabalhando com línguas de modalidades diferentes já que uma língua de modalidade gestual-visual se vale do uso do espaço de sinalização através dos movimentos do corpo, principalmente das mãos, “para veicular informações de maneira quadridimensional, enquanto as línguas orais [vocais] fazem uso de um sistema linear de encadeamento de informações no fluxo de fala” (LOURENÇO, 2015, p. 321).

Assim, a produção do mesmo texto, proferido em Português e traduzido em Libras, demanda mais tempo para ser produzido, em comparação com a articulação deste mesmo texto em Português, uma língua que é vocal-auditiva, ou seja, que é produzida pela passagem de ar na vibração das pregas vocais, como explicado em Rodrigues (2018c). Tendo tão pouco tempo para realizar a interpretação, pode-se dizer que o produto desta atividade, pode ficar prejudicado pelo não entendimento das emissoras que cortam a produção da janela da transmissão independente se o profissional já tenha terminado ou não a sua interpretação.

Avançando na nossa análise, questionamos se os momentos de fala sobrepostas, que acontecem em um debate político televisionado, interferem e se esta interferência incide sobre o processo da interpretação. As respostas constam no gráfico abaixo.

Gráfico 33 - Interferência no processo de TAV frente a sobreposição de falas

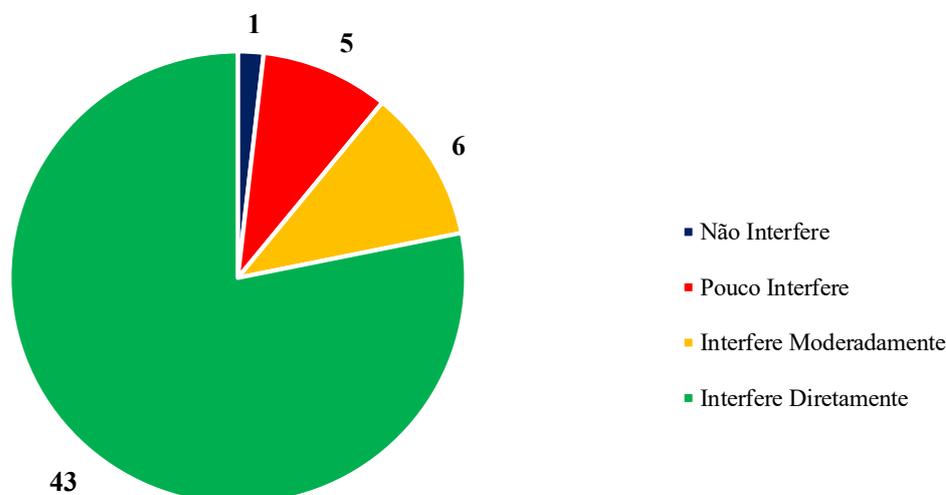


Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Quando se tem sobreposição de falas, o TILSP, que interpreta um discurso por vez, precisa definir qual dos candidatos ele vai interpretar. Neste sentido, alguma informação será perdida frente as escolhas tradutórias dos profissionais. Neste sentido, dois respondentes nos disseram que esta situação não interfere no processo de interpretação; oito disseram que pouco interfere; 13 disseram que interfere moderadamente; e 32 dos nossos respondentes afirmaram que a sobreposição de falas interfere diretamente na produção, pois no decorrer da interpretação, ao se focar em uma das falas, a outra é omitida pelo TILSP. Ao mobilizar sua competência estratégica, os TILSP necessitam “escolher” qual a fala mais importante naquele momento, o que se mostra complexo, tendo em vista que o processo interpretativo precisa continuar acontecendo ainda que se tenham perdas de certas informações em detrimento de outras.

O principal insumo da interpretação é a produção oral dos candidatos, em Português, que será interpretada para a Libras, buscando ofertar o acesso dos eleitores surdos às informações que estão sendo veiculadas. Assim, questionamos aos respondentes da pesquisa se a baixa qualidade de retorno de áudio do que está sendo transmitido ao vivo interfere e em que nível essa interferência existe.

Gráfico 34 - Interferência no processo de TAV frente a baixa qualidade de áudio



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Um áudio ruim gera uma interpretação ruim, logo, no espaço onde o TILSP está realizando a atividade interpretativa. É necessário que haja equipamentos básicos, tais como retorno de vídeo, para que ele possa se ver na transmissão, evitando transpor os limites da Janela de Libras, e de áudio para que ele possa ouvir o que se deve interpretar. Não questionamos aos respondentes se eles de fato possuíram ou possuem uma boa qualidade de recepção de áudio no atendimento desta demanda interpretativa, mas observando nos dados coletados por Bianchini (2005, p. 80), temos que 85,7% de seus respondentes possuem retorno de áudio. Tal necessidade é demonstrada também em nos nossos dados, pois 43 respondentes afirmaram que a baixa qualidade de recepção de áudio interfere diretamente na produção da interpretação; seis disseram que interfere moderadamente; cinco assinalaram que pouco interfere; e um afirmou que não interfere no processo de interpretação, por mais incrível que pareça. Os respondentes atrelaram a baixa qualidade do áudio aos problemas técnicos associados às condições de trabalho oferecidas pelas emissoras de televisão. Observamos que:

Respondente 4: As empresas televisivas **não se preocupam com o retorno auditivo** para os intérpretes. Normalmente é aí que se encontra a maior dificuldade no processo interpretativo.

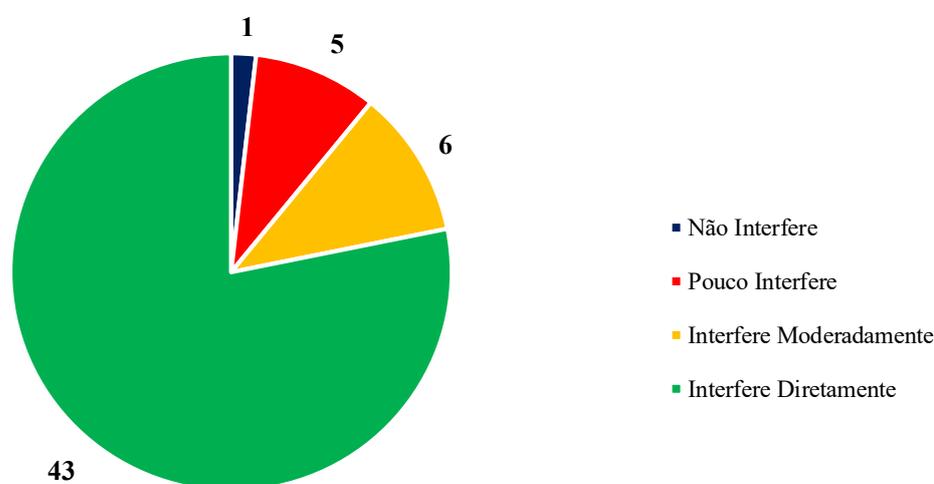
Respondente 9: O local destinado ao intérprete geralmente não é um local ideal para a interpretação sem falar na falta de respeito com o profissional que as vezes trabalha com **barulhos ao lado**, pessoas transitando em sua frente, sem água etc...

O problema do áudio é recorrente, como observamos em Bianchini (2005) e em Oliveira (2018), pois a maioria dos profissionais que trabalham com empresas audiovisuais não tiveram contato com profissionais TILSP, a ponto dos próprios profissionais orientarem estes técnicos sobre como deveria ser a produção da Janela de Libras, como menciona Oliveira (2018, p. 61).

Neste sentido, o TILSP mobiliza seus conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à competência instrumental que Hurtado Albir (2005, p. 29) define como os conhecimentos operacionais de uso da tecnologia a serviço da realização da tradução, ou seja, os TILSP respondentes desta pesquisa, como observamos anteriormente no Gráfico 10, atuam a mais de cinco anos e, neste processo, já vivenciaram a produção da Janela de Libras por um ponto de vista técnico. Assim, ele é capaz de orientar melhor a equipe que lhe dará suporte sobre as questões técnicas que envolvem à sua produção.

Ao observarmos a interferência do processo de interpretação, atrelado à qualidade do retorno de vídeo da transmissão da Janela de Libras, obtivemos o seguinte

Gráfico 35 - Interferência no processo de TAV frente o retorno da transmissão ao vivo



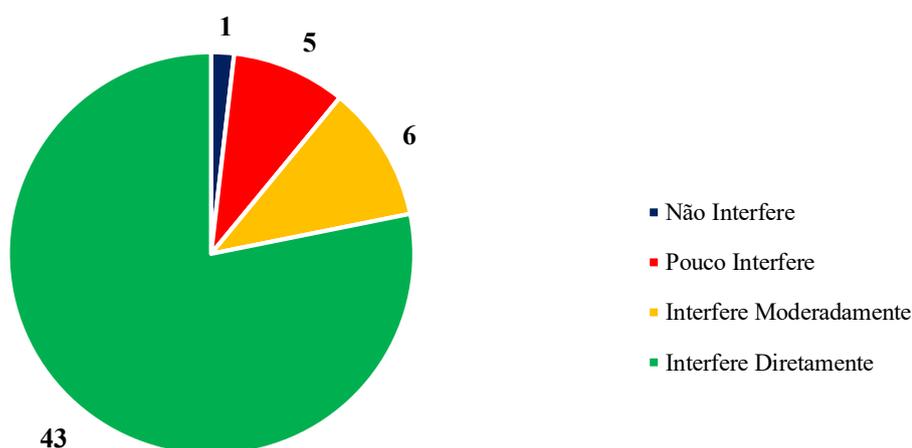
Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Não questionamos aos respondentes se eles de fato possuíam ou um retorno de vídeo para eles monitorarem no atendimento desta demanda interpretativa. Nos dados coletados por Bianchini (2005, p. 80), “apenas 14,2% [dos respondentes da pesquisa elaborada pela autora] recebem retorno de vídeo durante sua atuação”, tal retorno interfere diretamente no processo de realização desta TAV, como 43 dos nossos respondentes afirmaram. A partir deste retorno, eles

podem monitorar se os sinais produzidos estão claros, se a imagem está em boa qualidade e se os limites da Janela de Libras não estão atrapalhando a sinalização.

“Qual é o sinal disso?”. Quem de nós, TILSP, nunca ouviu essa frase enquanto estava interpretando no meio de um debate. Como a Libras é uma língua relativamente nova, se considerarmos o Português, por exemplo, ela ainda não possui léxicos que representem todos conceitos de todas as áreas de estudos da ciência. Claro que este não é o nosso foco principal, porém, caso não se tenha um sinal específico para determinada demanda linguística, o profissional precisa estabelecer algum tipo de estratégia para sanar este problema que surge em momentos específicos da atuação. Questionamos sobre essa situação. Vejamos as respostas.

Gráfico 36 - Interferência no processo de TAV frente a falta de termos específicos conhecidos e de uso corrente em Libras



Fonte: elaboração própria com base nos dados dos questionários.

Ao compararmos o léxico do Português, que segundo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)⁹¹ possui 381 mil verbetes, com a Libras, que possui catalogação de 14.500 sinais segundo o Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas Mãos⁹² (CAPOVILLA et al, 2017), não temos correspondentes diretos na Libras para todas as palavras da língua portuguesa. Neste sentido, os TILSP necessitam mobilizar seus conhecimentos tradutórios para resolver a falta de léxicos específicos para serem utilizados neste contexto. Não ter correspondentes em Libras, interfere diretamente no processo para 43 dos nossos

⁹¹ Trata-se de um levantamento de palavras existentes na língua portuguesa, com indicação da sua grafia e informações adicionais sobre a sua prosódia, ortoépia, classe gramatical, formas irregulares de feminino e plurais. Fonte: BRAISL. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Academia Brasileira de Letras. 2009

⁹² CAPOVILLA, Fernando César et al. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a libras em suas mãos**. 2017.

respondentes; para seis interfere moderadamente; para cinco pouco interfere e para um não interfere.

6.7 – Limitações da Pesquisa

Esta pesquisa visou realizar um estudo exploratório, descritivo, quali-quantitativo, buscando investigar uma possível competência tradutório-interpretativa específica no que se refere ao ato interpretativo de TILSP em debates políticos televisionados no Brasil, tendo por norte as discussões realizadas por Hurtado Albir (1999, 2001, 2005, 2016 e 2017) e PACTE (2017) quanto a Competência Tradutória (CT).

Contudo, muitas limitações foram observáveis em nosso trabalho, abrindo assim a possibilidade para que novas pesquisas venham a contemplar a mesma temática buscando entender um pouco mais sobre a inserção do TILSP neste contexto de trabalho. Tal mercado profissional é emergente e a cada ano eleitoral vem se tornando mais visível para todos os eleitores que acompanham a corrida para a ocupação dos cargos representativos nas mais diversas esferas governamentais brasileiras.

Sabemos, como foi discutido no capítulo 3 deste trabalho, que a TAV é tida no Brasil como um recurso de acessibilidade, porém podemos também a entender como um direito linguístico que precisa ser constantemente lembrado às nossas autoridades sobre a sua importância para a inclusão de pessoas que possuam alguma limitação em acessar um produto audiovisual.

Ainda que, graças as legislações vigentes, possuamos o curso de formação em nível superior, nossa pesquisa não visou a uma discussão ou proposta de uma formação específica para os TILSP, que nos cursos superiores de formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português adquirem uma formação generalista de atuação, com alguns enfoque, por exemplo, para contextos educacionais, jurídicos e de saúde. Será que uma formação específica para a atuação em TAV não seria interessante para a qualificação da mão de obra atual? É uma questão que fica, assim como outras que porventura venham a surgir a partir desta pesquisa.

Acreditamos que esta dissertação tem muito a contribuir para novas propostas pedagógicas que busquem, paulatinamente, qualificar a formação e à prática da atividade tradutória e interpretativa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tradução Audiovisual faz parte da prática profissional do TILSP, tendo em vista que o vídeo e/ou a mídia se mostra como um suporte eficiente de registro de textos produzidos e/ou traduzidos para a Libras oral em vídeo. Neste sentido, para discutirmos nossas percepções sobre os resultados desta pesquisa, que versou em sua discussão em um dos espaços de atuação deste profissional com a TAV, precisamos: primeiro, retornar ao objetivo da mesma que era descrever as características da TAV intermodal Português-Libras e investigar a competência necessária aos profissionais que atuam na sinalização de discursos políticos, proferidos em Português, para a Libras registrada em vídeo.

Observamos que a inserção do TILSP nas mídias é uma demanda nova e crescente no Brasil, sendo alavancada, fortemente, por políticas públicas que visam a eliminação de barreiras comunicacionais possibilitando o acesso pleno das pessoas às informações veiculadas nos meios de comunicação, principalmente na TV. O tecer desta pesquisa possibilitou conhecer a realidade dos profissionais que se submetem ao processo interpretativo simultâneo intermodal de um programa televisivo específico, o debate político televisionado. Pudemos conhecer o perfil nacional do profissional que realiza esta atividade, o qual possui mais de 23 anos de idade, sendo, predominantemente, do sexo masculino, e realizando esta atividade em todas as unidades federativas da nação e no Distrito Federal em respeito à legislação do Tribunal Superior Eleitoral.

O perfil do profissional majoritário desse profissional, no Brasil, corresponde a uma pessoa que aprendeu a Libras a partir dos 16 anos de idade; que possui, no mínimo, uma graduação em andamento e uma certificação de proficiência (Prolibras), tal qual preconizado no Decreto 5.626/2005; com graduação específica em tradução e interpretação de Libras-Português e formação em cursos livres ministrados por instituições representativas da Comunidade Surda. Além disso, esse profissional apresenta Proficiência Nativa ou Bilíngue em ambas as línguas que compõe seu par linguístico de atuação e tem, no mínimo, cinco anos de atuação no mercado de trabalho.

Quanto aos três principais contextos de atuação, podem-se citar o contexto midiático, o educacional e o de conferências, respectivamente. Já observando as demandas de tradução, o TILSP trabalha com a tradução de textos educativos, *a priori*, mas, também, com outros tipos e gêneros textuais. Nas demandas de interpretação, o TILSP atua predominantemente na direção inversa, em direção à modalidade gestual-visual da língua, porém boa parcela não apresenta

nenhuma preferência de direcionalidade. Analisando a carga horária profissional, em média ele trabalha entre 36 a 40 horas semanais como tradutor e/ou intérprete. Quanto às demandas de TAV, grande parte dos TILSP nunca atuaram em tradução de longas metragens, raramente atuam com tradução de conferências para mídias e, às vezes, trabalham na interpretação de campanhas eleitorais, pronunciamentos e/ou discursos na mídia. Além disso, quase sempre interpretam conferências e vídeos institucionais. Observamos também que este profissional não atuou em debates políticos de todos os cargos do processo eleitoral, pois para o cargo de Presidente os debates se concentram na ponte Rio-São Paulo por ser a sede das emissoras. Logo, apenas os profissionais destas localidades atuam em todos os cargos em disputa. Tal atuação é executada, predominantemente em duplas, porém se deseja que este trabalho seja realizado em equipe. Buscamos levantar um perfil a nível de Brasil, porém, como observado na Tabela 1, não obtivemos respostas de todos os estados brasileiros, o que nos leva a crer que outras pesquisas ainda precisam ser realizadas buscando um detalhamento maior quanto ao perfil deste profissional.

Neste trabalho, observamos que a Janela de Libras, no Brasil, vem se consolidando cada dia mais, a partir da sanção de diversas legislações, que vem sendo publicadas desde os anos 2000, tais como a Lei 10.098/00, antes inclusive do reconhecimento legal da Libras advindo em 2002 pela Lei 10.436/02. Com o passar do tempo, tal ferramenta vem sendo lapidada para possibilitar com que os destinatários possam receber as informações com qualidade. A inserção desta, em debates políticos televisionados, começa ao mesmo tempo que a legislação sobre acessibilidade é debatida e tornada pública. Neste sentido, a demanda por profissionais TILSP aumenta consideravelmente, a cada dois anos, tendo em vista que as entidades representativas, como a Febrapils, acompanham, como um órgão fiscalizador e sem poder punitivo, as atuações destes profissionais com vistas a garantir que esta atuação seja a melhor possível.

Por mais que este não tenha sido o foco da nossa pesquisa, identificamos duas iniciativas voltadas à formação de TILSP para atuação na TAV, sendo uma no estado de Santa Catarina, através da oferta da disciplina de “LSB7018 – Tradução Audiovisual” de 72h no curso de Bacharelado em Letras-Libras da UFSC. Uma outra iniciativa nos foi relatada pela Respondente 01 que ministrou uma disciplina semelhante, a qual discutia fatores de formação necessários para a atuação neste contexto, ou seja, na Coordenação de Tradução da Universidade Federal do Amazonas (CTRAD/UFAM). Em consonância com o exposto por Bianchini (2005) e por Oliveira (2018), necessitamos de outras pesquisas que versem sobre formação, abrindo novas

possibilidades de formação a nível de especialização, ou mesmo de uma formação continuada para estes profissionais que veem na TAV um contexto propício de atuação profissional.

Os estudos acerca da CT são relativamente novos no Brasil e como observado em Hurtado Albir (1999, 2001/2016, 2005, 2017) e em PACTE (2011, 2018) são muito centrados na interpretação intramodal, com um par linguístico de mesma modalidade, isto é, a vocal-auditiva como encontramos em Rodrigues (2018abc). O processo de interpretação intermodal, ou seja, entre línguas de modalidades diferentes vem sendo alvo de diversas pesquisas sobre este tipo específico de interpretação de/entre/para línguas de sinais, principalmente, nos âmbito dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas Sinais (ETILS), como vemos em Rodrigues e Beer (2015).

Quanto a TAV, observamos que tal nomenclatura não é um consenso entre os autores, mas é a mais observável, como vemos em Williams e Chesterman (2002), Bianchini (2015), Santos (2016) e Oliveira (2018). Ainda discutimos que, por mais que a área se nomeie como Tradução Audiovisual, o processo de realização, no contexto do debate político televisionado, é híbrido pois: (1) o texto, de maneira geral, foi previamente estudado por, em alguns casos, TILSP através de textos paralelos disponíveis na internet e na plataforma do TSE; (2) o processo de produção da atividade de translação se configura como uma interpretação pela necessidade, imediata, da oferta da interpretação frente a pressão do tempo que, como vimos, interfere diretamente no processo de realização da mesma; (3) não é possível fazer uma edição no texto oral já produzido, pois o mesmo é efêmero, por mais que esteja sendo gravado. Essa oportunidade de realização do processo é única e quem dita a velocidade a qual este acontece é o próprio autor do discurso, fator este que de igual forma, segundo nossos respondentes, interfere diretamente no processo de realização da interpretação. Neste sentido, este processo uma mescla características tanto do processo tradutório como do interpretativo.

Lembremos que a tradução, segundo Hurtado Albir (2005), é um processo interpretativo, com objetivo específico e público definido. Assim, neste sentido, a área da Tradução Audiovisual, pode de certa forma fazer sentido tendo em vista que a atividade de tradução envolve interpretar enunciados. Assim os TILSP necessitam lidar com um processo interpretativo que exige simultaneidade na finalização da interpretação, tornando o tempo de produção do texto final ínfimo para realizar este processo.

A CT vem sendo alvo de inúmeras pesquisas, a partir dos anos 1980, como vemos em Hurtado Albir (2001/ 2016) e em Rodrigues (2018c), os quais propõe que de igual forma existiria uma competência específica para contemplar o processo intermodal de interpretação

que é objeto dos ETILS. Apoiados nesta discussão, observamos que esta competência específica é indispensável a este contexto de atuação, visto que os TILSP necessitam mobilizar seus conhecimentos, habilidades e valores para realizar com qualidade a interpretação intermodal em um debate político televisionado. Por fim, há, sim, certa *competência tradutório-interpretativa específica para os textos audiovisuais*, a qual será demanda dos TILSP em sua atuação em contextos políticos.

REFERÊNCIAS

- ABNT, **NBR. 15290**, Acessibilidade em Comunicação na Televisão. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2005.
- ABNT, **NBR. 15290**, Acessibilidade em Comunicação na Televisão. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016.
- AFFIF, G. Conversa em bate papo Facebook Messenger. Página Guilherme Affif. Disponível em <https://www.facebook.com/guilhermeaffif/>, acesso em 21 de jul. 2019.
- ALBRES, N. de A. Implicações político-discursivas do perfil requerido aos intérpretes educacionais (libras-português) em concursos no Brasil. In: ALBRES, N A; RODRIGUES, C. H; NASCIMENTO, V.. (Org.). **ETILS: pesquisas e reflexões**. Florianópolis: PGET, 2020 (no prelo).
- ALMEIDA, E. B. LODI, A, C, B. **Libras em Estudo: Formação de Profissionais**, FENEISSP, 2014, p.109-129
- ARAÚJO, D. de V. (org). Estudos da Interpretação: pesquisa e formação de Intérpretes. **Tradução em Revista** v. 23. 2017.
- AZEVEDO, L. M. C. **Saúde ocupacional e ergonomia na atuação do tradutor intérprete de Libras**. 2018. Disponível em <https://bit.ly/2nu6pck>, acesso em 28 de set. 2019.
- BASSNETT, S. *Translation studies*. Routledge, 2013.
- BIANCHINI, K. F. da S. **Tradução audiovisual da Língua de Sinais: aspectos emocionais, formação e condição de trabalho**. UFSC, 2015.
- BRASIL, **Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em <https://bit.ly/1h4e8T6>, acesso em 02 de out. 2019.
- BRASIL, Ministério das Comunicações. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. **Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão**. Brasília: MC, 2006.
- BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. 264 p.
- BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. **Lei 12.034 de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em <https://bit.ly/2mRY7Ld>, acesso em 02 de out. 2019.
- BRASIL. **Lei 12.319 de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em <https://bit.ly/2s1wf7S>, acesso em 15 de abr. 2019.
- BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em 28 de jun. 2019.

BRASIL. Resolução Nº 23.457, de 15 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2016**. Disponível em <https://bit.ly/1rdbsd1>, acesso em 29 de ago. 2019.

CARNEIRO, T. D. Intérpretes de línguas orais e intérpretes de Libras: semelhanças e diferenças na formação, atuação e status social. In QUENTAL, R. de F. VALLE SILVA, C. D. ARAÚJO, D. de V (org). Estudos da Interpretação: pesquisa e formação de Intérpretes. **Tradução em Revista** v. 23. 2017.

CATFORD, J. C. *A linguistic theory of translation: An essay in applied linguistics*. Oxford University Press, 1965.

CHAIBUE, K.; AGUIAR, T. C. **Dificuldades na Interpretação de Libras para Português**. Revista Virtual de Cultura Surda. Editora Arara Azul. Edição 17. 2016. Disponível em <https://bit.ly/2mGOajC>, acesso em 28 de set. 2019.

DA SILVA, M. M. **O Coda, filhos ouvintes de pais surdos, e a Tradução e Interpretação de Libras**. *Belas Infieis*, v. 8, n. 1, p. 37-53, 2019.

DE PAULA SILVÉRIO, C. C. et al. **Reflexões sobre o processo de tradução-interpretação para uma língua de modalidade espaço-visual**. 2012.

DE TORO, C. G. *Translation Studies: an overview*. *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 20, p. 9-42, 2007.

DELISLE, J. **História da tradução: sua importância para a tradutologia, seu ensino através de software multimídia e multilíngue**. *Gragoatá*, v. 7, n. 13, 2016.

DELISLE, J. *L'analyse du discours comme méthode de traduction*. Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa. 1980.

DERRIDA, J. **Torres de babel**. Ed. UFMG, 2002. Tradução de Júnia Barreto.

DÍAZ CINTAS, J., & REMAEL, A. *Audiovisual Translation : Subtitling*. St Jerome Publishing. 2010.

DIAZ-CINTAS, J. *Audiovisual Translation Today – A question of accessibility for all*. *Translating Today*, v. 4, p. 3-5, 2005.

DOS SANTOS, K. A. S.; DE LACERDA, C. B. F. O intérprete de libras-português no contexto de conferência: reflexões sobre sua atuação. **Bakhtiniana**. *Revista de Estudos do Discurso*, v. 13, n. 3, p. 63-82/Eng. 64-85, 2018.

DOS SANTOS, W. A Tradução de Libras-Português a partir dos Procedimentos Técnicos da Tradução. Material Didático. Instituto PULSO, 2019 (no prelo).

FERREIRA, A. **Direcionalidade em tradução: uma investigação do processamento cognitivo de tradutores profissionais em tradução direta e inversa no par linguístico inglês-português**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERREIRA, J. G. D. Os Intérpretes Surdos e o Processo Interpretativo Interlíngue Intramodal Gestual-visual da ASL para Libras. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FERREIRA, L. M. **A Legendagem para Surdos nos quatro canais de sinal aberto da televisão portuguesa**. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2010.

- FRANCO, E. P. C.; ARAÚJO, V. L. S. **Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV)**. Tradução em Revista, v. 1, p. 2-23, 2011.
- FREIRE, E. L. **Teoria interpretativa da tradução e teoria dos modelos dos esforços na interpretação**: proposições fundamentais e inter-relações. Cadernos de Tradução, v. 2, n. 22, p. 151-174, 2008.
- FURLAN, M. Brevíssima história da tradução no Ocidente: Os romanos. Cadernos de Tradução, p. 11-28 IN **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 8, Florianópolis, 2001.
- GONÇALVES, J. L. V. R. **O desenvolvimento da competência do tradutor**: em busca de parâmetros cognitivos. Competência em tradução: cognição e discurso, Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 59-90, 2005.
- GUAZINA, L. **O conceito de mídia na comunicação e na ciência política**: desafios interdisciplinares. Revista Debates, v. 1, n. 1, p. 49, 2007.
- GYSEL, E. V. **Competência tradutória e didática de tradução no contexto do curso de Secretariado Executivo**. 2017. 351 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. Parábola, 2003. Tradução de Marcos Marcionilo.
- HOLMES, J. S. [1972] 1988. *The Name and Nature of Translation Studies*. In: Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies. Amsterdam: Rodopi.
- HOUSE, J. *A model for translation quality assessment*. John Benjamins Pub Co, 1977.
- HURTADO ALBIR, A. (Org.). *Researching translation competence by PACTE group*. John Benjamins Publishing Company, 2017.
- HURTADO ALBIR, A. **A aquisição da competência tradutória**: aspectos teóricos e didáticos. Competência em tradução: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 19-57, 2005.
- HURTADO ALBIR, A. *Enseñar a traducir* – metodologia em la formación de traductores e intérpretes. Madri, Espanha. Editora Edelsa. 1999.
- HURTADO ALBIR, A. *Traducción y traductología*. Cátedra, 2001.
- HURTADO ALBIR, A. *Traducción y traductología*. Cátedra, 2016. 8ª Edição.
- IBGE. **Censo demográfico**. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em, 26 de junho de 2019.
- JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Editora Cultrix: São Paulo, 2010. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes.
- JAKOBSON, R. *On linguistic aspects of translation*. On translation, v. 3, p. 30-39, 1959.
- KELLY, D. *A Handbook for Translator Trainers*. A Guide to Reflective Practice. St. Jerome, Manchester, 2005.
- LACERDA, C. B. F.; GURGEL, T. M. A. Perfil de tradutores-intérpretes de libras (tils) que atuam no ensino superior no Brasil, **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, nº.3, p.481-496, Set. Dez., 2011.
- MACHADO, F. M. Á. **Conceitos abstratos**: escolhas interpretativas de português para libras. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

- MACHADO, F. M. A. **Formação e competências de tradutores e intérpretes de língua de sinais em interpretação simultânea de língua portuguesa-Libras: estudo de caso em Câmara de Deputados Federais.** 2018.
- MACHADO, F. M. A.; FELTES, H. P. M. A. A interpretação simultânea no contexto político. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 236-268, jul-dez, 2015.
- MAGALHÃES Jr., E. **Sua majestade, o intérprete** – O fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, v. 26, p. 149-158, 1990.
- MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada.** Colóquios sobre pesquisa em educação especial. Londrina: Eduel, v. 2010, 2003.
- MCBURNEY, S. L. *Pronominal reference in signed and spoken language: are grammatical categories modality-dependent?* In: MEIER, R. P.; CORMIER, K.; QUINTO-POZOS, D. *Modality and structure in signed and spoken languages.* Cambridge: Cambridge University Press, pp.329-369, 2004.
- MEDEIROS, A. M. F. **Legendagem Interlinguística para Surdos do filme de Animação Brave-Indomável de Mark Andrews (2012).** 2013. Dissertação de Mestrado.
- NASCIMENTO, M. V. B. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo: elementos verbo-visuais na produção de sentidos.** 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo/SP, 2011.
- NASCIMENTO, V. **Janelas de libras e gêneros do discurso: apontamentos para a formação e atuação de tradutores de língua de sinais.** Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 56, n. 2, p. 461-492, 2017.
- NAVES, S. B; MAUCH, C; ALVES, S. F; ARAÚJO, V. L. S. **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis.** Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, 2016, 85p. Disponível em <https://bit.ly/2m1xOS4>, acesso em 22 de set. 2019.
- NICODEMUS, B.; EMMOREY, K. *Direction asymmetries in spoken and signed language interpreting. Bilingualism: Language and Cognition*, v. 16, n. 3, p. 624-636, 2013.
- NICOLOSO, S. **Uma investigação sobre marcas de gênero na interpretação de língua de sinais brasileira.** 200 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciência da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2010.
- NICOLOSO, S. **Uma Investigação sobre marcas de gênero na Interpretação de Língua de Sinais Brasileira.** Tese (doutorado) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.
- NOGUEIRA, T. C. et. al. **A mobilização da competência interpretativa na atuação de conferências uma reflexão a partir do modelo do Pacte.** 2019.
- NOGUEIRA, T. **Intérpretes de libras-português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

- OLIVEIRA, V. R. de. **O Tradutor e Intérprete de Libras e a Tradução Audiovisual de Conteúdo Político Partidário**: problematizando este trabalho. 2018.
- ORERO, Pilar (Ed.). *Topics in audiovisual translation*. John Benjamins Publishing, 2004.
- OUSTINOFF, M. **Tradução**: história, teorias e métodos. São Paulo: Parábola, p. 30-78, 2011. Tradução de Marcos Marcionilo.
- PACTE Group. *Translation Competence model*: a holistic, dynamic model of Translation Competence. In: BEEBY, Allison et al. Results of the validation of the PACTE translation competence model: Translation project and dynamic translation index. Cognitive explorations of translation, p. 30-56, 2011.
- PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. **Estudos da tradução no Brasil**: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 19, n. 3, 2003.
- PAGURA, R. J. **A interpretação de conferências no Brasil**: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- PAGURA, R. J. **A interpretação de conferências**: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. DELTA, 2003, vol.19, no.spe, p. 209-236.
- PEREIRA, M. C. P. **Produções acadêmicas sobre interpretação de língua de sinais**: dissertações e teses como vestígios históricos. Cadernos de Tradução, v. 2, n. 26, p. 99-117, 2010.
- PÉREZ-GONZÁLEZ, L. *Audiovisual translation*: Theories, methods and issues. Routledge, 2014.
- PIRES, C. L. **Questões de fidelidade na interpretação em Língua de Sinais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, 1999.
- PÖCHHACKER, F. *Introducing interpreting studies*. London and New York, 2016.
- PÖCHHACKER, F. *Introducing interpreting studies*. Routledge, 2002.
- PÖCHHACKER, F. *Issues in Interpreting Studies*. Ed. MUNDAY, J. **The Routledge Companion to Translation Studies**. London: Routledge, 2009: 128- 140.
- PÖCHHACKER, F. QUEIROZ, M. **Conexões fundamentais**: afinidade e convergência nos estudos da interpretação. Scientia Translationis, n. 7, p. 61-75, 2010.
- PORFIRIO, S.; SOUZA, F. E. B. de; CIPRIANO, L. C. **Textos multimodais: a nova tendência na comunicação**. Observatório da Imprensa, 2015. Disponível em <https://goo.gl/K34jTH>, acesso em 10 de dez. 2018.
- QUADROS, R. M. de et al. **Exame ProLibras**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- QUADROS, R. M. de. **Letras Libras-ontem, hoje e amanhã**. 2014.
- QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. SEESP, 2004.
- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, v. 1, p. 222, 2004.
- QUENTAL, R. de F. VALLE SILVA, C. D. ARAÚJO, D. de V. **Estudos da Interpretação em revista**: pesquisa e formação de intérpretes.

- QUINSANI, R. H. **A Revolução em Película: Uma reflexão sobre a relação cinema-história e a Guerra Civil Espanhola.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (dissertação de Mestrado): [s.n.] 61. páginas. 2010.
- RAMAEL, A. *Audiovisual Translation.* In GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. Van. Handbook in translation studies. John Benjamin Publishing Company: Amsterdam. v.1. p. 12-17.
- RAMOS, C. R. **Língua de Sinais e Literatura: uma proposta de trabalho de tradução cultural.** Dissertação (Mestrado em Semiologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.
- RAMOS, C. R. **Uma Leitura da Tradução de Alice no País das Maravilhas para a Língua Brasileira de Sinais.** Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- RODRIGUES, C. C. **Tradução: a questão da equivalência.** ALFA: Revista de Linguística 44.1 (2000).
- RODRIGUES, C. H. **A Interpretação para a Língua de Sinais Brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais.** Tese (doutorado) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013a.
- RODRIGUES, C. H. **A interpretação simultânea entre línguas e modalidades.** Veredas Atemática, v. 7, n. 2, p. 266-286, 2013b.
- RODRIGUES, C. H. **Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal.** Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 57, n. 1, p. 287-318, 2018c.
- RODRIGUES, C. H. **Reflexões sobre definições de tradução.** Tópico 01 da disciplina Tradução e Língua de Sinais. Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, PGET-UFSC, ago. 2018a.
- RODRIGUES, C. H. *Translation and Signed Language: highlighting the visualgestural modality.* Cadernos de Tradução, v. 38, p. 294-319, 2018b.
- ROMERO-FRESCO, P. *Accessible filmmaking: Joining the dots between audiovisual translation, accessibility and filmmaking.* The Journal of Specialized Translation. Issue 20, 2013. Disponível em <https://bit.ly/30P7GZa>, acesso em 05 de out. 2019.
- RÓNAL, P. **A tradução vivida.** 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ROSSI, C. R. **O impacto da atuação do intérprete de LIBRAS no contexto de uma escola pública para ouvintes.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2005.
- SAGRADA, Bíblia. **Tradução da CNBB.** Brasília: Edições CNBB, v. 72008, 2001.
- SALEVSKY, H. *The distinctive nature of interpreting studies.* Target. International Journal of Translation Studies, v. 5, n. 2, p. 149-167, 1993. Disponível em <https://bit.ly/31MnuxA>, acesso em 21 de junho de 2019.
- SALEVSKY, H. *The distinctive nature of interpreting studies.* Target. International Journal of Translation Studies, v. 5, n. 2, p. 149-167, 1993. Disponível em <https://bit.ly/31MnuxA>, acesso em 21 de junho de 2019.
- SANTOS, R. F. dos. **O Processo de Interpretação de uma Lenda Amapaense, em Português Oral, para a Língua Brasileira de Sinais.** Dissertação (mestrado) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

- SANTOS, S. A. dos. **Tradução/Interpretação de Língua de Sinais no Brasil**: uma análise das Teses e Dissertações de 1990 a 2010. Tese (doutorado) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- SANTOS, S. F. **A Construção Discursiva de Identidades de Gênero de Tradutores e Intérpretes de Libras não heteronormativos**. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2019.
- SELIGMANN-SILVA, M. **Filosofia da tradução-tradução de filosofia**: o princípio da intraduzibilidade. *Cadernos de tradução* 1.3 (1998): 11-47.
- SELVATICI, C. **Closed caption: conquistas e questões**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2010.
- SHUTTLEWORTH, M.; COWIE, M. *Dictionary of translation studies*. Manchester: St. Jerome, 1997.
- SILVEIRA, D. T. CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. IN GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D. T. (org) **Método de Pesquisa**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <https://bit.ly/395Q2VQ>, acesso em 05 de out. 2019.
- SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (Ed.). *Ethnologue*: Languages of Asia. sil International, 2019.
- SPOLIDORIO, S.. **Mapeando a Tradução Audiovisual Acessível no Brasil**. *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, v. 56, n. 2, p. 313-345, 2017. Disponível em <https://bit.ly/2ALVFJy>, acesso em 05 de out. 2019.
- STEINER, G. **Depois de Babel**: questões de linguagem e tradução. UFPR, 2005. Tradução de Carlos Alberto Faraco.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VASCONCELLOS, M. L. BARTHOLAMEI, L. A. J. **Estudos da Tradução I**. Material didático do curso a distância Letras/Libras. Florianópolis: UFSC, 2008.
- VASCONCELLOS, M. L. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS) na Pós-Graduação**: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”. *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 26, p. 119-143, 2010.
- VÁZQUEZ-AYORA, G. *Introducción a la traductología*: curso básico de traducción. Georgetown University Press, 1977.
- VENUTI, L. (Org.). *The Translation Studies Reader*. Routledge, London, New York, 2000.
- VINEY, J. P. e DARBELNET, J. *Comparative stylistics of French and English*: a methodology for translation, trans. & ed. J. Sager & M. Hamel, Philadelphia: Benjamins, 1958.
- WADDINGTON, C. *Estudio Comparativo de diferentes métodos de evaluación de traducción general (inglês-español)*. Doctoral thesis. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1999.
- WILLIAMS, J. e CHESTERMAN, A. *The map*: a beginner's guide to doing research in translation studies. Routledge, 2002.

APÊNDICE 01 – Questionário Online

PESQUISA DE MESTRADO "A TRADUÇÃO PARA A LIBRAS EM VÍDEO"

Prezado(a) Intérprete,

Este questionário é direcionado aos profissionais Tradutores/Intérpretes de Libras que já atuaram ou atuam em debates políticos. Para isso, você está sendo convidado(a) para responder um questionário que tem por objetivo selecionar participantes para a pesquisa “A Tradução para a Libras em vídeo”, a qual será conduzida pelo mestrando Wharlley dos Santos, aluno do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do professor Dr. Carlos Henrique Rodrigues.

Ao responder esse questionário você está concordando em contribuir com essa primeira fase da pesquisa e ciente de que poderá ser convidado a participar das próximas fases da pesquisa, inclusive da tarefa de interpretação simultânea.

Informamos que sua privacidade está assegurada e qualquer esclarecimento poderá ser solicitado nos e-mails informados abaixo:

Mestrando Wharlley dos Santos - (48) 99686-8519 (WhatsApp) / professorwharlley@gmail.com

Professor Dr. Carlos Henrique Rodrigues – (48) 99948-5725 (WhatsApp) / carlos.rodrigues@ufsc.br

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) – 48 3721-6647 / secpget@gmail.com - Campus Reitor João David Ferreira Lima, CCE – Prédio B, Sala 301. Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88040-900

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CESPH) – 48 3721-6094 / cep.propesq@contato.ufsc.br - Pró-Reitoria de Pesquisa, Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, 222, Sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400

Endereço de Email:

Você já atuou como intérprete de Libras-Língua Portuguesa em debates políticos veiculados, ao vivo, na mídia televisiva?

Sim

Não (Caso a resposta seja negativa, o formulário se encerra pois tal resposta não agrega as informações necessárias à pesquisa).

1) Perfil

1.1) Faixa Etária: (opções em lista suspensa)

- entre 18 e 22 anos
- entre 23 e 27 anos
- entre 28 e 32 anos
- entre 33 e 37 anos
- entre 38 e 42 anos
- entre 43 e 47 anos
- entre 48 e 52 anos
- mais de 53 anos

1.2) Sexo

- Masculino
- Feminino

1.3) Em qual estado reside? (opções em lista suspensa)

- Acre (AC)
- Alagoas (AL)
- Amapá (AP)
- Amazonas (AM)
- Bahia (BA)
- Ceará (CE)
- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Pará (PA)
- Paraíba (PB)
- Paraná (PR)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Rio Grande do Sul (RS)
- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)
- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)
- Sergipe (SE)
- Tocantins (TO)

1.4) Com qual idade você iniciou seu aprendizado em Libras?

- Filho (a) de surdos (CODA)

- Entre 0 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Acima de 21 anos

2) Formação Acadêmica

2.1) Grau de Escolaridade

- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-Graduação - Especialização em andamento
- Pós-Graduação - Especialização concluída
- Pós-Graduação - Mestrado em andamento
- Pós-Graduação - Mestrado concluído
- Pós-Graduação - Doutorado em andamento
- Pós-Graduação - Doutorado concluído

2.2) Possui o Exame Nacional para Certificação de Proficiência - Prolibras?

- Não, nunca realizei
- Sim, Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no USO E ENSINO da Língua Brasileira de Sinais - Libras
- Sim, Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO da Libras/Língua Portuguesa
- Sim, os DOIS. Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO da Libras/Língua Portuguesa e Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no USO E ENSINO da Língua Brasileira de Sinais – Libras

2.3) Formação específica como tradutor e/ou intérprete de Libras-Língua-Portuguesa

- Nenhuma
- Cursos livres em entidades representativas dos surdos
- Cursos livres em instituições privadas
- Cursos de Extensão Universitária
- Curso Profissionalizante em Tradução e Interpretação de Libras-Português
- Curso Sequencial ou Tecnólogo em Tradução e Interpretação de Libras-Português
- Graduação em Letras Libras Bacharelado ou em Tradução e Interpretação Libras-Português
- Pós-Graduação - Especialização em Tradução e Interpretação Libras-Português
- Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Tradução/ Interpretação
- Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico em Estudos da Tradução/ Linguística Aplicada - Tradução
- Pós-Graduação - Doutorado em Estudos da Tradução/ Linguística Aplicada - Tradução
- Outros...

3) Proficiência

Classificação de proficiência adaptada a partir da escala desenvolvida pelo National Foreign Affairs Training Center (NFATC) dos Estados Unidos (<http://www.govtilr.org/Skills/ILRscale1.htm>)

3.1) Como você avalia seu nível de proficiência na Língua Portuguesa?

	Compreensão (Auditiva)	Produção Escrita	Produção Oral (Fala)	Leitura
Nenhuma Proficiência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proficiência Básica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proficiência Intermediária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proficiência Profissional ou Nativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3.2) Como você avalia seu nível de proficiência na Língua Brasileira de Sinais?

	Compreensão (Auditiva)	Produção Escrita	Produção Oral (Fala)	Leitura
Nenhuma Proficiência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proficiência Básica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proficiência Intermediária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proficiência Profissional ou Nativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4) Experiência Profissional

4.1 - Tempo de atuação como INTÉRPRETE e/ou TRADUTOR de Libras - Língua Portuguesa

- Menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 10 a 15 anos
- De 15 a 20 anos
- Mais de 20 anos

4.2 - Em qual(is) contexto(s) você atua ou atuou profissionalmente como INTÉRPRETE de Libras-Língua Portuguesa?

- Contextos de educação básica
- Contextos de educação superior
- Contextos de saúde
- Contextos jurídicos
- Contextos de conferências (seminários, palestras, eventos etc.)
- Contextos midiáticos/audiovisuais
- Contextos artísticos (teatros, shows etc.)
- Contextos religiosos

- Contextos familiares
- Contextos empresariais
- Outros...

4.3) Qual(is) tipo(s) de texto(s) você tem traduzido ou já traduziu de/para a Libras?

- Textos educacionais (provas, materiais didáticos etc.)
- Textos administrativos (ofícios, circulares, comunicados etc.)
- Textos informativos (jornais, revistas etc.)
- Textos científicos (teses, artigos, dissertações etc.)
- Textos literários (poesias, contos, piadas etc.)
- Textos midiáticos (veiculados nos meios de comunicação)
- Textos publicitários (anúncios, propagandas etc.)
- Textos musicais (músicas, hinos etc.)
- Textos religiosos (bíblia, orações etc.)
- Textos cinematográficos (filmes, documentários etc.)
- Outros...

4.4) Qual sua preferência em relação à direcionalidade de sua interpretação?

- Libras para a Língua Portuguesa
- Língua Portuguesa para Libras
- Não possuo preferência, as duas direções são confortáveis para mim

4.5) Sua atuação profissional mais comum é:

- Interpretação da Libras para a Língua Portuguesa oral (vocalização)
- Interpretação da Língua Portuguesa oral para a Libras (sinalização)
- Tradução da Língua Portuguesa oral para a Libras em vídeo
- Tradução da Libras em vídeo para a Língua Portuguesa escrita
- Tradução da Língua Portuguesa para a Libras escrita
- Outros...

4.6) Quantas horas semanais em média você atua como TRADUTOR e/ou como INTÉRPRETE de Libras-Língua Portuguesa?

- Entre 01 e 05 horas de trabalho semanal
- Entre 06 e 10 horas de trabalho semanal
- Entre 11 e 15 horas de trabalho semanal
- Entre 16 e 20 horas de trabalho semanal
- Entre 21 e 25 horas de trabalho semanal
- Entre 26 e 30 horas de trabalho semanal
- Entre 31 e 35 horas de trabalho semanal
- Entre 36 e 40 horas de trabalho semanal
- Outros...

4.7) Sobre a experiência profissional com textos audiovisuais/midiáticos e/ou em contextos audiovisuais/midiáticos:

- Não possuo experiência

- Menos de 1 ano de experiência
- Entre 1 e 5 anos de experiência
- Entre 6 e 10 anos de experiência
- Entre 11 e 15 anos de experiência
- Mais de 15 anos de experiência

4.8) Com qual frequência você já desenvolveu as seguintes atividades?

	Nunca	Raramente	Às Vezes	Quase sempre	Sempre
Interpretação de campanhas eleitorais, pronunciamentos e/ou discursos na mídia (ao vivo)	<input type="radio"/>				
Tradução de Campanhas Eleitorais, pronunciamentos e/ou discursos na mídia	<input type="radio"/>				
Interpretação de Conferência na mídia (ao vivo)	<input type="radio"/>				
Tradução de Conferência para mídia	<input type="radio"/>				
Interpretação de Debates Políticos na mídia (ao vivo)	<input type="radio"/>				
Tradução de Debates Políticos para mídia	<input type="radio"/>				
Interpretação de Telejornais na Televisão (ao vivo)	<input type="radio"/>				
Tradução de Telejornais para mídia	<input type="radio"/>				
Interpretação de Vídeos Institucionais	<input type="radio"/>				
Tradução de Vídeos Institucionais	<input type="radio"/>				
Tradução de Vídeos para redes sociais	<input type="radio"/>				
Interpretação de Vídeos para redes sociais	<input type="radio"/>				
Tradução de Curtas-metragens	<input type="radio"/>				
Interpretação de Curtas-metragens	<input type="radio"/>				
Tradução de Longas-metragens	<input type="radio"/>				

Eleição de Presidente (2º turno)

5.6) Na maioria das suas atuações em debates políticos, você trabalhou:

- Sozinho
- Com um colega
- Com uma equipe

5.7) E como deveria ser a atuação interpretativa nos debates políticos em uma situação ideal?

- Individual
- Em dupla
- Em equipe

5.8) Justifique sua resposta na questão anterior

5.9) Estas características relacionadas à atuação no contexto audiovisual interferem na sua atuação nos debates políticos em que grau?

	Não Interfere	Pouco interfere	Interfere moderadamente	Interfere diretamente
Ausência física do público e ausência de feedback imediato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de possibilidade de buscar materiais para a preparação da interpretação antes da atuação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução do espaço de sinalização devido à janela de Libras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A alta velocidade em que o discurso está sendo produzido para ser interpretado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Imediatismo do oferecimento da interpretação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Exigência de simultaneidade da finalização da interpretação com a finalização do discurso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falas sobrepostas dos participantes do debate	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Baixa qualidade de retorno de áudio do que está sendo transmitido ao vivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Retorno de vídeo insuficiente do que está sendo transmitido ao vivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de termos específicos conhecidos e de uso corrente em Libras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Caso considere necessário, registre comentários, observações e/ou sugestões.